

OFÍCIOS DE Clio

**REVISTA DISCENTE
DOS CURSOS DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE PELOTAS**

Vol. 3, Nº04 | janeiro - junho de 2018 | ISSN 2527-0524



OFÍCIOS DE Clío

**REVISTA DISCENTE
DOS CURSOS DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE PELOTAS**

Vol. 3, Nº04 | janeiro - junho de 2018 | ISSN 2527-0524



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Reitor:

Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor:

Luis Isaías Centeno do Amaral

Pró-Reitora de Graduação:

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura:

Francisca Ferreira Michelin

Pró-Reitor Administrativo:

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento:

Otávio Martins Peres

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor:

Sebastião Peres

Vice-Diretor:

Andréa Bachettini

LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

Coordenadora:

Lisiane Sias Manke

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional

Maria Inez Figueiredo Figs Machado – CRB 10/1612

Biblioteca Campus Porto - UFPel

O32 Ofícios de Clio: Revista Discente dos
Cursos de História da
Universidade Federal de Pelotas /
Universidade Federal de Pelotas.
Laboratório de Ensino de História
– v.3, n.4 (2018) - Pelotas: UFPel,
2018 -.

Semestral
ISSN: 2527-0524

1.História - Periódico. I. Universidade
Federal de Pelotas.
Laboratório de Ensino de História.

CDD: 981

EXPEDIENTE

Editor-Chefe

Prof. Dr. Mauro Dillmann Tavares - *Universidade Federal de Pelotas*

Editora Assistente

Bárbara Denise Xavier da Costa - *Universidade Federal de Pelotas*

Equipe Editorial

Gilson Moura Henrique Junior - *Universidade Federal de Pelotas*

Jéssica Bitencourt Lopes - *Universidade Federal de Pelotas*

Thayná Vieira Marsico - *Universidade Federal de Pelotas*

Vitor Wieth Porto – *Universidade Federal de Pelotas*

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Junior - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dra. Alessandra Gasparotto - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof.^ª Dr^ª Ana Inez Klein - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Lopes - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^ª Carolina Kesser Barcelos - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^ª Clarice Speranza - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof.^ª Dr^ª. Dalila Müller - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof.^ª Dr^ª. Daniele Gallindo G. Silva - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^ª Elisabete Leal - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Juarez José Rodrigues Fuão - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof.^ª. Dr^ª. Larissa Patron Chaves - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^ª Lisiane Sias Manke - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^ª Lorena Almeida Gill - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^ª Márcia Janete Espig – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo César Possamai - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^ª Rejane Jardim - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Sebastião Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^ª Viviane Saballa - *Universidade Federal de Pelotas*

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Aldrin Castellucci - *Universidade do Estado da Bahia*

Prof. Dr. Antônio Luigi Negro - *Universidade Federal da Bahia*

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof^ª Dr^ª Carla Beatriz Meinerz - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof^ª Dr^ª Carla Rodrigues Gastaud - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Deivid Valério Gaia – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Prof^ª Dr^ª Eliane Teresinha Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof. Dr. Felipe Alves Pereira Avila - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Gilberto Calil - *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*

Prof. Dr. Ginter Tlajja Leipzig - *Universidade Federal do Pampa*

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Prof^ª Dr^ª Luiza Horn Iotti - *Universidade de Caxias do Sul*

Prof. Dr. Nilton Mullet Pereira - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof. Dr. Rodrigo Santos de Oliveira - *Universidade Federal do Rio Grande*

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – *Universidade do Vale do Rio dos Sinos*

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – *Universidade Federal de Santa Catarina*

Prof. Dr. René Ermaini Gertz – *Pontifícia Universidade Católica - RS*

Sumário

Apresentação do número 4

Equipe Editorial.....p. 5

Dossiê: Diálogos: Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Campo Historiográfico

Apresentação do Dossiê

Thiago Destro Rosa Ferreira.....p. 7

A ficção e a narrativa como desafios ao uso da literatura como fonte histórica: contribuições da teoria da história para o debate

Valeska Oliveira Ferreira.....p. 10

Diálogos entre Teoria e Literatura: a escrita de Freud

Larissa de Assis Pimenta Rodrigues.....p. 27

Entre a História, a Literatura e a Bibliografia: a Interdisciplinaridade da História do Livro

Bruna Braga Fontes e Verônica Calsoni Lima.....p. 38

Possibilidades e Perigos da Etno-história

Maíra de Mello Silva.....p. 53

Artigos Livres

Chegada do Espiritismo a Pelotas-RS: problematização de duas hipóteses consagradas na historiografia

Eder de Lima Rocha.....p. 65

As representações como propiciadoras de identidade: a circularidade entre o discurso da cultura erudita e as práticas populares na Idade Média Central

Pablo Gatt Albuquerque de Oliveira.....p. 86

Dossiê Educação

As diferentes narrativas sobre a Escravidão em livros didáticos de História dos séculos XX e XXI

Patrícia Duarte Pinto e Mozart Matheus de Andrade Carvalho.....p. 97

Apresentação

Dando prosseguimento à nossa jornada de divulgação científica, vimos diante da comunidade acadêmica e demais interessados/as lançar o quarto número da *Ofícios de Clio*. Seguimos nos aperfeiçoando e buscando melhorar nosso trabalho. A grande novidade é que, a partir dessa edição, contamos com os resumos dos artigos com suas versões em inglês (os *abstracts*), possibilitando que uma maior visibilidade seja atraída para a produção dos autores.

Nesta edição contamos com o dossiê *Diálogos: Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Campo Historiográfico*, sob a proposição e organização de Thiago Destro Rosa Ferreira, doutorando em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Sua área de pesquisa e interesse se foca nas relações entre História, Literatura e Ficção, tendo desenvolvido interessantes trabalhos sobre o universo de Tolkien e relações com a contemporaneidade. A apresentação do dossiê fica em suas competentes mãos (ou melhor, palavras...). A proposta editorial tem em vista ampliar a discussão teórica a respeito do ofício do historiador, sua relação com as fontes e as interações entre áreas acadêmicas produzindo inovações teórico-metodológicas no fazer historiográfico.

Em nossa seção de Artigos Livres, temos duas produções com temáticas bastante relevantes. O primeiro, sob autoria de Eder de Lima Rocha, graduando da Universidade Federal de Pelotas, que analisa duas hipóteses sobre a chegada do Espiritismo em Pelotas no séc XIX, bifurcando em duas vertentes: a partir da presença espanhola e a segunda trazida pela Baronesa de Três Serros. Através de comparações entre essas duas hipóteses ele procura demonstrar a diferença entre as mesmas, baseado em trabalhos de historiadores do espiritismo em Pelotas e em fontes da época. O segundo artigo, desenvolvido por Pablo Gatt Albuquerque de Oliveira, mestrando da Universidade Federal do Maranhão, trata de diferentes grupos sociais na Idade Média, sendo trabalhados conceitos de identidade, representação e circularidade cultural, compreendendo cultura erudita e cultura popular em suas diferentes concepções e interações.

Por fim e não menos importante, no dossiê fixo de Educação figura o artigo produzido pela dupla Patrícia Duarte Pinto e Mozart Matheus de Andrade Carvalho, ambos graduandos pela Universidade Federal de Pelotas. Em seu trabalho, os dois autores constroem uma análise comparativa acerca da presença dos escravizados em livros didáticos dos séculos XX e XXI, ou seja, como a escravidão era (re) tratada pelos autores nestes livros, demonstrando que tanto

as políticas públicas implantadas quanto às ações dos movimentos sociais negros foram importantes para uma virada discursiva nessas narrativas sobre o passado negro.

Finalizando esta apresentação, a Equipe Editorial agradece imensamente ao empenho dos autores, pareceristas e ao organizador do dossiê, que possibilitaram que esse número fosse lançado após meses de trabalho intenso. Agradecemos especialmente aos professores do Departamento de História da UFPel e membros do Conselho Editorial Fernando da Silva Camargo, Ana Inez Klein e Carolina Kesser Barcelos, que nos auxiliaram com a revisão e edição dos *abstracts*.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Equipe Editorial:

Bárbara Denise Xavier da Costa

Gilson Moura Henrique Junior

Jéssica Bitencourt Lopes

Mauro Dillmann Tavares

Thayná Vieira Marsico

Vitor Wieth Porto

Apresentação

Dossiê “Diálogos: Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Campo Historiográfico”

Atualmente, a pesquisa historiográfica abrange o trabalho com uma diversidade de objetos e temas – tais como as Artes Visuais, a Literatura, os Estudos de Gênero – que também são, antes de tudo, campos autônomos do conhecimento. Além disso, o historiador recorre frequentemente a áreas como a Antropologia, a Teoria Literária ou as Ciências Sociais, com os quais dialoga constantemente.

Longe de ser apenas uma tendência recente, a questão da interdisciplinaridade parece-nos uma questão fundamental para a historiografia, já que o diálogo com outras áreas do saber tem sempre acompanhado o fazer historiográfico. Seja através das chamadas “ciências auxiliares”, que acompanharam o desenvolvimento da historiografia tradicional do século XIX – como a arqueologia, numismática ou heráldica – ou por meio das propostas de diálogo estabelecidas pelos Annales, com a economia ou a antropologia; o historiador constantemente se vê em um diálogo com outras áreas do seu conhecimento. Com as expansões e renovações pelas quais passaram o campo historiográfico ao longo do século XX só vieram ampliar tais perspectivas interdisciplinares, colocando a História em discussão com os Estudos Culturais, as diversas Linguagens, ou mesmo com as relações entre homem e natureza.

Mais recentemente, apresenta-se ainda o debate em torno da transdisciplinaridade, ou seja, a constituição e produção de conhecimento que ultrapassa as fronteiras tradicionais entre as disciplinas, constituindo campos tais como as Teorias de Gênero, com os quais a historiografia contribui significativamente, mas também se enriquece.

Partindo disso, apresentamos o dossiê **Diálogos: Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Campo Historiográfico** que reúne trabalhos dedicados a pensar as possibilidades e os desafios motivados pela interdisciplinaridade e transdisciplinaridade entre a História e suas áreas afins.

Iniciamos esses diálogos por meio do trabalho de Valeska Oliveira Ferreira, graduada em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro, intitulado **A ficção e a narrativa como desafios ao uso da literatura como fonte histórica: contribuições da teoria da história para o debate**, que busca tecer suas reflexões em torno das relações entre História, Literatura e Narrativa. O texto retoma autores como Hayden White e Paul Veyne, cujos trabalhos estiveram no centro do debate em torno da ficcionalidade e da validade da

narrativa histórica, desenvolvido, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980. Além disso, nos instiga ao diálogo com Roger Chartier, Michel Certeau e Jörn Rüsen a fim de pensar a questão da Literatura e da ficcionalidade na historiografia. A autora busca pensar, especialmente, sobre as especificidades da questão da narrativa nos âmbitos ficcional e historiográfico, pretendendo abordar algumas das contribuições da teoria da história para este debate.

A questão da escrita da história e da ficção e também é o foco do texto **Diálogos entre Teoria e Literatura: a escrita de Freud**, da autoria de Larissa de Assis Pimenta Rodrigues, mestranda pela Universidade Federal de Ouro Preto. Neste trabalho, busca-se investigar as possibilidades suscitadas por uma escrita da história calcada em uma abordagem interdisciplinar, pensada, neste caso, a partir das reflexões de Sigmund Freud. Valendo-se das reflexões de Michel de Certeau e da noção de ficção teórica desenvolvida por Freud – recurso literário utilizado no relato de casos clínicos através da composição de contos que articulam ficção e teoria psicanalítica – o trabalho investiga as possibilidades de se interpretar e depreender traços culturais ou aspectos subjetivos de uma época a partir de tais escritos. Para a autora, a ficção teórica permite que nos aproximemos dos valores e da produção de sentido de uma época ou sociedade.

Já o trabalho intitulado **Entre a História, a Literatura e a Bibliografia: a Interdisciplinaridade da História do Livro**, nos propõe pensar sobre as relações interdisciplinares existentes no campo da História do Livro, que se constituiu a partir de reflexões das áreas da História, da Bibliografia e da Literatura. Nesse trabalho, as autoras Bruna Braga Fontes, mestranda em História/USP, e Verônica Calsoni Lima, doutoranda em História/USP, buscam construir um panorama sobre as perspectivas e metodologias envolvidas no trabalho de pesquisa que abordam o livro enquanto objeto, pensando a sua materialidade. Para isso, recorrem especialmente às correntes historiográficas anglo-saxãs e francesas como o centro do foco de análise. As autoras ainda destacam as contribuições de outras disciplinas para a construção desse campo de estudo.

Por fim, em **Possibilidades e Perigos da Etno-história**, a partir da contribuição de Maíra de Mello Silva, graduanda em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, nos aproximamos de uma perspectiva antropológica da História. A pesquisadora buscou pensar a Etno-história a partir das teorias descoloniais, elaborando uma revisão crítica da bibliografia relativa a Etno-história. Além disso, a prática da alteridade é proposta aqui como mediadora das perspectivas teóricas e metodológicas trabalhadas.

É com grande satisfação que apresentamos essas reflexões na Revista Discente Ofícios de Clio, buscando contribuir com os diálogos sempre tão ricos e necessários entre a historiografia e as demais áreas do conhecimento.

Boa leitura!

Thiago Destro Rosa Ferreira

Doutorando em História/Universidade Federal de Uberlândia

A ficção e a narrativa como desafios ao uso da literatura como fonte histórica: contribuições da teoria da história para o debate

Valeska Oliveira Ferreira, UFTM¹

Resumo

Há um longo debate historiográfico sobre a aproximação da história e da literatura, o quanto de história há na literatura e quanto de literatura há na história. Discutir como a literatura poderia ser utilizada como fonte histórica acaba por levantar questões mais profundas que colocam em questão a própria natureza da historiografia, se esta teria uma natureza artística e fictícia, ou se seria científica e objetiva. Neste artigo, pretendemos mostrar algumas das contribuições da teoria da história para este debate.

Palavras-chave: História, Literatura, Narrativa.

Abstract

There is a long historiographical debate on the approximation of history and literature such as “how much history there is in literature?” and “how much literature there is in history?” Discuss literature as a historical source leads to another questioning such as the very nature of historiography, if whether it would have an artistic and fictional nature, or it would be scientific and objective. In this article we intend to show some of the contributions of the theory of history to this debate.

Keywords: History, Literature, Narrative.

A literatura pode ser uma fonte extremamente rica para uma produção historiográfica, mas a utilização da literatura como fonte histórica ainda é bastante desafiadora ao historiador, pois nos coloca em frente a um objeto “ficcional, inventivo”, em contraposição à uma produção histórica científica que seria “verdadeira e objetiva”. Tal oposição aparentemente bem delimitada termina por levantar reflexões muito relevantes ao historiador, pois colocam questões sobre a própria produção de conhecimento histórico. Há um longo debate historiográfico sobre a aproximação entre a história e a ficção, o quanto de ficção há na escrita da história, se a historiografia é uma produção artística e, conseqüentemente, em que medida se configuraria como de fato um conhecimento científico.

Neste texto, pretendemos analisar alguns autores que escrevem sobre este tema, sendo dois deles, Hayden White e Paul Veyne, mais alinhados à ideia de história como arte ou ficção, e três autores, Michel de Certeau, Jörn Rüsen e Roger Chartier, mais próximos de uma visão de história que comporta elementos artísticos sem perder um caráter de cientificidade. Veremos que a questão da narrativa sempre esteve presente nestas discussões, pois tal forma de escrita era tradicionalmente associada unicamente ao texto ficcional.

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: valeska_30oliveira@hotmail.com.

Antes de analisar esses textos, iremos demonstrar, ainda que de forma limitada, um panorama deste debate no final do século XIX, demonstrando que tais questões remontam desde esta época. Podemos conhecer um pouco mais profundamente sobre a escrita da História neste período e as mudanças que estão ocorrendo nela a partir do livro “Introdução aos estudos históricos”, de 1897, dos franceses Charles Langlois e Charles Seignobos. Inspirados em Ranke, e epistemologicamente baseados na teoria do historicismo, eles escrevem em um momento que a História, enquanto disciplina, apenas começava a se estruturar como um campo do conhecimento, no contexto em que ocorria a institucionalização da disciplina história nas Universidades. Até aquele momento a História não era considerada uma disciplina científica, mas um gênero literário. Ela tinha a função de orientar para o futuro, pois o passado era considerado o “mestre da vida”. E também estava no cerne de interesses para o fortalecimento de nacionalidades, levando em consideração seu poder de construção de identidade nacional.

A superação da História como *magistra vitae*, como era vista até então, impõe novos desafios à escrita do historiador. Se a História não é mais gênero literário, deve ser considerada então como campo de conhecimento:

Há cinquenta anos, mais ou menos, é que se desembaraçaram e constituíram as formas científicas de exposição histórica, em harmonia com a concepção geral de que a finalidade da história não é agradar nem estabelecer normas práticas de conduta nem comover, mas simplesmente saber. (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1897, p. 212).

No século XIX há uma grande ascensão do cientificismo e muitas críticas são feitas ao discurso puramente retórico da história. A forma de escrita da narrativa era associada à literatura, ao memorialismo, a um jeito de escrever história que não tinha método, mas que tinha muita imaginação e ficção envolvidas, e por isso pretende-se distanciar desse modo de escrita. O discurso científico deveria ser neutro e objetivo, visto que a retórica era vista como um elemento artístico da escrita, em contraposição a um teor científico. Langlois e Seignobos defendem, então, o estatuto da História como ciência e a criação de um método próprio de operação da ciência histórica.

Mas os autores concordam que a História não é uma ciência como as outras, pois uma ciência constrói afirmações indiscutíveis, e a história não pode fazer isso; pode apenas chegar perto da realidade, mas não lida diretamente com ela. Nesse sentido, entendem a história como uma operação intelectual, um processo abstrato no qual estão contidas as condições em que ele é feito, como os documentos que se têm à mão, o acaso, a subjetividade do

pesquisador, etc. Então, o historiador apreende a realidade vivida através da comparação com a sua própria e também, não consegue eliminar um certo elemento fantasioso presente em sua apreensão histórica (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1897).

Para os autores, o historiador formula hipóteses, cria perguntas. Ou seja, sua escrita não é um apenas um amontoado de fatos. Cientificamente, os fatos precisam ser expostos de forma metódica e objetiva, e o historiador que deseja trabalhar objetivamente precisa evitar a vulgarização e argumentos vazios, fontes não confiáveis, etc. A objetividade científica está em chegar o mais próximo possível de uma verdade. Nesse sentido, a historiografia não é obra de arte e não deve se deixar levar apenas pelo desejo de “florear” o texto, dar um efeito literário a ele, na intenção de prender a atenção de seu público. Para estes autores, esta é uma falha que afasta a História do método científico. Por outro lado, isso não significa que eles não se importam com a forma da escrita do historiador, que deve ser clara e se fazer entender ao leitor. A objetividade da história reside então, em Langlois e Seignobos, não apenas na teoria e no método histórico, mas também em sua exposição escrita (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1897).

No começo do século XX, há uma crítica à escrita narrativa pela Escola dos *Annales*, e o incentivo à uma História que cria hipóteses e problematiza os fatos, em detrimento de apenas uma “narração superficial” de fatos feita pelos historiadores. A narrativa servia então, dentro da concepção dos *Annales*, para organizar cronologicamente acontecimentos políticos e “legitimar os atos de personalidades políticas” (OLIVEIRA, 2015, p. 259). Como demonstramos, a crítica à narrativa já se apresentava em um período anterior, não sendo feita apenas pelos historiadores da revista dos *Annales*. Mas não se pretende aqui discutir o quanto a Escola francesa trouxe de questões realmente novas no debate historiográfico, debate que foge aos limites deste artigo. Pretende-se apenas demonstrar que, com a consolidação da Escola dos *Annales* e a crescente credibilidade dada a seus membros, a escrita narrativa continuou por um bom tempo ainda associada à uma escrita factual e literária e rejeitada pela maioria dos historiadores da Escola, e por outros tantos historiadores influenciados por seus paradigmas.

Este debate vai criar novos contornos na segunda metade do século XX. A partir da década de 1970, há mudanças significativas naquilo que consideramos a produção científica de conhecimento histórico. A chamada “pós-modernidade” emerge no final da década de 60 com vários acontecimentos que marcaram uma mudança do mundo ocidental (como o pós-guerra, o movimento estudantil de ‘maio de 1968’ na França e em outros países, o surgimento

da *new left*, a ascensão do feminismo, entre outros marcos sociais). Supõe-se que tudo isso contribuiu para a chamada “crise de paradigmas” nas ciências sociais em que há uma derrocada de teorias que explicavam a realidade, com uma ruptura nos modelos epistemológicos que vinham sendo utilizados pela historiografia até então. Esse contexto teria aumentado o descrédito e a não viabilidade dos principais modelos teóricos herdados do século XIX, visto que há uma crítica a esses modelos explicativos totalizantes. A sociedade do período se mostrava muito complexa para caber nestes modelos, que já não davam conta de explicar a realidade que agora incluía novos grupos, novas questões, novas formas de fazer política e de ações da economia (BURKE, 2008).

Essa configuração resulta em um distanciamento ainda maior por parte dos historiadores às questões teóricas e metodológicas de seu ofício profissional, com teorias que denunciam essa “crise”, como a de Hayden White, que aproxima a história da ficção e as críticas de Foucault ao discurso do historiador. Assim, há uma intensa crítica ao estruturalismo e à história quantitativa, que dizem respeito a uma reflexão sobre o retorno do lugar do sujeito no mundo e também ao sentido narrativo da história. Há também, a partir de meados da década de 1960, uma abertura para a interdisciplinaridade no conhecimento histórico e uma aproximação cada vez maior com a antropologia. Depois essas movimentações desencadearão no que ficou conhecido como “Nova história”, ou história cultural, que abarcam propostas como a micro-história, de Ginzburg, ou as ideias de Paul Ricoeur, por exemplo, que são tentativas de criar novos métodos e abordagens específicos da história enquanto campo de produção de conhecimento. Elas procuram pensar o homem em sua singularidade, em relação com a coletividade (BURKE, 2008).

Não por acaso surge também, dentro das ciências sociais, o movimento do *Linguistic Turn*, com uma abordagem da realidade mais voltada para a linguagem. Um dos intelectuais representantes desse movimento é Hayden White, que contribui enormemente para o debate sobre a definição da escrita da história e de seu estatuto na Universidade. Um de seus textos mais conhecidos, “O texto histórico como artefato literário”, de 1978, rompe com algumas concepções consolidadas sobre o caráter da escrita histórica e impulsiona inúmeras discussões sobre a aproximação entre a história e a literatura.

Uma de suas maiores contribuições para a construção do conhecimento histórico reside justamente na relevância que o autor dá à escrita da história. Pois para ele a história não é apenas o trabalho com fontes, mas principalmente a forma como elas serão apresentadas em um texto. White pensa na estética do texto histórico e a relevância que essa estética possui,

pois, para ele, a força do texto está em seu elemento explicativo, na sua capacidade de convencimento (WHITE, 1994).

Para White os discursos do historiador e do ficcionista são muito próximos. O discurso produzido pelo historiador não é o passado em si, a “realidade” vivida. Ele não é uma vivência, portanto, é ficção. Isso porque, ao produzir um texto, o historiador faz uma narrativa a partir de sua interpretação pessoal de uma determinada experiência passada. Essa experiência, que na verdade é a interpretação que o historiador faz de suas fontes e a escolha que este faz ao selecionar os fatos e colocá-los em uma ordem cronológica, nada mais é do que a construção de um conhecimento ficcional por parte desse pesquisador. Pois temos que levar em consideração que a fonte histórica também é discurso, produção humana. Essas intencionalidades de produção presentes tanto nas fontes que o historiador vai lidar quanto na sua própria escrita, que sempre é interessada e pessoal, acentuam o caráter subjetivo da produção do conhecimento histórico, em detrimento a uma apreensão objetiva (WHITE, 1994).

Para White, os acontecimentos têm valor neutro. Um fato não existe por si, nele não há sentido intrínseco. Tanto a literatura quanto a história expressam visões de mundo, são um discurso de invenção. Quem vai dar o tom de certos fatos como sendo “trágicos”, “emocionantes” ou qualquer outra característica é o historiador. Ele escolhe os fatos, dá preferência a uns em detrimento de outros, conta de certa forma alguns e outros, etc. Essas análises advêm de um lugar que ocupamos enquanto sujeitos e também daquilo que se quer convencer com o seu texto. Por isso o texto é um processo criativo. É a narrativa que cria, de forma metafórica, as conexões que os acontecimentos têm entre si. Pois o que interessa para o historiador, segundo Hayden White, é que a história conte uma narrativa embasada no real. No discurso histórico não há distinção entre o real e a ficção, a construção discursiva é sempre figurativa. A história não é científica, mas ela precisa convencer o seu leitor de que aquilo o que diz é digno de ser acreditado. E esse convencimento advém de um processo artístico, de criação. Por isso, para ele, a história é um artefato literário (WHITE, 1994).

Paul Veyne contribui para o debate do estatuto da história e qual a sua forma de escrita específica. Dois textos em específico, “A noção de intriga” e “Em que é a história obra de arte”, nos ajudam a pensar a questão sobre a aproximação entre a produção do conhecimento histórico e a arte. Eles estão presentes no livro “Como se escreve a História”, que é escrito no começo da década de 1970 e reflete sobre a questão da escrita da história e da narrativa. Paul Veyne impressiona ao tirar a historiografia do seu estatuto científico. Para ele a própria

história se configura enquanto intriga, e é muito mais subjetiva do que objetiva (VEYNE, 1987).

Veyne sustenta o seu argumento afirmando que os chamados fatos históricos são recortados à escolha do historiador, eles não existem por si em suas conexões. Quem faz as conexões é o historiador. É ele quem apreende aquilo o que aconteceu conectando pontos, tempos, e, simultaneamente, descartando aquilo que considera de menor importância. Os fatos não existem de forma isolada. A história é orgânica, conectada, e por isso sua própria escrita se faz através de conexões, pois para Paul Veyne nada existe que não esteja dentro de uma trama. Dessa forma, seria impossível, para ele, fazer uma história isolando os acontecimentos, pois a própria compreensão histórica se dá no campo do cruzamento de diversas tramas. Essa trama, que ele chama de intriga, não é determinista: ela é humana, múltipla. Não tem a intenção de narrar absolutamente tudo. Apenas aquilo que se considera relevante para o curso da história vivida e que a movimenta, portanto, as que o historiador escolhe para compor a sua trama. Por isso, para ele os fatos não existem por si – eles são neutros. Quem dá o tom do acontecido é o historiador (VEYNE, 1987).

Para Veyne, o que torna um texto de história interessante é justamente seu caráter literário; é explicar o passado de forma parecida com a forma à qual vemos a realidade presente, sem muitos elementos ocultos. Quanto mais a história explica, mais qualidade o texto tem. Quando a história faz isso, explica a realidade de uma forma mais clara e palpável, se aproxima da literatura e, portanto, da obra de arte. Nesse sentido, a escrita da história, mesmo que tenha uma intenção de objetividade em sua prática, é artística, pois exige mais do que apenas o manejo de técnicas pelo historiador, mas também um talento em sua produção, que é o que vai, de fato, valorizar um texto como tal. É na originalidade da intriga feita pelo historiador que reside seu talento, ou seja, na coerência com que narra a história. Ela exige do historiador boa parte de um elemento inventivo, que irá se adaptar ao campo dos acontecimentos e fará as conexões necessárias que tornará essa trama compreensível. Assim, para Paul Veyne a história não é ciência, e também não é completamente obra de arte, mas se assemelha a ela (VEYNE, 1987).

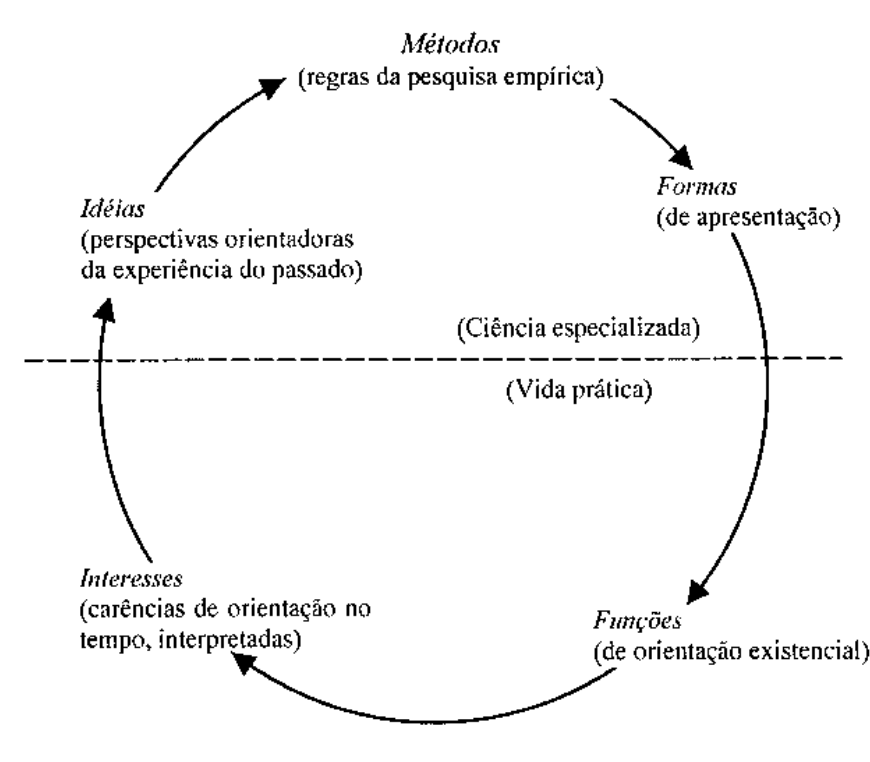
Essas concepções de uma realidade histórica que só possa existir por meio da linguagem também podem ser analisadas sob outras perspectivas. Que a história em si não pode ser recuperada, todos os historiadores aqui estudados concordam. Mas o debate sobre o lugar da subjetividade da história e, portanto, qual seu estatuto e consequente estrutura escrita (se se aproxima mais de uma estrutura narrativa, a partir da ligação que esta forma de escrita

teoricamente teria com aquilo que é de caráter ficcional, ou, se se apresenta como um discurso científico e objetivo, sem elementos ficcionais) são muito enriquecidos com as contribuições de Jörn Rüsen, Michel de Certeau e Roger Chartier.

Rüsen, historiador alemão, quer entender princípios e regras do pensamento histórico, e isso, para ele, é função da teoria da história, que nunca está à parte da prática do historiador, e nem meramente a baseia, mas é um princípio inerente a ela. A teoria da história demonstra a totalidade da ciência histórica, em sua relação com a vida prática. Ele escreve nesse momento de “crise” epistemológica, e busca descobrir aquilo que seria de caráter comum, fundamental à ciência da história, cujo termo técnico é matriz disciplinar.

Ele entende que a ciência da história é apenas uma realização particular do pensamento histórico, que é amplo e está inserido nos fundamentos gerais da vida humana prática. Ele parte da vida prática, das operações intelectuais que todos os humanos fazem, para entender a realização do conhecimento científico. Considera que o pensamento histórico é intrínseco ao próprio processo de existência humana, estando presente nas atividades mais elementares do cotidiano. Isso porque todos os sujeitos possuem uma necessidade congênita de orientação temporal e a relação que estabelecemos com o tempo está diretamente ligada à uma capacidade de consciência da historicidade da existência. A experiência histórica não existe por si, não é concreta, mas se expressa no plano da consciência, passando a existir quando é refletida. Por isso, Rüsen trabalha com a ideia de “racionalidade” humana, pois a história dos humanos se difere de uma história sem eles, a sociedade é o sujeito da história. A matriz disciplinar de Rüsen seria representada da seguinte forma:

Figura 1 – Matriz disciplinar de Rüsen



Fonte: PINA, 2015, p. 287

Rüsen começa a explicar pelo ponto da vida corrente que conhecemos como consciência histórica, ou pensamento histórico, que se constitui a partir das carências de orientação do agir e do sofrer no tempo. Ele entende a consciência histórica como uma forma de expressão das operações da vida cotidiana que estabelecem uma relação com o tempo. Pois o ser humano só pode viver em sociedade, relacionar-se com a natureza e com seus pares a partir do momento que interpreta as intenções da sua ação e a sua paixão:

A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo. Estas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias dadas da vida. (RÜSEN, 2001, p. 59).

Tais condições dadas seriam aquilo que constantemente nos chega como resultado das experiências em nosso presente, dentro da movimentação natural da história. O ser humano, por se utilizar de suas intenções ao agir, interpreta o mundo e suas experiências a partir dessas intenções – ou expectativas. Sua ação procura sempre ir além daquilo que já está dado pelo momento, daquilo que se experimenta como mudanças.

Então, para Rüsen, existe uma diferença entre tempo como experiência e tempo como intencionalidade de agir: são tempos distintos, porém mesclados na realidade. Na consciência histórica realiza-se a dinâmica entre essas duas temporalidades, operada justamente em situações genéricas e elementares da vida humana prática. Essa dinâmica que relaciona as duas dimensões temporais ajuda os seres humanos a significar o mundo e a si mesmos, pois dá sentido à experiência no tempo, tendo, portanto, um caráter orientador. Assim, o eixo tempo-cotidiano-história está intimamente interligado e funciona de forma conjunta.

A partir dessa carência de orientação se constituirá uma ciência que procura dar conta de supri-la, dando respostas aos problemas. A ciência também é feita a partir destas carências e do desejo que se tem de se assegurar no tempo, obtendo conhecimento do passado para se orientar no presente. É o que Rüsen vai chamar de *interesses*: “Interesses são determinadas carências cuja satisfação pressupõe, da parte dos que a querem satisfazer, que esses já as interpretem no sentido das respostas a serem obtidas.” (RÜSEN, 2001, p. 30).

Porém, os interesses não são em si conhecimento histórico, pois para que possamos ir ao passado de forma que este nos ajude em nossa orientação temporal, precisamos de critérios de sentido. Eles ajudam a nossa percepção a interpretar o mundo e a nós mesmos, e através dessa significação os homens podem agir no mundo. É que o Rüsen chama de *ideias*, no sentido mais fundamental e cotidiano que esta expressão pode ter. Estas ideias direcionam os nossos interesses e constituem “[...] as perspectivas gerais nas quais o passado aparece como história.” (RÜSEN, 2001, p. 32).

E o passado se mostra através das fontes históricas. As fontes são fundamentais para que um conhecimento do passado possa ser interpretado e dotado de sentido. Mas o mero passado não se constitui enquanto algo histórico. Pois o historiador, ao ir ao passado através das fontes, parte de um lugar e de questões que são postas por ele, baseados em interesses e ideias. Para que estas perspectivas quanto ao passado se transformem em um conhecimento especificamente científico, esta busca deve estar atrelada à *métodos e regras de pesquisa*. Eles regulam a produção das ideias e representam o terceiro elemento da matriz disciplinar (RÜSEN, 2001).

Mas esta fundamentação metodológica ainda não basta para a constituição da ciência histórica. Temos que considerar a escrita da história, ou *as formas de apresentação* que este conhecimento vai adquirir. Para Rüsen, este fator é tão importante quanto os outros e não se constitui apenas como resultado dos anteriores, pois a escrita da história tem um papel fundamental na constituição do conhecimento que se quer construir:

Essa forma de apresentação marca o outro limite da história como ciência especializada: é com ela que o saber histórico adquire vida própria no contexto social da ciência da história; ela assume funções de orientação que não dependem mais só da história como ciência (embora as formas de apresentação exerçam, naturalmente, influência sobre que funções podem ou não caber ao saber científico elaborado cientificamente). (RÜSEN, 2001, p. 36).

Essa escrita da história, ou historiografia, procura responder a perguntas que foram originadas a partir das carências de orientação temporal. Por isso agora se “retorna” a um ponto de orientação na vida prática, ao qual o Rüsen denomina o seu último fator na matriz disciplinar de *funções* de orientação existencial, que fecha um movimento cíclico.

Estes cinco fatores são interdependentes e se movimentam de forma dinâmica, e todos dizem respeito a uma determinada etapa de orientação temporal do ser humano. Assim, nessa matriz disciplinar ficam expressas: as condições elementares nas quais o pensamento histórico científico se forma; como a ciência histórica não se constitui em separado de uma vivência prática, mas são instâncias que se relacionam o tempo todo; e, também, que essa ciência contribui para as mudanças na vida prática dos homens (RÜSEN, 2001).

Por isso, Rüsen ressalta a necessidade do historiador de mergulhar no cotidiano humano, até como uma forma de melhor entender e analisar as ações dos sujeitos históricos, e ressalta a importância da autorreflexão constante na prática historiográfica:

Pois se são carências de orientação no tempo que provocam o pensamento histórico e lhe conferem uma função relevante na vida, então a história como ciência e sua pretensão de racionalidade não podem ser explicadas e fundamentadas sem se levar em conta essa função. (RÜSEN, 2001, p. 34).

Percebemos, então, a complexidade em torno da natureza do histórico e da história enquanto disciplina científica. Por isso, para Rüsen, a ciência histórica, ou a historiografia é apenas uma realização particular do pensamento histórico, visto que este é muito mais amplo do que sua realização científica.

Mas como, no processo cognitivo de orientação temporal, se manifestam essas diversas temporalidades, pois a experiência em si não se articula de forma cronológica, linear? Nós podemos traçar uma operação cognitiva que promova uma relação de sentido entre passado-presente-futuro. Para Rüsen, essa produção se dá pela operação da *narrativa*, em que consciência histórica se forma de uma maneira coerente e unitária. Ela seria uma unidade estrutural de pensamento que constitui o sentido da experiência temporal. A consciência histórica se forma na narrativa, pois ela é o resultado intelectual que vai fundamentar todo

pensamento histórico (também o científico). Mas a consciência histórica não se forma necessariamente apenas através da narrativa. Então, quais condições a operação da narrativa deve satisfazer, para que ela constitua a consciência histórica?

Existem três especificações da narrativa enquanto fundamento do conhecimento histórico na vida prática. A primeira acontece quando a consciência histórica recorre à *lembranças*, nas quais do presente vamos ao passado, para compreender a realidade atual e poder projetar um futuro com sentido. A lembrança expressa essa relação fundamental com a experiência do tempo. Mas a consciência histórica não se constitui na narrativa apenas pelo ato em si de ir passado através de lembranças. Pois vamos ao passado sempre a partir de uma carência no presente, e as interpretações das experiências são feitas a partir de intenções de ação. Somente assim as experiências do tempo presente são vistas de forma conjunta (RÜSEN, 2001). Assim, a narrativa histórica torna integradas as três dimensões temporais, em uma interdependência de passado, presente e futuro.

A segunda especificação da narrativa enquanto constituidora da consciência histórica é a sua capacidade de representar as diversas mudanças passadas, lembradas no presente, como processos contínuos e em que a própria experiência presente pode ser interpretada e extrapolada em uma expectativa futura, organizando as temporalidades em uma *representação de continuidade*.

A terceira especificação da narrativa enquanto fundamento do conhecimento histórico na vida prática diz respeito aos critérios que determinam essas representações de continuidade. Tais critérios são produzidos com respeito à *identidade* dos sujeitos. A narrativa é utilizada como uma forma de os sujeitos não se perderem nas mudanças do mundo e de si mesmos, e a fundamentação na identidade aparece como forma de assegurar-se no tempo utilizando, entre outras coisas, a narrativa histórica. Pois a narrativa é um processo que procura alcançar uma segurança e firmeza no fluxo do tempo:

A experiência do tempo é sempre uma experiência da perda iminente da identidade do homem (também aqui a experiência mais radical é a da morte). A capacidade dos homens de agir depende da aptidão em fazer valer a si próprios, a sua subjetividade, portanto, na relação com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, como permanência na evolução do tempo, à qual precisam reagir com suas ações e que, simultaneamente, produzem por essas mesmas ações. (RÜSEN, 2001, p. 66).

Considerada desta forma, a narrativa histórica é um mecanismo de constituição da identidade humana. É por meio dela que as representações de continuidade temporal se inserem no quadro de orientação da vida prática humana. Em Rüsen, a narrativa faz parte do

próprio processo de produção de pensamento histórico, que se estende para além da sua articulação científica (RÜSEN, 2001).

Essa ideia de que a história nunca deixa de ter um elemento narrativo aparece também nos textos de Chartier e Certeau. Chartier está escrevendo após a chamada “crise epistemológica”, já na década de 1990. Para Chartier, porém, essa “crise” e as suas incertezas apenas vêm para aqueles que se utilizavam dos modelos estruturais como base para suas pesquisas. Em seu texto “A história entre a narrativa e o conhecimento”, Chartier diz que o historiador, ao produzir a narrativa histórica, cria uma intriga que pode fazer com que o texto seja mais ou menos interessante para o leitor. A intriga, nesse caso, se difere do sentido de Hayden White ou Paul Veyne. Ele acentua a questão de que a construção da história necessita do uso das fontes, pois mesmo que elas também sejam construções, representações, é nelas que reside o poder de alcançar uma verossimilhança. Então para ele não há produção de verdades no discurso histórico, mas há produção de validades, alcançadas através do estudo das fontes (CHARTIER, 2002).

Chartier defende também que a história é narrativa e nunca deixou de sê-la, apesar das inúmeras críticas feitas pelos representantes da escola dos *Annales* no começo do século XX a esse modo de escrita. É narrativa porque procura dar conta dos “personagens” históricos em suas relações com o mundo social, na qual a apreensão parte necessariamente de construção discursiva narrativa. Ou seja, a historiografia não é a descrição de eventos onde está embutida uma ideia anterior estrutural de mundo, mas o *enredo* criado a partir das relações entre diferentes elementos. Então o historiador, mesmo que se utilize de elementos literários, não faz literatura. Pois depende das fontes e, portanto, do passado que elas representam. Chartier concorda então com Certeau ao pensar que, a história não é ciência no sentido *galileano*, racional do termo, tampouco é uma atividade literária, pois precisa do manejo de técnicas, regras específicas que a faz ter um caráter de validade. Assim, a construção histórica existe na tensão entre a narrativa e o conhecimento (CHARTIER, 2002).

Também nessa ideia um pouco mais equilibrada entre os dois pólos, podemos lançar mão da teoria de Michel de Certeau, que em sua obra “A escrita da História”, publicada pela primeira vez em 1974, nos traz reflexões importantes e fundamentais para pensarmos aquilo que caracteriza a profissão do historiador. No capítulo “A operação historiográfica”, Certeau reflete sobre o estatuto da história, o que caracteriza o fazer historiográfico e qual a especificidade de sua escrita. Ele aponta três elementos que se combinam na operação da construção do conhecimento histórico: um lugar social, uma prática e uma escrita. O lugar

social do historiador diz respeito ao grupo social a que pertence, como condições econômicas, de gênero, as origens nacionais, etc. e, também, a instituição a que pertence. A prática diz respeito aos métodos e regras de pesquisa específicos utilizados pelo historiador. Mas especificamente neste artigo nos interessa determos no último item, a escrita, e pensar a contribuição de sua ideia de narrativa para a sustentação de sua teoria.

A escrita, para Certeau, apesar de ter elementos objetivos, nunca é técnica. O historiador está condicionado ao uso das fontes para que seu texto tenha validade científica, mas, ao mesmo tempo, o seu texto apresenta elementos criativos que são necessários à produção de uma narrativa e que aproximam a história da literatura. A história, nesse sentido, não se encontra nem no pólo de uma cientificidade dura, mas também não está totalmente no pólo da arte inventiva. Ela se encontra no meio dos dois (CERTEAU, 1982).

Podemos ver o elemento criativo da história quando pensamos na questão da cronologia da escrita. Pois a história, enquanto experiência vivida, acontece no campo de uma certa sucessão de fatos, na qual está embutida uma cronologia. Esta noção de cronologia também se encontra na escrita, quando interpretamos o passado e o narramos, porém, na escrita a cronologia é flexível. Ela possui um tempo próprio, aquilo que Certeau chama de “tempo discursivo”, visto que ele não se equivale ao tempo vivido. Ao contar uma história, ele pode ir e voltar, ser estendido ou ser diminuído, etc. Por isso, o tempo da escrita é criativo, pois ele não pretende descrever o passado tal qual ele foi, no tempo do ocorrido, mas produz uma narrativa sobre o que aconteceu, selecionando o que contar e a forma de dizê-lo (CERTEAU, 1982).

O discurso toma como início aquilo que, na verdade, é o ponto de chegada. O sentido que se atribui a uma dada experiência parte do presente do historiador, no qual o preenchimento das lacunas da pesquisa produz, no presente, o significado do passado. Assim, a escrita inverte o sentido, a orientação no tempo. O historiador orienta-se no tempo sempre a partir de um ponto zero (que é mítico, não existe concretamente), e também de um final, que é o presente. Pois toda cronologia precisa de um marco temporal no ponto zero, visto que ela é o desdobramento desse ponto. Dessa forma, história tem como conteúdo uma “verdade”, pois é isso o que ela objetiva alcançar e o que se espera dela, mas a sua construção discursiva se dá através da *sucessividade temporal*, indicando um tempo que é próprio do discurso (CERTEAU, 1982).

Certeau defende que a história é um discurso misto, pois ela engloba tanto características de uma narração quanto de um discurso lógico, e que se constrói a partir de

dois movimentos contrários. No primeiro, o conteúdo da verdade fragmentada é cronologizado através da narração. No segundo, inversamente, o sentido do estudo semântico das fontes cria automaticamente um agrupamento de enunciados e uma sequência histórica de acontecimentos descritos nelas. Mas essa passagem de um gênero para outro é apenas metafórica, pois na prática elas já estão imbricadas (CERTEAU, 1982).

Certeau também não exclui o caráter narrativo da historiografia, mas mostra que ela é uma narrativa diferente da literatura. Essa escrita diacrônica que tem uma lógica cronológica da história e apresenta acontecimentos como se acontecessem sucessivamente (ex: isso acontece e depois aquilo acontece, pois há uma coerência entre os acontecimentos) precisa se sustentar em critérios de validade que dão credibilidade à história. Por isso o discurso histórico se utiliza de citações e referências, por que sem isso não consegue atingir o efeito do real esperado da história. Não o real em si e nem a criação narrativa sem a preocupação de ter uma validade científica, mas, sim, na mistura dos dois é que se constrói o enredo histórico (CERTEAU, 1982).

Ao apresentar os elementos ficcionais presentes na construção do conhecimento histórico, Certeau não abre mão da objetividade e da técnica presentes no discurso, que precisa conter uma lógica e coerência baseada na pesquisa das fontes. A historiografia é um discurso, uma narrativa construída com citações, pois estas comprovam aquilo que é dito e torna a escrita mais verossímil. E a escrita da história é a prática que entrega o produto final da história. Nela estão embutidas as articulações ao lugar social ocupado pelo historiador e também o caminho percorrido por sua prática. É a síntese do próprio fazer historiográfico (CERTEAU, 1982).

Voltando à Rüsen, a historiografia também não é uma construção totalmente livre pois se pauta em uma tradição. Para ele o presente não deixa de ser também resultado do passado, dos feitos anteriores, e a forma mais próxima em que as ações passadas se situam no presente é através da tradição, que é uma pré-história dos feitos. Denomina de "pré-história" no sentido de que é anterior à história, anterior às ações históricas, pois a ação humana sempre se baseia em pressupostos, em que o passado já está presente no agir presente, antes da ação da consciência histórica (RÜSEN, 2001).

Aqui, Rüsen não utiliza tradição no sentido de tratar um passado como história intencionalmente, mas um "componente intencional prévio do agir." (RÜSEN, 2001, p. 176). Intencional, pois as intenções orientadoras de agir também estão imbuídas do passado e, na tradição, o passado está no quadro de referência de orientação da vida prática atual. Ela vem

do passado para o presente, influenciando as perspectivas de ação, mas sem que se tenha uma consciência de que é passado, pois é anterior a uma construção de sentido intencional, feito pela consciência histórica. Assim:

Seu caráter pré-histórico consiste em que, nela, o passado não é consciente como passado, mas vale como presente puro e simples, na atemporalidade do óbvio. [...] Tradição é a unidade imediata entre experiência no tempo e intenção no tempo, tradição é o tempo da natureza transcendido em tempo humano, ela é a recuperação do tempo ainda antes de quaisquer resgates do tempo realizados pela consciência histórica. [...] Na tradição, o agir passado subsiste por si, encerra em si a marca de sua importância e os elementos do processo temporal com os quais co-determina, mediante orientação temporal do agir atual, o curso do tempo presente. (RÜSEN, 2001, p. 77).

Na tradição estaria já presente uma dimensão de sintetização de passado, presente e futuro. Como a tradição por si não basta para um processo de orientação, precisamos da consciência histórica para dar sentido ao processo temporal. A história age na tradição, por isso Rüsen diz que dos feitos, se faz a história. Pois a história é crítica da tradição, no sentido que ela desagrega, através de um processo racional, a unidade temporal de experiência e expectativa da consciência histórica. Essa crítica não se elabora como uma negação da unidade, mas uma reflexão sobre ela que permite que as dimensões temporais de passado, presente e futuro sejam distinguidas e relacionadas entre si (RÜSEN, 2001).

A crítica amplia e diferencia a consciência dessa presença do passado. A consciência histórica, assim, pode lembrar – e esquecer – as referências do passado para ajudar no processo de construção de identidade. Rüsen distingue na experiência histórica três modos de o passado estar no presente: 1º) como tradição, como descrita até agora, sem a consciência do passado como tal; 2º) como resultado das ações passadas, que constituem as condições dadas ao presente; 3º) na forma de vestígios, que não têm mais função de orientação temporal (como uma estátua perdida no deserto, por exemplo) (RÜSEN, 2001).

Assim, a historiografia não é uma prática descolada, desvinculada da experiência passada:

Sendo assim, o ofício dos historiadores profissionais não pode mais ser entendido como instituição autônoma de sentido, e tampouco a história seria apenas o que os historiadores produzem, pois o constructo significativo ‘história’ não poderia mais ser pensado como algo criado por um ato autônomo, poético ou demiúrgico que seja, mas apenas como algo que sempre já se encontrava instituído na pré-história da vida humana prática. (RÜSEN, 2001, p. 75).

Se entendemos que a ficção é algo completamente apartado da disciplina histórica científica, podemos cair na armadilha de enxergar a literatura apenas como invenção, como abstração subjetiva do autor que pouco teria a contribuir para a produção de conhecimento do historiador, este sim mais próximo da “realidade”. Por outro lado, se dispensamos a ideia de que há qualquer objetividade na escrita da história, e colocamos a história e a literatura como par idêntico de produção de conteúdo, perdemos o contato com um sentido técnico e metódico que a história enquanto ciência necessita ter, e com o fato de que o discurso do historiador nunca está completamente descolado de experiências passadas, estas expressas e denotadas a partir de fontes históricas.

Tanto o historiador quanto o literato partem da vida prática para escrever, suas produções são apropriadas pelos leitores, estarão “dentro” de um percurso da história, e, portanto, produzirão realidade. Ambos são discursos inerentes à sua própria existência temporal. Mas a historiografia aqui também se difere da literatura porque, para o público, a história cumpre uma função de orientação existencial que é diferente da função de orientação que cumpre um discurso literário, pois essa denotação de função envolve o significado que o leitor dá aos discursos.

O literato é mais livre que o historiador, no sentido de que não tem compromisso com fonte históricas e com a verossimilhança da realidade, sua escrita pode ser inventiva e totalmente subjetiva. Mas seu texto não deixa de estar circunscrito em uma realidade social, não deixa de partir da vida prática tal como ela se apresenta ao autor. O autor da literatura também não deixa de escrever embasado em sua realidade social. Assim, o historiador pode utilizar a literatura como fonte histórica na medida em que:

A literatura tomada como um documento é fonte e testemunha eximia para o estudo dos imaginários sociais à medida que é um produto social e enquanto tal, revela as condições da sociedade em que ocorre, expressando tanto a realidade profundamente radica em que inspira, como também transmitindo e instituindo novos valores e noções; modificando nos indivíduos suas condutas e concepções de mundo, ou ainda reforçando os valores sociais existentes, isto é, ao mesmo tempo que representa a sociedade, contribui também para moldá-la e construí-la para o seu devir. (BORGES, 1993, p. 33).

A literatura pode ser fonte de pesquisa para uma produção historiográfica, desde que levados em consideração o lugar social de seu autor, as condições de sua produção e seu contexto social específico. Assim, dirá muito a respeito da sociedade naquela época, as questões latentes no período, as crenças e costumes de uma época, seu imaginário, etc. Nesse

sentido, a literatura pode ser uma fonte riquíssima sobre uma determinada sociedade e, dessa forma, a relação entre história e literatura, mais do que possível, é bastante significativa.

Referências Bibliográficas

BORGES, Valdeci R. História e Literatura: relação de troca e cumplicidade. **História & Perspectivas**, Uberlândia, Jul-Dez 1993, p. 31-42.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, 191p.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 93-119.

CHARTIER, Roger. A História entre a narrativa e o conhecimento. In: **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002, p. 81-116.

OLIVEIRA, Wigeslei Rosa de. Contra a história historicista: a combatividade discursiva de Lucien Febvre contra Victor Langlois e Charles Seignobos. **Revista Expedições**, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 244-273, ago. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/vales/Downloads/3451-Texto%20do%20artigo-14602-2-10-20160211.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

PINA, Max Lanio Martins. O ensino de história na perspectiva de Jörn Rüsen. **Revista História UGD – Anápolis**, v. 4, n. 1, p. 284-292, jan./jun.2015. Disponível em <file:///D:/Documents/Meus%20Documentos/Downloads/3207-12024-1-PB.pdf>. Acesso em 30 abr.18.

RÜSEN, J. **Razão histórica**. Teoria da história. Fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. UnB, 2001.

VEYNE, Paul. A noção de intriga/Em que é a história obra de arte. In: **Como se escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 44-5 e p. 256-57.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 97-116.

Diálogos entre Teoria e Literatura: a escrita de Freud

Larissa de Assis Pimenta Rodrigues, UFOP¹

Resumo

Este artigo investiga as possibilidades de uma escrita da história com abordagem interdisciplinar, explorando a categoria de escrita cunhada por Sigmund Freud como “Ficção Teórica”. Esta modalidade de escrita é encontrada nos escritos de Freud principalmente ao relatar casos clínicos nos quais ele lançava mão de recursos literários para compor verdadeiros contos que articulavam ficção e teoria psicanalítica. Tal escrita suscita interpretações para além do que foi pretendido transmitir, como traços culturais ou aspectos subjetivos da época e dos indivíduos. Isto é, ela seria capaz de revelar elementos de um inconsciente coletivo, através de vocábulos usados, escolha de temas, valores morais, etc. Portanto, a ficção teórica não é uma nova forma de teorização, mas suscita interpretações e produz sentidos que seriam imprevisíveis pela teoria pura.

Palavras-chave: Ficção teórica, literatura, psicanálise.

Abstract

This article intends to investigate the the writing of History with an interdisciplinary approach, exploring the category of writing coined by Sigmund Freud as "Theoretical Fiction". This kind of writing is found in Freud's reports of his clinical cases, in which he used literary resources to compose true tales articulating fiction and psychoanalytic theory. This writing raises interpretations beyond what was intended to convey, such as cultural traits or subjective aspects from the periods and its individuals. That is, it would be able to reveal elements of a collective unconscious through used words, choice of themes, moral values, etc. Therefore, Theoretical Fiction is not a new form of theorizing but it raises interpretations and produces meanings that would be unforeseen by pure theory.

Keywords: Theoretical Fiction, literature, psychoanalysis.

Introdução

Esta pesquisa investiga as possibilidades da escrita da história enquanto uma escrita que investe em uma abordagem interdisciplinar, especialmente tendo em vista uma articulação entre a história, a psicanálise e a mística. Para tanto, a pesquisa adotou como principal aporte teórico os textos de Michel de Certeau, autor que aproxima a escrita histórica com a escrita psicanalítica, com enfoque, principalmente, sobre o uso do recurso da *Ficção Teórica*. Este é um termo cunhado por Sigmund Freud, intelectual cujo tipo de escrita daremos realce nesta reflexão. De acordo com Rodrigo Orellana,

O discurso de Freud seria a ficção que retorna na seriedade científica, não exclusivamente como objeto de análise, mas como a sua forma. Desta maneira, o relato freudiano combina no texto as estruturas patológicas com uma “história do sofrimento” que se retrotraí ao drama familiar ou ao mito

¹ Mestranda em História Pela UFOP com pesquisa financiada pela FAPEMIG.

cultural; uma matriz que se reproduz na interlocução terapêutica através do cruzamento entre a narração fragmentária do paciente e a restauração narrativa do médico. O uso literário, portanto, não se oporia aqui à interpretação histórica. (ORELLANA, 2012, p. 19).

Desta maneira, segundo Michel de Certeau,

Essa ficção-científica funciona, à semelhança de outras heterologias, no ponto de junção entre discurso científico e linguagem ordinária, exatamente no ponto em que o passado se conjuga com o presente e em que as indagações sem tratamento técnico retornam como metáforas narrativas. (CERTEAU, 2011, p. 63).

Lembremos ainda que Certeau

[...] participou ativamente como membro da Escola Freudiana de Paris, idealizada por Lacan, desde sua fundação em 1964 até sua dissolução em 1980. Apesar de sua filiação à instituição psicanalítica, Certeau não se autorizava como psicanalista. Era como historiador que buscava na psicanálise elementos para realizar seu ofício. (COSTA, 2012, p. 295).

Assim, Certeau analisa a escrita histórica de Freud, considerando que aquele psicanalista propõe uma outra leitura do documento histórico, não restrita a uma relação direta entre relato e acontecimento.

A Ficção teórica em Freud

Moisés e o Monoteísmo é um exemplo interessante para o modelo de escrita proposto neste artigo. Este fora o último texto de Sigmund Freud, redigido em 1939, pois o autor faleceu logo depois, no mesmo ano. Ele é tido como um “romance histórico”, configuração textual que articula imaginário e realidade vivida. Nesta obra, Freud aborda a reelaboração do recalcado pelas religiões monoteístas, especialmente pelo Cristianismo, buscando o fato originário do assassinato do Pai, que para os judeus seria o profeta Moisés. Até hoje este fato se repetiria como forma de reafirmação do ressentimento: a eucaristia simularia a morte de Cristo, que imitaria a morte de Moisés, que imitaria, por sua vez, a morte do Pai.

De fato, Freud sempre dirigiu um interesse sobre as obras literárias (Freud recorre frequentemente a romances, mitologia, novela, ficção, etc.). Mas tal interesse não se explica pelo conteúdo da obra, e, sim, pela forma como a literatura mobiliza sentidos de uma cultura, pois aquilo que Freud encontra na obra literária não é um inconsciente coletivo cristalizado pelo texto, mas expressões de um inconsciente comum, originado e organizado pela cultura.

Pensando nessas aproximações teóricas, tanto a psicanálise quanto a história e a literatura são práticas textuais que se encontram no campo da linguagem. A linguagem é, segundo Saussure, a primeira instituição à qual todo significado se subordina; Já Lacan, evoca a linguagem como O Grande Outro (PISANI, 2007, p. 191). A literatura é, dessa forma, o campo em que se elaboram os significados sociais, e, portanto, ela é condição e possibilidade para a prática da psicanálise, pois revela não um inconsciente coletivo *a priori*, mas efeitos comuns de interpretação deste.

Se, por vezes, a psicanálise e a literatura se apresentam como pares opostos, como sentido literal/figurado, ficção/realidade, sério/pouco sério; por outro lado é possível dizer também que elas se encontram dentro uma da outra. Assim, a literatura motiva e habita nos conceitos fundamentais da psicanálise (exemplo: complexo de Édipo, Narciso, Eros, Marquês de Sade).

Assim, diz-se que a obra literária é o *inconsciente* da psicanálise: com seu caráter dinâmico, espontâneo e expressivo, ela faz emergir temáticas inconscientes, obscuras para o sujeito criador, este que numa escrita puramente teórica, iria se ater aos modelos pré-concebidos e já elucidados. Por isso mesmo, a obra literária é necessária, já que evoca elaborações ainda não elucidadas. Então, como diz Foucault, a ausência de obra é a própria loucura (porque corresponderia à eterna repressão das pulsões).

A escrita dos casos clínicos de Freud também faz uso do recurso literário, ao relatar em forma de novela. A descrição do caso demanda uma retórica peculiar do romance, para ambientar o leitor à situação específica do personagem, que se identifica com situações típicas de uma história de sofrimento. Sendo assim, a literatura antes rechaçada como ficção pura, poderia retornar como forma teórica, pois, como relato de caso, ganha toda propriedade como base e como meio para as formulações teóricas.

Entre a História e a Psicanálise

Em seu texto *Psicanálise e história*, Certeau argumenta que a psicanálise se articularia a partir de um processo que seria o núcleo da descoberta freudiana: o retorno do recalcado. Este retorno mobiliza uma concepção de tempo e memória que concebe a consciência como tanto a máscara ilusória, como o vestígio de acontecimentos que organizam o presente. Se o passado é recalcado, ele retorna, sub-repticiamente, ao presente do qual havia sido excluído. [...] Dessa forma, haveria uma “inquietante familiaridade” desse passado que um ocupante atual rechaçou (ou acreditou ter rechaçado) para poder apropriar-se de seu lugar. “O morto assombra o vivo, ele ‘re-morde’

(mordida secreta e repetida).” (CERTEAU, 2012, p. 71 apud MIRANDA JUNIOR, 2017, p. 94).

Mas, para tanto, o historiador e o psicanalista se veem enfrentando a tensão entre o discurso e o real. De fato, o historiador não pode se ater às representações, ao mero campo discursivo. Deve levar em conta a materialidade dos acontecimentos, no seu registro e, ainda que, indiretamente, na remissão ao seu viver. Da mesma maneira o psicanalista também deve atentar ao cotidiano vivenciado e narrado pelo paciente, percebendo os sinais de realidade nos fantasmas e vice-versa.

Esta imbricação interdisciplinar entre história e o psiquismo social pode ser remetida à múltiplas frentes, da Alemanha de Wundt e seu estudo das pulsões coletivas, ao final do século XIX, à atenção promovida por historiadores próximos à vertente romântica francesa, como Michelet. No século XX, os fundadores da *École des Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre ganharam renome por ter reintroduzido o interesse pelas dinâmicas econômicas e sociais, nestas incluído o estudo das mentalidades, com fortes inspirações na sociologia dukheimiana.

Pós Segunda Guerra, a história das mentalidades se eclipsou um pouco, mas retornou com força nos circuitos acadêmicos nos anos sessenta. Três fatores podem ser citados para essa retomada. Primeiro, ela se apresentava como alternativa à dicotomização que certas correntes marxistas promoviam entre infraestrutura e superestrutura, acompanhada pela teoria do reflexo cultural acerca do econômico. Segundo, a história das mentalidades dialogava com o freudismo, lançando olhares ao “inconsciente social”, terreno que até então fora considerado praticamente inacessível para a disciplina historiográfica.

De fato, a obra de Freud se mostrou aporte, sobretudo, para a interpretação certa das revoltas populares e de movimentos associados à histeria de conversão (DOSSE, 2003, p. 99). Emmanuel Le Roy Ladurie escreve: “Para nós, Sigmund Freud nunca havia sido velho. Nem sequer simplesmente maduro” (apud DOSSE, 2003, p. 98). Em terceiro lugar, a história das mentalidades alarga as incursões temporais da historiografia na perspectiva da longa duração e, sobretudo, do entrecruzamento dos tempos, enfoque caro à psicanálise.

Após este segundo ápice interdisciplinar entre historiografia e psicanálise, emergiram outras tantas questões que demandaram da teoria da história maior atenção quanto às balizas de tal diálogo, a fim de não ocorrer uma reificação ou instrumentalização conceitual ou metodológica de uma disciplina para outra: “Os conceitos de uma teoria são relativos às

operações que ela induz. Não poderiam converter-se em objetos de outra disciplina, por exemplo, à história que tem suas regras e seu aparato próprio” (*apud* DOSSE, 2003, p. 100).

Além disso, segundo Certeau, a história e a psicanálise têm que trabalhar com a memória, seus retornos, suas fronteiras que incidem no atual, mas que possuem formas distintas de lidar com o tempo. A psicanálise trabalha os traços memoriais contidos *no* presente, enquanto a história postula um corte, uma descontinuidade entre a dimensão memorial e o momento de sua atualização. A primeira reconhece um *no* outro, a segunda, um *ao lado do* outro. (*Ibidem*, p. 100).

Entre a Literatura e a Psicanálise

De fato a literatura surge como predecessora da psicanálise, e, entre elas, surge uma relação-disjunção no que tange às práticas de linguagem das duas. Elas envolvem a leitura/escuta e a escrita, que ao se elaborarem, compõem também um hipertexto, um lugar comum para aquela época e lugar, o que se apreende no texto, mas não se quis representar, o que está contido nas entrelinhas.

Essa relação-disjunção põe em cheque a ideia moderna do Iluminismo de que o saber e a verdade se produzem apenas no campo das ciências e da técnica, na instituição acadêmica. Mas a psicanálise tem como característica o fato de sempre estar em diálogo com outras disciplinas. Por isso mesmo, Freud sempre fez dialogar o discurso médico com o saber popular, a literatura, a estética, e as ciências sociais. Porém, para esse fim, ele teve de resgatar o mito – que a seriedade científica havia eliminado – como fonte de verdade. E isso se fez tanto no nível particular, como coletivo, apreendendo conteúdo individual, de histórias pessoais, e também conteúdo comum ao ser humano, universal, ou de certa coletividade.

Sobre o caso Schreber

Para uma melhor compreensão dessa possibilidade de escrita, um caso clínico emblemático analisado por Freud foi o de Daniel Paul Schreber:

Durante a noite [...], uma noite única, o deus inferior (Arimã) apareceu... Diante das janelas de meu quarto de dormir, sua fala repercutia com uma pujante voz grave... O que era dito soava de um modo que não era absolutamente amigável. Tudo parecia calculado para me inspirar temor e estremecimento; além disso a palavra podridão (*Luder*) fez-se ouvir várias vezes [...] Mas o conteúdo de todas as afirmações era autêntico (*echt*), nenhuma frase apreendida de cor... Assim, a impressão verdadeiramente

dominante em mim não era o temor, mas a admiração diante do grandioso e do sublime [...]. (CERTEAU, 2011, p. 189).

Em resumo, Schreber fora um paciente psicótico que escreveu sobre sua própria patologia, esta, analisada por Freud. O doente foi um alemão do fim do século XIX, doutor em direito, que ao sofrer uma drástica derrota política, caiu em depressão e passou a sofrer alucinações. Nestas, ele tinha visões nas quais se encontrava diante de Deus (o deus Arimã), que o tornaria o grande redentor da humanidade. Mas, em troca, Schreber seria humilhado, chamado de “Luder”, que corresponde a “lixo”, seria emasculado e transformado na concubina do Senhor.

Primeiramente, é importante identificar como Schreber descreve esse “Deus inferior” Arimã. De acordo com Freud, “A atitude de nosso paciente para com *Deus* é tão singular e cheia de contradições internas, que exige mais que um pouco de fé persistir na crença de que, não obstante, existe ‘método’ em sua ‘loucura’.” (FREUD, 1980, p. 15). Ocorre que o próprio Deus não é uma entidade simples. Segundo Freud, havia o próprio Deus, acima das antessalas do céu, mas nos domínios anteriores do céu, eram divididos em duas partes, com um deus inferior (Arimã), mais ligado aos povos de uma raça escura, e um deus superior (Ormuzd) ligado a uma raça loira (arianos) (Ibidem, p. 16).

O deus que veio a Schreber foi o deus mais duro e opressor, análogo às figuras de autoridade que Schreber tinha em sua vida: sua família, de uma linhagem protestante muito rigorista e repressora dos exageros do corpo e impulsos sexuais, seu pai; que fora um médico ortopedista que prezava por uma busca de engrandecimento espiritual; o seu médico Flehsig, com o qual ele tinha uma relação igualmente submissa e na qual ele relatava se sentir abusado; e por fim, o Senado alemão e a estrutura política que ele considerava uma “ludertum”, uma podridão na qual ele estava inserido, ele também seria lixo, seria em suas palavras, “Luder”.

‘Luder’, tem conotações particularmente ricas no contexto dos tormentos de Schreber. Ela de fato pode significar ‘ordinário’, no sentido de uma figura perdida e patética, mas pode também significar vigarista esperto ou patife, além de prostituta, vagabunda ou puta, e por último, a carne morta ou putrefaciente de um animal, especialmente no sentido da carniça usada como isca na caça. (SANTNER, 1997, p. 57).

Sendo assim, em sua psicose, ele se depreciava ao se identificar como podre, vadia, puta, que são todos sinônimos de “Luder”, mas também se identificava. Às vezes como mulher, como homossexual ou como judeu. Aqui, sua escrita autobiográfica nos revela o inesperado, traços fundamentais dos valores daquela sociedade. Ocorre que a “Alemanha

particular de Schreber”, como diz Augusto Cesar Francisco, revelava-se um ambiente historicamente determinado pela misoginia, homofobia e antissemitismo (FRANCISCO, 2004/2005, p. 341).

A Alemanha à época de Schreber era então extremamente classicista e segregadora, tendo também outros alvos de exclusão e depreciação além de mulheres, homossexuais e judeus. Essas são três figuras cujo não reconhecimento social é indispensável para compreendermos as elaborações simbólicas de Schreber ao criar uma situação de completa degradação de si diante de Deus. Estes seriam os representantes do mais baixo nível da Alemanha particular de Schreber, os representantes do Ludertum da época.

Certamente essa formação histórica singular – misógina, antissemita e homofóbica, influenciou Schreber em suas paranoias, bem como Freud em suas interpretações. Para um homem do fim do século XIX, um alemão pertencente à elite, que seja por qual razão for, passa a ter perturbada a identificação com sua posição, fica automaticamente na posição simbólica das figuras marginalizadas dessa cultura.

Schreber escrevera sua autobiografia, com o nome de “Memórias de um doente dos nervos” (1903) e seu caso foi usado como testemunho de uma situação tão particular, e ao mesmo tempo com aspectos comuns. Percebe-se que a escrita literária, (ou neste caso autobiográfica) revela ainda mais do que se propõe, já que, ao fazer uso da linguagem, evoca elaborações do inconsciente, que fogem ao próprio criador, este que domina a técnica científica.

Porém a relação entre Freud e a produção artística não é assim tão direta nem simples. O método de Freud não é previsível, como subtrair o sublime da arte e poesia, para reduzi-las a uma economia sexual das pulsões. O que ele busca na arte é o testemunho que elas dão em favor da racionalidade contida na fantasia. E, assim, reinscreve a racionalidade científica onde esta havia sido excluída.

O caso de Jeanne des Anges

Por fim, observamos mais um caso de uso da linguagem fictícia – aqui em sua forma mais corporal – para compreender as instabilidades históricas em uma determinada comunidade. Em resumo, o caso de Jeanne des Anges se passa na França do século XVII. Jeanne, quando ainda criança, sofreu um acidente que lhe deixou com a coluna torta, e com isso, seus pais lhe enviaram para os cuidados de uma tia beneditina, na esperança de que Deus lhe recompensaria na vida no convento.

O fato de ter se separado dos pais e de sua mãe se envergonhar de visitá-la - além de ter passado para os cuidados de uma outra parente muito mais severa, depois que sua tia faleceu - fez de Jeanne uma menina bastante ressentida e de personalidade oscilante, apesar de muito astuta e cativante. Ela aprendeu latim muito cedo e era muito inteligente, além de já manifestar ter visões e desmaios.

Ela seguiu na vida religiosa e ingressou em 1622 no mosteiro das ursulinas em Poitiers. Jeanne teve grande participação na construção do convento das ursulinas em Loudun e veio a se tornar a madre superiora. Em 1632, a vila de Loudun é tomada pela peste, que mata grande parte de sua população e é vista pelos habitantes como castigo divino, porém ninguém do convento é atingido. Quando ocorria o último caso de peste, acontecem simultaneamente as primeiras manifestações de possessão demoníacas entre as freiras. Jeanne foi identificada como a principal receptora dos espíritos e decidiram que os exorcismos deviam se voltar a ela, e, por consequência, as outras freiras também seriam curadas.

Contudo, as intervenções dos exorcistas e dos médicos falharam, e, então, foi convocado o padre Surin, que usara um método novo, pelo qual, em vez de grandes espetáculos públicos, ele dialogava intimamente com as freiras, deixando que falassem e procurando ouvi-las. Isto já salvava Jeanne de uma condição sempre submissa, sufocada pelas autoridades políticas, médicas ou religiosas. E, assim, ela foi liberta daquele mal e saiu em um cortejo pelo país para falar sobre seu milagre. Importante entender também a possessão como uma significação provisória à descontinuidade histórica e teórico-religiosa pela qual passavam com o avanço protestante, do método cartesiano, e por meio desse teatro e do milagre de Jeanne, a igreja se transformou e retomou seu poder.

Na ótica freudiana, o passado fundador das cenas primitivas é rechaçado, apagado pelo presente e, ao mesmo tempo, opera como organizador desse presente. Freud qualifica essa interface entre passado e presente como provocador de uma inquietante estranheza, ou inquietante familiaridade. A tarefa da psicanálise seria, então, a de indicar as raízes recalcadas do padecimento do sujeito. Já a tarefa do saber histórico em relação à psicanálise seria a de elucidar a inferência que esses sujeitos mantêm com as produções de poderes e saberes. Em ambos, ainda, há a incidência da memória, na fluidez dos tempos. E, por que não, um interrogar sobre a possessão, como no caso das freiras de Loudun, esta experiência que, nos estudos de Certeau,

Ao mesmo tempo em que revela algo que já existia, faz emergir algo diferente e novo. O discurso da possessão engloba uma diversidade de elementos vindos do passado; mas há também uma singularidade que orienta

esses elementos, os condiciona ao feitiço inicial, e se torna a linguagem do indizível. Metáfora da confusão, o fenômeno da possessão em Loudun pode ser considerado como um “precipitador” no sentido químico da palavra (algo que possibilita uma reconfiguração dos elementos), deslocando os conflitos de seus verdadeiros focos (a luta entre o poder religioso e o poder leigo, entre as formas míticas de conhecimento e a racionalidade nascente), e paradoxalmente, com isso facilitando tomadas de posição no sentido de uma futura saída. (BITTENCOURT, s. d.).

Assim, por possessão, Certeau entendia um “[...] teatro, onde se representam questões fundamentais, mas à maneira de uma encenação [...]. Então, no pequeno teatro da possessão, representa-se uma modificação das estruturas epistemológicas, políticas e religiosas de uma época.” (CERTEAU, 1982, p. 244). De acordo com Certeau, a possessão pode ser considerada como uma linguagem, a expressar um sintoma, na articulação da experiência individual, perpassada por padecimentos, com um contexto sociocultural atingido por forte crise de significação (WIRTH, 2016, p. 276).

Conclusão

Em geral, a psicanálise baseia sua teoria, técnica e fundamento em sua prática clínica. Não se trata de analisar o autor da obra, mas testemunhos de artistas para fundamentar seu trabalho teórico. Nos testemunhos mencionados, Freud encontra traços do inconsciente que mostram uma fissura com o homem da Ilustração. Encontra racionalidade em um universo de fantasia, e é nessa constelação, de histórias de padecimentos de sujeitos, que Freud restitui sua obra.

Não se trata então de selecionar obras clássicas por sua beleza, influência e qualidade formal, mas trabalhar com um campo discursivo de um tempo determinado. Assim, se encontram marcos epistêmicos, articulação e continuidade entre as obras, definindo certas ideias de pensamento e certas ideias de escritura. Desses pensamentos e formas de escrita se depreendem padrões, traços que estão além das palavras usadas, dos significados escolhidos, do estilo adotado, da escolha de abordagem, e etc., Segundo Francisco Pisani, a escrita literária

Es un régimen de pensamiento donde el arte daría cuenta de algo sintomático. Permitiría leer otra cosa en los detalles de la obra, un arte que da cuenta de escenas que son testimonio de una historia que subjaz ao visível, de un mundo que está presto a ser descifrado. El autor con su escritura deviene em arqueólogo, encontrando camadas sepultas de una civilización, recoge vestigios y transcribe los jeroglíficos inscritos en la configuración misma de las cosas oscuras y mediocres. Da a los detalles

insignificantes de la prosa del mundo un poder significate y poético. (PISANI, 2007, p. 171).

O complexo de Édipo, por exemplo, é outro exemplo clássico em que o leitor se reconheceria no personagem, a história despertaria nele uma sensação de continuidade para com o herói trágico. Se Édipo Rei nos “fere”, nos comove, é porque identificamos a realização de nossos desejos infantis encenados no drama. O espectador e o protagonista compartilham dos mesmos desejos, mas se rompem a distância e as resistências que ocorrem no espaço da pura ficção.

Em suma, A escrita puramente teórica do caso patológico como os que Freud analisa não tem uma abrangência necessária para ajudar no reconhecimento e nos tratamentos necessários a cada evento. Mas o fato é que ao se descrever o caso por meio do uso da escrita ficcional, estes se tornam mais coesos, porque se inserem dentro de uma história específica, se tornam mais individuais, precisando com mais cuidado as elaborações subjetivas de um sujeito e seus mecanismos de fuga, reelaboração, recalque, sublimação, etc., promove uma compreensão das simbologias e valores de uma época e de uma sociedade, e por fim, aproxima o leitor do presente ao caso do passado por meio da linguagem e de significados de dor, sofrimento e de ausências que ele partilha.

Referências Bibliográficas

- BITTENCOURT, Maria Inês Garcia de Freitas. **A ruptura da Modernidade: Michel de Certeau e o diabo em Loudun**. Disponível em: <<http://pipa.psc.br/artigos/ruptura-da-modernidade/>>. Acesso em: 29 mar. 2018.
- BITTENCOURT, Maria Inês Garcia de Freitas. **Surin e o encontro com o “pobre”**. Roda de Leitura *A Fábula Mística I* de Michel de Certeau. Centro Loyola de Belo Horizonte, 3 set. 2016. Mimeo.
- CERTEAU, Michel de. **Historia y psicoanálisis**. México: Universidad Iberoamericana, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. **La Possession de Loudun**. Paris, Julliard, 1970.
- CERTEAU, Michel de. **The possession at Loudun**. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.
- COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues da. Uma história de possessões demoníacas em Loudun. Uma análise da obra de Michel de Certeau sobre um fato político-religioso. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**, v. 11, n. 20, p. 184-195, jul/dez, 2017.
- COUTINHO, Alberto H. S. de Azeredo. Schreber e as psicoses na psiquiatria e na psicanálise: uma breve leitura. **Reverso**, Belo Horizonte, n. 52. set. 2005.

DOSSE, François. Historia y psicoanálisis: genealogía de una relación. **Pasajes: Revista de pensamiento contemporáneo**, n. 11, p. 93-114, 2003.

FRANCISCO, Augusto César. A modernidade schreberiana: abjeção, preconceito e ideologia. **Cronos**, Natal, v. 5/6, n. 1/2, jan./dez. 2004/2005.

FREUD, Sigmund. **O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, volume XII, 1911-1913.

FREUD, Sigmund. O testemunho de Daniel Paul Schreber (1842-1911). In: **Memórias de um Doente dos Nervos** (1903). Construção Hipertextual dos Alunos da Disciplina de Psicopatologia I - UFRGS 2007/01. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/psicopatologia/schreber/>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

MIRANDA JUNIOR, R. F. **Estratégias do tempo e discurso narrativo: relações entre história e psicanálise em Michel de Certeau**. 2017. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ORELLANA, Rodrigo Castro. Michel de Certeau: história e ficção. **Princípios: revista de Filosofia**. Natal, v. 19, n. 31, p. 5-27, jan.-jun. 2012.

PISANI, Francisco. **Literatura e Psicoanálisis: Aproximaciones y Escenas de lo literario en la obra de Freud**. Tesis para optar al grado de Licenciado en Psicología. Santiago, Agosto de 2007.

SANTNER, Eric L. **A Alemanha de Schreber: uma história secreta da modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SCHREBER, Daniel Paul. **Memórias de um doente dos nervos**. Traduzido do original alemão por Marilene Carone. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

TOMASELLI, Tovar. **Daniel Paul Schreber e a Psicose. Sob a Lente da Psicanálise**. Redepsi, 2007. Disponível em: <<http://www.redepsi.com.br/2007/10/13/daniel-paul-schreber-e-a-psicose>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

WIRTH, Lauri Emilio. Religião entre o instituído e as vivências cotidianas: chaves de leitura a partir de Michel de Certeau e Veena Das. **Caminhos**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 275-290, jan./jun. 2016.

Entre a História, a Literatura e a Bibliografia: a Interdisciplinaridade da História do Livro

Bruna Braga Fontes, USP¹
Verônica Calsoni Lima, USP²

Resumo

Eminentemente interdisciplinar, a História do Livro se constituiu a partir de reflexões provenientes da História, da Bibliografia, da Literatura e de áreas afins. No presente artigo, visamos apresentar um breve panorama das perspectivas e métodos de trabalho com o livro enquanto objeto, focando-nos particularmente nas correntes Anglo-Saxãs e Francesas. Paralelamente, buscamos destacar algumas das diferentes abordagens operadas desde meados do século XX e as contribuições de outras disciplinas para a configuração desse campo de estudo.

Palavras-chave: História do Livro, Historiografia, Metodologia, Interdisciplinaridade.

Abstract

Especially interdisciplinary, Book History was conceived based on perspectives from History, Bibliography, Literature and areas akin. The present article aims to present a short panorama of which approaches and methods are used when working with books as objects, mainly focusing on Anglo-Saxon and French theories. Also, this article proposes to highlight some analysis made since mid-20th century and the contribution from other disciplines in the making of this research field.

Keywords: Book History, Historiography, Methodology, Interdisciplinarity.

Introdução

Podemos caracterizar a História do Livro a partir de duas diferentes perspectivas: a dos objetos e a dos objetivos. A primeira nos traz a importante pergunta do que viria a ser o objeto, isto é, o “livro”. A segunda, dos objetivos, nos leva a discutir onde queremos chegar, ou seja, quais seriam as perguntas que estaríamos fazendo às nossas fontes. Ao longo dos últimos 50 anos - principalmente a partir das correntes Anglo-Saxãs e Francesas -, muito se discutiu a respeito dessas duas perspectivas. Buscaremos traçar, ao longo de nosso artigo, um panorama de alguns dos principais debates ocorridos, de modo a refletirmos sobre o papel que a interdisciplinaridade teve em direcionar esse campo de pesquisa. Nossa escolha em focar nas trajetórias anglófonas e francófonas da História do Livro se dá por entendermos que,

¹ Mestranda do Programa de História Social da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Adone Agnolin, atualmente realizando pesquisa independente em Boston, EUA.

² Doutoranda do Programa de História Social da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Paula Torres Megiani e do Prof. Dr. Luís Filipe Silvério Lima. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2017/06970-2. Visiting Research Fellow do Departamento de História do Goldsmiths College (University of London, UK), sob a supervisão do Prof. Dr. Ariel Hessayon, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2018/03730-3. Visiting Research Fellow da Chetham's Library (Manchester, UK).

embora estas tenham sido fundamentais para as interpretações e para a formação da disciplina no Brasil e em outros países, muitas vezes essas obras circularam de forma restrita e acabamos por acessar aos intensos debates de modo parcial e incompleto.

O nascimento da História do Livro como disciplina autônoma aconteceu recentemente, de forma gradual e associada a diferentes áreas da História, Literatura e Bibliografia. De acordo com o historiador Robert Darnton, o campo “[...] surgiu da convergência de diversas disciplinas num conjunto comum de problemas, todos relacionados com o processo da comunicação”. Finkelstein e McCleery³ descreveram a História do Livro como “[...] uma parte integral da história da comunicação humana”⁴, a qual se baseia na combinação de ferramentas e questões derivadas de diferentes áreas como os estudos literários, históricos e de comunicação (DARNTON, 2010, p. 122; FINKELSTEIN; MCCLEERY, 2013, p. 27 - 28).

Voltando às nossas duas perspectivas iniciais, de objeto e objetivo, e associando-as com a origem interdisciplinar, Finkelstein e McCleery apontam dois importantes conceitos que estão intrinsecamente associados à História do Livro: o de “texto” e o de “mídia”. O texto pode ser entendido como um documento escrito, que assume diferentes formas de mídia, como livros, revistas, jornais ou sites. Sua função seria comunicar, narrar e entreter. Já no caso da mídia, podemos entendê-la como “o termo genérico” dado a forma material do texto, ou seja, a forma física na qual este texto se encontra (FINKELSTEIN; MCCLEERY, 2013, p. 2 - 3).

Os estudos realizados nas diferentes disciplinas, as quais têm como objeto o “livro”, em seu sentido mais amplo, acabavam por dar maior destaque ou ao texto, ou à mídia. Podemos pensar que o objeto inicial da História do Livro era o livro impresso. Entretanto, como iremos demonstrar ao longo do artigo, os objetos e as perguntas feitas a eles foram se expandindo e diversificando junto à disciplina. Os objetos passaram a ser mais variados, incluindo o livro manuscrito, os panfletos, os jornais e até os textos digitais. Tanto para pesquisadores das Letras - como Walter Ong e Marshall McLuhan - e da Antropologia - como Jack Goody -, a História do Livro passou a se fundamentar a partir dos grandes momentos da história da comunicação ocidental: as culturas oral, manuscrita, impressa e computacional (FINKELSTEIN; MCCLEERY, 2013, p. 17).

³ David Finkelstein, Professor da Universidade de Dundee, e Alistair McCleery, Professor na Universidade Edinburgh Napier, possuem formação na área da Literatura, focando-se nos estudos de edição e impressão na Escócia.

⁴ “[...] as an integral part of the history of human communication”. Tradução livre (FINKELSTEIN; MCCLEERY, 2013, p. 28).

Analogamente, pensamos que a proposta da historiadora Leslie Howsam, de um triângulo interdisciplinar, aborda as principais áreas que contribuíram para formar o que hoje chamamos de História do Livro: Literatura, História e Bibliografia. A História do Livro viria a combinar as diferentes ênfases, questões e métodos dessas disciplinas das formas mais variadas. Para a autora, essas três áreas estudavam o livro como objeto, a partir das questões, demandas e ferramentas específicas das suas disciplinas. O foco primário da História seria na agência, no poder e na experiência social. Já no caso da Bibliografia, os estudos se concentrariam na materialidade dos objetos e dos documentos. Enquanto a Literatura destacaria os aspectos textuais e críticos (HOWSAM, 2006).

Howsam aponta algumas possíveis pesquisas originárias da combinação dessas três diferentes áreas. Por exemplo, a História Cultural poderia ser vista como um engajamento conjunto de ferramentas das áreas de História e Análise Literária. Outra possibilidade seria a História Literária, a qual difere tanto da História quanto do Criticismo Literário, pois vai além de um entendimento do passado ao buscar compreender a complexidade das obras. Entre os estudos da História e da Bibliografia estariam as pesquisas sobre livros específicos, editoras, o comércio do livro, entre outros temas. Entre a Bibliografia e a Literatura poderiam estar a Sociologia dos Textos, os estudos de autoria e composição, a leitura e a bibliografia de autores. Já no espectro História/Literatura, temos a História Cultural, a História Literária, as Teorias de Recepção e os Estudos de Gênero (HOWSAM, 2006, p. 16 - 18). Algumas dessas correntes serão apresentadas nas próximas páginas.

A Revolução do Livro Impresso

Comumente, a historiografia identifica a inauguração dos estudos sobre o livro com a publicação de *L'Apparition du Livre* do historiador Lucien Febvre e do bibliógrafo Henri-Jean Martin em 1958. Entretanto, a incursão dos dois pesquisadores franceses data de décadas anteriores. Febvre já havia apresentado seus interesses com a escrita, os textos e os livros em 1939, quando publicou o artigo “La Civilisation écrite. Le livre, les journaux, les bibliothèques” na coleção *La Civilisation de l'écrit*, organizada por Julien Cain. Posteriormente, em 1952, Febvre chamou atenção para a necessidade de os historiadores se voltarem para a Literatura e a Bibliografia como questões de análise, demonstrando sua preocupação com o estudo das mentalidades. O autor publicou uma nota na *Revue des Annales d'Histoire Économique et Sociale* sobre como esses campos ainda eram negligenciados entre os historiadores. A proposta de Febvre fazia parte dos anseios das

discussões de renovação da História, ancorada na proposição de uma história-problema oposta à estaticidade das tradições historicistas e factuais; e na ênfase nos campos social e econômico (MOLLIER, 2004; BARBIER, 2009).

Entre 1953 e 1957, Febvre e Martin iniciaram a pesquisa e a redação do extenso *L'Apparition du Livre*. A obra narrava a trajetória do livro na Europa em detalhe, abordando as técnicas envolvidas na produção de papel; a escrita dos manuscritos; o desenvolvimento da prensa de tipo móvel; os sujeitos envolvidos em todo esse processo; o comércio e a distribuição dos livros; e, por fim, os impactos e consequências do uso da impressão na Época Moderna. Perpassando esses aspectos, Febvre e Martin buscavam demonstrar como o impresso teria conseguido ultrapassar os limites do manuscrito devido à rapidez e ao volume de sua produção e distribuição. Os autores viam o “aparecimento do livro (impresso)” como um fator fundamental para a transformação das sociedades ocidentais nos séculos XV, XVI e XVII; ou, em suas palavras, como um “fermento” (FEBVRE; MARTIN, 2000).

Essa visão sobre um suposto aspecto revolucionário da imprensa foi potencializada por pesquisas posteriores como as realizadas por Marshall McLuhan e pela historiadora americana Elizabeth Eisenstein nos anos 1960 e 1970. A obra *A Galáxia de Gutenberg* (1962), de McLuhan, propôs a ideia de uma revolução impressa europeia com impacto social, científico, religioso e cultural. Já *The Printing Press as an Agent of Change* (1979), de Eisenstein, seguindo a mesma direção de McLuhan, se tornou uma referência sobre o processo da inserção da prensa na Inglaterra dos séculos XVI e XVII (MCLUHAN, 1972; EISENSTEIN, 1979; DONDI, 2013, p. 80).

McLuhan destacava o impacto disruptivo da escrita e da impressão nas formações culturais orais, de modo que a natureza privada da leitura dos textos impressos, resultantes da uniformidade que acompanharam a invenção de Gutenberg, acabaram por alterar os padrões de interação humana. Desta forma, o autor argumentava que esses processos reformularam o discurso e a consciência humana de oral para escrita (FINKELSTEIN; MCCLEERY, 2013, p. 17-43). Para Howsam, McLuhan contribuiu para a História do Livro ao conectar a mídia à mensagem, de modo a estruturar uma fórmula baseada em um determinismo tecnológico. McLuhan também foi responsável por introduzir o conceito de “cultura impressa”, a qual, para o autor, veio a significar o fim de uma “cultura manuscrita”. Os impressos teriam, com seus tipos móveis, permitido a produção e replicação em grande escala de uma versão estandardizada ou fixa de um texto (HOWSAM, 2006, p. 48-65).

Tanto as teses de Eisenstein quanto de McLuhan estão muito relacionadas à tecnologia da impressão. Eisenstein aprofundou o argumento a respeito dos tipos e de uma fixação dos textos, apontando a impressão como uma revolução tecnológica que teve importantes implicações sociais, políticas, culturais e religiosas. A autora apontava que essa invenção tecnológica possibilitou a revolução científica, mobilizou a Reforma Protestante e auxiliou na propagação das ideias renascentistas (HOWSAM, 2006, p. 65-67; ELIOT, 2017).

A concepção do caráter revolucionário da invenção de Gutenberg inaugurou um extenso debate a respeito do livro impresso. Nas décadas subsequentes à inauguração do campo de pesquisa e das discussões iniciadas por Febvre, Martin, Eisenstein e McLuhan, uma profusão de histórias e bibliografias nacionais foi produzida. Muitas delas realizadas graças ao exaustivo trabalho coletivo de historiadores, bibliógrafos, sociólogos, estudiosos das Letras, entre outros (RAVEN, 2017). Compêndios como o *The Oxford Companion to English Literature* de Margaret Drabble já eram publicados desde o início do século XX, mas a efervescência das discussões a respeito do impresso, do manuscrito e dos agentes envolvidos na produção textual estimulou novos trabalhos. Exemplos disso são as publicações de *Livre et Société dans la France du XVIII^e siècle* entre 1965 e 1970, organizado pelos pesquisadores da *École Pratique de Hautes Études*; de *Histoire de l'édition française*, coordenada por Roger Chartier e Henri-Jean Martin entre 1982 e 1986; e dos diversos *companions* britânicos sobre literatura, romance, poesia e teatro.⁵ Essa efervescência dos estudos sobre o livro como objeto originaram novas discussões, revisões e propostas teóricas e metodológicas que demarcaram a autonomização do campo da História do Livro.

A História do Livro como Disciplina Autônoma

Como visto anteriormente, os estudos sobre os textos e livros datam de períodos muito recuados no tempo. No entanto, como observado por David Finkelstein e Alistair McCleery, o surgimento da História do Livro como disciplina independente é recente (FINKELSTEIN; MCCLEERY, 2006). Um marco inaugural teria sido a publicação, em 1982, do artigo “O que é a história dos livros?” de Robert Darnton. Nele, o autor americano caracterizou o objetivo da disciplina como “[...] entender como as ideias eram transmitidas por vias impressas e como

⁵ Ver, por exemplo, textos fundamentais como: DRABBLE, Margaret. **The Oxford Companion to English Literature**. Oxford: Oxford University Press, 1932. FURET, François; ROCHE, Daniel; BOLLÈME, Geneviève [et al.]. **Livre et Société dans la France du XVIII^e siècle**, Vols. 1 & 2. Paris: Mouton, 1965-1970. CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (org.). **Histoire de l'édition française**. Tomes 1, 2, 3 & 4. Paris: Promodis, 1982-1986. DAICHES, David (ed.). **The Penguin Companion to English Literature**. London: Penguin, 1969.

o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e o comportamento da humanidade nos últimos quinhentos anos.” (DARNTON, 2010 [1982], p. 122). Tal empreitada foi possível devido à interdisciplinaridade inerente à História do Livro.

Ainda mais marcante do que essa definição de Darnton foi a elaboração de seu “circuito de vida dos livros”. Partindo da abundante documentação presente nos arquivos da *Société Typographique de Neuchâtel*, o historiador analisou todo o processo de produção e difusão das *Questions sur l’Encyclopédie* de Voltaire, identificando os sujeitos que participaram das diversas etapas de publicação. Com sua proposta, Darnton demonstrou maior foco nos agentes do mercado livreiro (autores, papelheiros, tipógrafos, encadernadores, livreiros, leitores, entre outros) e nas estruturas e dinâmicas que faziam com que os livros circulassem (DARNTON, 2010).

Darnton, assim, minimizou o olhar sobre os aspectos materiais dos textos analisados. Contudo, o autor não negligenciou os aspectos gráficos dos livros que estudou, mas só os mobilizou na medida em que auxiliavam na compreensão do circuito comunicativo que visava retratar. Nesse sentido, a identificação do tipo de papel, por exemplo, era importante porque evidenciava conexões e rotas comerciais fundamentais para o estudo das imbricações entre os diferentes agentes que compunham o mercado livreiro.

Essa tendência de Darnton apontava para um momento de renovação dos estudos bibliográficos. Não interessava apenas enumerar e descrever os textos, mas acessar a materialidade como forma de estabelecer uma análise mais complexa das obras escritas, impressas, publicadas e lidas. Grande expoente dessas novas perspectivas foi o bibliófilo neozelandês D. F. McKenzie, cuja mais conhecida obra é *Bibliography and the Sociology of Texts* (1986), na qual apontava para um alargamento dos interesses tradicionais da bibliografia. O autor destacava a importância dos aspectos culturais e sociológicos dos textos, apontados pela “Nova Bibliografia”. Afastando-se dos estudos puramente voltados para a compreensão da intenção autoral, da autoridade textual e da originalidade autoral, McKenzie chamou atenção para as questões de disseminação e leitura, a partir das implicações econômicas e políticas, e da interação do texto com a sociedade (MCKENZIE, 2018, HOWSAM, 2006, p. 21, FINKELSTEIN; MCCLEERY, 2013, p. 7).

McKenzie questionava a visão tradicional da confecção textual, na qual os textos eram feitos pelos compositores e impressores em padrões e modos consistentes, o qual acabava por fortalecer a ideia do texto impresso como fixo e uniforme, a não ser em casos de erros, os quais eram considerados corruptores das intenções autorais. A produção do texto passou a ser

vista como diretamente dependente das condições em que foram fabricados, se distanciando, por um lado, da antiga Bibliografia e, por outro, dos estudos quantitativos e de longa duração da história da publicação e da impressão. Ele propunha uma reflexão em que os textos fossem vistos como produtos mediados que portavam traços de seu contexto econômico, social, estético e literário (MCKENZIE, 2018; FINKELSTEIN; MCCLEERY, 2013, p. 9-11).

As relações entre a materialidade e a textualidade também foram objeto de estudo de do teórico literário francês Gérard Genette em 1987. Seus *Paratextos Editoriais* se centravam no exame de tudo que “circunda” o texto, isto é, os chamados *peritextos* e *epitextos*. Os peritextos são provenientes da escolha direta e principal dos editores, tais como as capas, frontispícios, folhas de rosto, tipo de papel, fonte, entre outros detalhes que escapam aos autores. Já os epitextos não compõem o objeto físico do livro. Tratam-se, por exemplo, de resenhas, comentários e propagandas que circulam em outros suportes. Todos esses elementos, de acordo com Genette, são fundamentais para a compreensão dos textos, bem como de seus contextos de produção, circulação e recepção (GENETTE, 2009).

Perspectivas como as de Darnton, McKenzie e Genette foram fundamentais para a elaboração de estratégias de trabalho com o livro. Seus métodos evidenciaram a pluralidade e a polissemia do objeto livro. As palavras, os atributos materiais, os processos e as dinâmicas envolvidas na produção e distribuição dos textos eram igualmente indispensáveis para uma reflexão aprofundada a respeito das formas pelas quais ideias e discursos são comunicados pela escrita.

Revisão dos Pressupostos

As propostas dos anos 1980 fomentaram debates mais complexos que, agora, partiam da concepção de uma História do Livro autônoma, com teorias e métodos próprios. Desde então, inúmeros artigos, livros e periódicos foram publicados exclusivamente para tratar sobre o assunto. As coleções e compêndios passaram a incluir “História do Livro” em seus títulos, ressaltando a especificidade do campo. Ao mesmo tempo, cada vez mais grupos e núcleos de pesquisa se desenvolveram proficuamente (RAVEN, 2017).

Foi nesse contexto de ampliação da disciplina que algumas revisões foram feitas e diversos pressupostos foram problematizados. A questão da revolução do impresso foi um dos temas de grande discussão a partir da década de 1990, partindo principalmente de autores que estudaram a produção manuscrita na Época Moderna, como os pesquisadores das Letras, Harold e Henry Woudhuysen, e o historiador Adrian Johns. Podemos pensar também que

estes novos questionamentos surgiram a partir da influência dos estudos bibliográficos, da produção literária das mulheres e do novo historicismo (LOVE, 2001; JOHN, 1998; WOULDHUYSEN, 2003).

Os apontamentos de Eisenstein sobre a hegemonia de uma “cultura impressa”, entre 1490 e 1688 também foram questionados e revisados, sobretudo, por Johns e Love. Adrian John, em *The Nature of the Book*, destacou a construção cultural sobre a imprensa, colocando o papel da tecnologia da impressão em segundo plano (JOHNS, 1998). Já Harold Love, em sua obra *Scribal Publication in Seventeenth Century England* (1993), pesquisou a produção e circulação de manuscritos na Inglaterra do século XVII, dando especial atenção ao período da Restauração. Nessa obra, o autor argumentava que a circulação manuscrita não era mobilizada apenas como forma de evitar a circulação pública, nem era um meio em declínio. Os estudos realizados por Love demonstram que, contrariamente à ideia de diminuição da produção manuscrita, o século XVII foi o pico da manuscritura (LOVE, 2001; TENGER; TROLLANDER, 2010, p. 1036).

Podemos pensar que, dada a uma maior aproximação da corrente anglófona da História do Livro com os estudos bibliográficos - principalmente com as contribuições de McKenzie, somado a perspectiva voltada aos avanços tecnológicos de Eisenstein e McLuhan -, faça sentido que grande parte da discussão tenha se voltado para a materialidade do texto, como fica explicitado no debate entre manuscritos e impressos.

De outro lado, Roger Chartier também renovou o campo de pesquisas com suas propostas de análise. Tendo desenvolvido seus estudos entre Pierre Bourdieu, Michel de Certeau, Henri-Jean Martin e Lucien Febvre, ao mesmo tempo em que se inteirava acerca dos trabalhos produzidos no mundo anglófono, especialmente os de D. F. McKenzie, Chartier alinhou as perspectivas sociais, econômicas, políticas, culturais, materiais e textuais, contribuindo para o que denominou como “história social da cultura” ou “história cultural da sociedade” (CHARTIER, 2002).

Para o autor, é necessário ir além dos estudos sobre os processos de produção e disseminação dos textos, é preciso alcançar a leitura. Por meio da reflexão a respeito das concepções dos leitores implícitos - ou seja, para os quais os escritores e editores compõem as obras - e do leitores “reais” seria possível complexificar as análises. Para isso, ele sugere recuperar as práticas leitoras a partir da categoria de “apropriação”, segundo a qual, seria possível compreender os usos dados aos textos ao longo do tempo. Ainda que os autores e editores possam tentar guiar a leitura, o público, por sua vez, não é estático ou passivo. Os

leitores ativamente interpretam as palavras à sua maneira. Dessa forma, um trabalho que se preocupe com as práticas culturais da sociedade deveria, conforme Chartier, “[...] considerar necessariamente essas intricacões e reconstruir trajetórias complexas, da palavra proferida ao texto escrito, da escrita lida aos gestos feitos, do livro impresso à palavra leitora”. (CHARTIER, 2002, p. 136).

A leitura adentrou o campo das grandes preocupacões da História do Livro. Robert Darnton, que já havia citado os leitores em seu artigos de 1982, reviu suas abordagens em uma nova publicacão em 2007 (traduzida para o português no ano seguinte), e deu maior enfoque à leitura. Reformulando sua concepçã sobre o escopo da História do Livro, o autor propôs aos “[...] historiadores dos livros que confrontem três questões: 1) como é que os livros passam a existir?; 2) como é que eles chegam aos leitores?; 3) o que os leitores fazem deles?” (DARNTON, 2008 [2007], p. 155).

Na ocasiã, o autor reconheceu as especificidades do caso estudado por ele e indicou questões a serem exploradas e adensadas, tais como o lugar ocupado pelos manuscritos nesse circuito, bem como as peculiaridades de outros materiais impressos, como panfletos, jornais e outros textos efêmeros, cujos circuitos de produçã e difusã diferem daquele espelhado em uma noçã mais restrita de “livro” (DARNTON, 2008).

Vale ressaltar que, embora seu circuito não seja adequado para descrever todo o universo do livro, precisamos reconhecer sua importãncia enquanto exercíco de análise. Darnton compôs um diagrama que representava o movimento e as dinâmicas do processo editorial que estudou, realçando as conexões presentes no mercado livreiro, bem como as complexidades, tensões e relações estabelecidas com o contexto social, econômico e político. Se tomarmos a operaçã de Darnton como um exemplo de abstraçã e teorizaçã a respeito daquilo que se observa com o trabalho empírico com as fontes, seu modelo parece essencial. Ele não deve ser visto como um esquema a ser seguido, mas como um exemplo de como mobilizar as fontes na História do Livro.

Além do Códice e Além da Europa

Após essa efervescência da História do Livro, o campo não deixou de crescer. Perspectivas inovadoras surgiram, salientando para a necessidade de irmos além dos suportes materiais mais convencionais (como o códice). Nesse sentido, o trabalho de Fernando Bouza é fundamental. O historiador espanhol teorizou sobre o que chama de “tríade comunicativa”. Para ele, em seus estudos sobre a circulaçã de ideias no *Siglo de Oro* da Espanha, não basta

examinar os escritos, mas todos os dispositivos comunicativos operantes na sociedade e que faziam com que as ideias fossem transmitidas e compreendidas. Sendo assim, ele mobilizou os escritos impressos e manuscritos, as imagens e os discursos orais em sua pesquisa, de modo a tentar explorar a complexidade da produção e da recepção das diferentes informações (BOUZA-ALVAREZ, 2002).

Outras pesquisas chamaram atenção para a necessidade de fazer uma História do Livro que não seja puramente eurocêntrica. O livro é um objeto fundamental para análises que ultrapassam fronteiras, pois ele circula, é lido, relido, traduzido, repassado e ressignificado. Embora a “revolução do impresso” tenha começado na Europa Moderna, ela se difundiu pelo globo, sendo adaptada às necessidades e aos contextos de cada local. Foi considerando esse aspecto, por exemplo, que Marina Garone Gravier, designer gráfica e historiadora da arte (Universidad Nacional Autónoma de México), desenvolveu um importante estudo a respeito da chegada das prensas na América Latina, demonstrando como foi necessário adequar os tipos latinos para imprimir textos em línguas indígenas. Emendas, sobreposições e posicionamentos diversos dos tipos foram algumas das estratégias utilizadas por impressores que se confrontaram com essa questão ao chegarem no ambiente colonial (GARONE GRAVIER, 2010).

A tipografia, como abordado anteriormente por Nelson Werneck em *História da Imprensa no Brasil* (1966), fora fundamental na cristianização dos povos autóctones da América. Textos impressos foram amplamente utilizados por jesuítas e outros missionários durante a colonização, contudo, Werneck enfatizou que as prensas só foram trazidas para o Novo Mundo quando os conquistadores se defrontaram com sociedades “avançadas”. Weneck sublinhou que a prensa tipográfica chegara no México e no Peru no século XVI, na América Inglesa no XVII, e na América Portuguesa apenas no XVIII, pois “[...] não se tratava de comunidades primitivas, na idade da pedra lascada, como no Brasil, mas de culturas já em nível adiantado de complexidade. Essas culturas precisavam ser destruídas e substituídas [...]” (WERNECK, 2004 [1966], p. 11). Assim, o historiador afirmava que os portugueses não tiveram a necessidade de implantar prensas ou universidades tão cedo, mas sim de explorar o espaço por conta de suas riquezas.

Embora as afirmações de Werneck tenham sido revistas, grande parte das reflexões a respeito do livro no Brasil centraram-se nos períodos nos quais havia prensas no Brasil, negligenciando a circulação de textos anterior ao século XVIII. Exemplo disso é o intenso estudo do brasileiro Laurence Hallewell *História do Livro no Brasil* (publicado em inglês

em 1982, traduzido para o português em 1985), cujo foco era a circulação, o comércio e a produção de livros desde o século XVIII. Mesmo a sua posterior reedição em 2005, com muitos acréscimos, não incluiu experiências mais recuadas no tempo (HALLEWELL, 1985; HALLEWELL, 2005). Análises sobre os quinhentos e os seiscentos foram discutidas por historiadores e pesquisadores das Letras, interessados no regime colonial e na circulação de notícias entre o Velho e o Novo Mundo, mas não foram um objeto privilegiado da História do Livro no Brasil⁶.

Em contrapartida, o trabalho de Hallewell inaugurou debates fundamentais, uma vez que o campo dos estudos sobre o livro vinha sendo estudado, majoritariamente, por meio de reflexões da Literatura, como *Literatura e Sociedade* de Antonio Candido (1965), *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro* (1977) de Maria Beatriz Nizza da Silva e *Cultura de massas e cultura popular* (1977) de Ecléa Bosi. Outras perspectivas passaram a figurar as pesquisas acadêmicas, abrindo cada vez mais espaços para histórias editoriais, da circulação, do comércio, dos panfletos, da imprensa, e das leituras.

Paralelamente, essas novas temáticas também se ancoraram nas recentes traduções dos estudos de Roger Chartier, Jean Hébrard e Robert Darnton realizadas, sobretudo, pelos estudiosos da Educação e da Literatura, entre os anos 1980 e 1990. “Representação”, “prática”, “leitura”, “apropriação” e “circulação” se tornaram categorias cada vez mais discutidas na academia, tal como pode ser observado no artigo “Modelos culturais e representação: uma leitura de Roger Chartier” de Marta Carvalho e João Adolfo Hansen (CARVALHO; HANSEN, 1996). Sem dúvida, essas ferramentas teórico-metodológicas foram um substrato fundamental para o desenvolvimento de diversos trabalhos acerca do livro como objeto, tais como os de Márcia Abreu (no campo da Literatura), *Leituras no Brasil* (1995) e *Histórias de Cordéis e Folhetos* (1999); ou, no campo da História, os de Nelson Schapochnik, “Linguagem, sociedade e cultura na Europa Moderna” (1996) e “Um palácio de livros nos trópicos” (2003), e Marisa Midore Deaecto, *O Império dos Livros* (2011).

Embora os estudos sobre o livro tenham se popularizado e ampliado profundamente no Brasil, cabe evidenciar nossa aproximação quase unilateral desse tema: o mundo francês. Roger Chartier, Jean Hébrard, Jean-Yves Mollier, Frédéric Barbier, Gérard Genette, Henri-Jean Martin, Lucien Febvre, e Michel Melot foram (e continuam sendo) todos traduzidos para

⁶ Podemos citar como exemplo os estudos realizados acerca da vida e obra do Padre Antônio Vieira, que se debruçaram sobre a retórica, a autoria, o público e a circulação de seus textos. Ver, entre outros: HANSEN, J. A.; PÉCORRA, A. Categorias retóricas e teológico-políticas das letras seiscentistas da Bahia. **Desígnio**, São Paulo, v. 5, p. 87-109, 2006. HANSEN, J. A. Para ler as cartas do Pe. Antônio Vieira (1626-1697). **Asas da Palavra (UNAMA)**, v. 10, p. 171-191, 2008.

o português. Ainda que Robert Darnton seja um representante da tradição Anglo-Saxã entre os acadêmicos brasileiros, seus principais estudos se voltam para a França do Antigo Regime. Ao mesmo tempo, grande parte das reflexões acerca do livro no Brasil se focam na profícua circulação de livros entre a França e o Brasil, ou no estabelecimento de editores franceses (como o caso de Garnier e Garroux, analisado por Deaecto).

Como indicado por Schapochnik na palestra intitulada “D.F. McKenzie no Brasil? Notas para a sua recepção crítica” proferida em 2016 durante o *II Seminário Internacional “A Arte da Bibliografia”*, McKenzie e suas perspectivas bibliográficas circularam muito timidamente no Brasil. Vale ressaltar que seu *Bibliografia e Sociologia dos Textos* foi traduzido para o português somente em 2018. Nossa aproximação de suas propostas a respeito da imbricação entre as formas e os conteúdos ainda é muito recente. Contudo, não pretendemos sugerir aqui que seria preferível um alinhamento às tradições anglófonas em detrimento das francófonas. Argumentamos, entretanto, a necessidade de conhecermos os debates da História do Livro em uma perspectiva mais ampla, contemplando também as contribuições da Bibliografia e dos estudos materiais. Mais do que isso, ressaltamos que o contato com múltiplas ferramentas e abordagens é fundamental para contribuir para a interdisciplinaridade da História do Livro no Brasil e no mundo.

Considerações Finais

A principal atribuição da História do Livro talvez seja dar contribuições para o entendimento da comunicação nas diversas sociedades humanas ao longo do tempo. Sendo assim, outras mídias, outras abordagens, outras fontes, outras perspectivas e outros métodos não deveriam ser deixados de lado. Dessa forma, podemos afirmar, como Tenger e Trollander, que as tendências mais recentes

[...] assumem que a diversidade da mídia prosperou na Época Moderna, e isso destaca as interações da palavra falada, escrita e/ou impressa à luz dos contextos social e cultural dentro dos quais ocorriam. D. F. McKenzie, em seu artigo ‘Speech-Manuscript-Print’ (1990), já havia alertado aos acadêmicos para não negligenciar uma mídia às custas das outras. As monografias publicadas nos últimos 5 anos que tratavam sobre esses tópicos podem não explorar a totalidade do ‘espectro da comunicação’, mas a maioria leva em consideração mais do que uma só mídia (TENGER; TROLLANDER, 2010, p. 1043)⁷.

⁷ “[...] assumes that diverse media thrived in the early modern period, and it highlights the interactions of the spoken, written, and/or printed word in light of the social and cultural contexts within which they occur. D. F. McKenzie, in his article ‘Speech-Manuscript-Print’ (1990), had already called on scholars not to overlook one medium at the expense of the other. Monographs published within the last 5 years that address these topics may

Nesse sentido, a História do Livro, obviamente, não pode se ocupar de todas as mídias ao mesmo tempo, mas considerando a pluralidade de seu objeto e das questões lançadas a ele, faz-se necessário ter em vista a comunicação de forma mais ampla. Isso, por sua vez, só parece ser possível de se alcançar por meio da interdisciplinaridade, já tão característica da História do Livro, que complexifica as perguntas, problematizações e respostas oferecidas aos exames das produções, distribuições e recepções de discursos diversos.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Márcia. **Leituras no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- ABREU, Márcia. **Histórias de Cordéis e Folhetos**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- BARBIER, Frédéric. 1958: Henri-Jean Martin et l'invention de la "nouvelle histoire du livre". In: BARBIER, Frédéric; MONOK, István. **Cinquante ans d'histoire du livre de L'Apparition du Livre (1958) à 2008**. Budapest: Országos Széchényi Könyvtár, 2009.
- BARNARD, John; MCKENZIE, D. F. (ed.). **The Cambridge History of the Book in Britain**, Vol. IV: 1557 - 1695. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BELO, André. **História, Livro & Leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BOSI, Ecléa. **Cultura de Massa e Cultura Popular: Leitura de Operários**. Petrópolis, Vozes, 2009.
- BOUZA-ALVAREZ, Fernando J. **Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro**. Madrid: Marcial Pons, 2002.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- CARVALHO, M. M. C.; HANSEN, J. A. Modelos culturais e representação: uma leitura de Roger Chartier. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 16, p. 7-24, 1996.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A Ordem dos Livros**. Brasília: UnB, 1994.
- CHARTIER, Roger. Materialidad del texto, textualidad del libro. **Orbis Tertius: Revista de Teoría y Crítica Literaria**, 11(12), 2006.
- CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (org.). **Histoire de l'édition française**. Tomes 1, 2, 3 & 4. Paris: Promodis, 1982-1986.
- DANE, Joseph A. **The Myth of Print Culture: Essays on Evidence, Textuality, and Bibliographical Method**. Toronto: University of Toronto Press, 2003.
- DAICHES, David (ed.). **The Penguin Companion to English Literature**. London: Penguin, 1969.

- DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.
- DARNTON, Robert. O que é a história do livro? – Revisitado. **ArtCultura**, Uberlândia, v.10, n.16, 2008, p. 155-159.
- DEAECTO, Marisa Midori. **O Império dos Livros**. Instituições e Práticas de Leituras na São Paulo Oitocentista. São Paulo: Edusp, 2011.
- DONDI, Cristina. The European printing revolution. In: SUAREZ, Michael F; WOULDHUYSEN, H. R (ed.). **The Book: A Global History**. Oxford: Oxford University Press, 2013. Cap. 25. p. 197-204.
- DRABBLE, Margaret. **The Oxford Companion to English Literature**. Oxford: Oxford University Press, 1932.
- EISENSTEIN, Elizabeth L. **The Printing Press As an Agent of Change**: Communications and Cultural Transformations in Early-Modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- ELIOT, Simon; ROSE, Jonathan. (ed.) **A Companion to the History of the Book**. Malden, MA: WileyBlackwell, 2017.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O Aparecimento do Livro**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- FINKELSTEIN, David; MCCLEERY, Alistair. **An Introduction to Book History**. New York: Routledge, 2013.
- FINKELSTEIN, David; MCCLEERY, Alistair (ed.). **The Book History Reader**. London: Routledge, 2006.
- FURET, François; ROCHE, Daniel; BOLLÈME, Geneviève [et al.]. **Livre et Société dans la France du XVIIIe siècle**, Vols. 1 & 2. Paris: Mouton, 1965-1970.
- GARONE GRAVIER, Marina, Cultura impresa colonial en lenguas indígenas: una visión histórica y regional. **Ensayos. Historia y teoría del arte**. Bogotá D. C.: Universidad Nacional de Colombia, 2010, nº. 18, p. 98-145.
- GENETTE, Gérard. **Paratextos Editoriais**. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.
- HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: Sua História**. São Paulo: Edusp, 1985.
- HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: Sua História**. 2ª edição revisada e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005.
- HANSEN, J. A. Para ler as cartas do Pe. Antônio Vieira (1626-1697). **Asas da Palavra (UNAMA)**, v. 10, p. 171-191, 2008.
- HANSEN, J. A.; PÉCORRA, A. Categorias retóricas e teológico-políticas das letras seiscentistas da Bahia. **Desígnio**, São Paulo, v. 5, p. 87-109, 2006.
- HOWSAM, Leslie. **Old Books and New Histories: An Orientation to Studies in Book and Print Culture**. Toronto: University of Toronto Press, 2006.
- JOHNS, Adrian. **The Nature of the Book: Print and Knowledge in the Making**. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- LOVE, Harold. **Scribal Publication in Seventeenth-Century England**. Oxford: Clarendon Press, 2001.

MCKENZIE, D. F. **Bibliography and The Sociology of Texts**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004 [1986].

MCKENZIE, D. F.. **Bibliografia e a Sociologia dos Textos**. São Paulo: Edusp, 2018.

MCLUHAN, M. A **Galáxia de Gutenberg**: a formação do homem tipográfico. São Paulo: Edusp, 1972.

MOLLIER, Jean-Yves. L'histoire du livre, de l'édition et de la lecture: bilan de 50 ans du travaux'. In: **I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 8 a 11 de novembro de 2004.

O'CALLAGHAN, Michelle. Publication: print and manuscript. In: HATTAWAY, Michael (ed.). **A Companion to English Renaissance Literature and Culture**. Oxford: Blackwell, 2001.

RAVEN, James. **What is the History of the Book**. Cambridge/Malden: Polity Press, 2017.

REIMÃO, Sandra. Estudos sobre a produção editorial e história dos livros no Brasil - algumas observações. In: **I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 8 a 11 de novembro de 2004.

SCHAPOCHNIK, Nelson. D. F. McKenzie no Brasil? Notas para a sua recepção crítica. In: **II Seminário Internacional: A Arte da Bibliografia: História, Natureza e Relações (Inter)Disciplinares**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da USP, 03 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/en/node/123157>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Linguagem, sociedade e cultura na Europa Moderna. **Revista USP**, São Paulo, v. 28, p. 261-263, 1996.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Um palácio de livros nos trópicos: metáforas, projetos e concretizações. **Projeto História (PUCSP)**, São Paulo, v. 26, p. 93-115, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

TENGER, Z.; TROLANDER, P. From Print versus Manuscript to Sociable Authorship and Mixed Media: A Review of Trends in the Scholarship of Early Modern Publication. **Literature Compass**, 7, 11, p. 1035-1048, 2010.

WERNECK, Nelson Sodré. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2004.

WOUDHUYSEN, H. R. **Sir Philip Sidney and the Circulation of Manuscripts: 1558-1640**. Oxford: Calderon Press, 2003.

Possibilidades e Perigos da Etno-história

Maíra de Mello Silva, UFPel¹

Resumo

O presente trabalho pensa a superação do modelo científico disciplinar, a partir das teorias descoloniais sobre os estudos de Etno-história. Constitui-se, portanto, de uma introdução ao pensamento não hegemônico, de uma discussão sobre as teorias descoloniais, de uma revisão crítica de parte da bibliografia disponível sobre Etno-história, de uma breve lista com sugestões para práticas descoloniais nos estudos em Ciências Humanas e de uma conclusão que aponta à prática da alteridade, como mediadora dos processos revisados.

Palavras-chave: Etno-história, Antropologia, História, Arqueologia, Etnologia.

Abstract

This work intends to overcome the scientific disciplinary model, from the decolonial theories about the studies of Ethno-history. It is, therefore, an introduction to non-hegemonic thinking, a discussion of decolonial theories, a critical review of part of the available bibliography on ethno-history, a brief list of suggestions for decolonial practices in human sciences studies, and of a conclusion that points to the practice of alterity, as mediator of the reviewed processes.

Keywords: Ethno-history, Anthropology, History, Archeology, Ethnology.

Introdução

De acordo com os Haudenosaunee, a Mulher Céu caiu por um buraco no céu. John Mohawk (2005) descreve sua jornada em direção às águas abaixo. Em sua queda, a Mulher Céu caiu através das nuvens e do ar em direção às águas abaixo. Durante sua queda, os pássaros puderam ver essa criatura em queda e ver que ela não podia voar. Eles foram até ela e a ajudaram a desacelerar sua queda até as águas abaixo dela. Os pássaros disseram à Tartaruga que ela precisava de um lugar para pousar, já que ela não tinha nadadeiras. A Tartaruga emergiu, subindo à superfície das águas de modo que a Mulher Céu pudesse pousar em suas costas. Uma vez sobre a Tartaruga, a Mulher Céu e a Tartaruga começaram a formar a Terra, e a terra é uma extensão de seus corpos. [...] Estas histórias não são longas versões de um “e a moral da história é...”. Isso é o que aconteceu. (WATSS-POWLESS, 2017, p. 251).

Princípio este trabalho demonstrando como a História, sob a égide descolonial, requer uma prática epistêmica não eurocentrada, propondo que esse caminho perpassa não mais apenas a interdisciplinaridade, mas a compreensão de categorias êmicas mais complexas e, conseqüentemente, elaboradas por pessoas cuja cosmovisão nada tem de hegemônica nas Ciências Humanas.

¹ Maíra de Mello Silva é graduanda em Bacharelado em Antropologia, na Universidade Federal de Pelotas.

É nesse sentido que reviso o conceito de Etno-história, partindo dos pressupostos descoloniais, a fim de apontar elementos à transcendência das barreiras disciplinares entre História, Etnologia, Antropologia e Arqueologia. A relevância dessa proposta é evidente, quando da posição de graduanda em Antropologia, inquieta-me a invisibilização da concepção e da prática patriarcal na qual as ciências estiveram historicamente alicerçadas. Saliento que os conceitos utilizados nessa breve introdução serão referenciados e debatidos, ao decorrer do texto.

Posteriormente, apresento um espectro de possibilidades à utilização prática da Etno-história, seja em estudos com comunidades indígenas, quilombolas ou “periféricas”, intentando que a auto-identificação desses povos prevaleça, em detrimento a tais generalizações, possibilitando que categorias excludentes e/ou totalizantes fiquem datadas a seu tempo. Propondo, assim, que linhas de pensamento já consolidadas nas Ciências Humanas se adequem às demandas e realidades das comunidades partícipes de nossos estudos.

O manejo do arcabouço teórico existente se dá, no contexto que proponho, de forma a demarcar a interdisciplinaridade como uma demanda ainda relacional ao fazer científico tradicional, em que a verdade se constitui em retilínea e una, desprovida de possibilidades que deem conta da alteridade e da pluralidade inerente à humanidade. É, outrossim, dizer que a análise de fontes documentais, do conjunto que compõe a cultura material e de dados etnográficos requer a compreensão não só holística, mas também das categorias locais. Esse esforço, ao invés de promover pesquisas sectárias, propicia análises mais fundamentadas e plurais.

Por conseguinte, a preocupação da História em datar eventos talvez mereça, no momento político atual das ciências, reflexionar e demarcar bem mais o pensamento dos autores clássicos (no masculino, frisando o local de fala que prevalece na educação superior do Brasil), apontando e datando teorias, condicionantes e práxis adotadas. Essa ponderação importa, pois, cronologia é um conceito complexo e não retilíneo no pensamento não ocidentalizado, mas um elemento que remete etnicidade, territorialidade, tradição, religiosidade e muitas mais das categorias que utilizamos, requerendo, portanto, a adequação sincrônica das pesquisas.

Descolonizar

Partindo da proposta vocabular da antropóloga Rita Laura Segato, penso, aqui, colonialidade como “[...] uma matriz que organiza hierarquicamente o mundo de forma

estável” (SEGATO, 2012, p. 113), compreendendo “[...] a colonização como um grande evento prolongado e de muitas rupturas e não como uma etapa histórica já superada” (COLAÇO; DAMÁZIO, 2012, p. 8), e opto pela utilização do termo descolonial. Ressalto outras epistemes possíveis, para compreender tais processos, como “decolonial” (WALSH, 2007) ou “pós-colonial” (ver mais em CUNHA, 2002; SOUSA SANTOS, 2004; FERREIRA, 2014; PEZZODIPANE, 2013). Seguindo nesse sentido, utilizo terminologias como: “[...] *povo como sujeito de uma história* em lugar de *cultura*, *pluralismo histórico* no lugar de *relativismo cultural*, e *inter-historicidade* em vez de *interculturalidade*.” (SEGATO, 2012, p. 113).

A orientação da produção descolonial se dá no sentido de ruptura com o colonialismo e, conseqüentemente, com o capitalismo, com o patriarcado, com o machismo e com o racismo. A construção de alternativas não dicotômicas - dualidades essas inerentes ao pensamento científico ocidental - é viabilizada pela diminuição da distância entre objetivos e hipóteses de pesquisa e demandas dos povos massacrados pela imposição da modernidade. Assim, a separação prática entre História, Etnologia, Antropologia e Arqueologia é pouco produtora, igualmente ao afastamento de outras matrizes do conhecimento como a Filosofia, visto que, nesse contexto, o conceito de Heurística (LONGINO, 2017, p. 46, 47, 53) que busca promover o desenvolvimento de cognições feministas age no sentido contrário ao da sistematização tradicional. Ainda, Vanessa Watts-Powless, Mohawk e Anishnaabe, do Clã Urso, e doutora em Sociologia, pela Queen's University, do Canadá, explica que:

Num sentido euro-ocidental, as estruturas existem de modo abstrato. O modo como se articulam em ação e comportamento trazem essa abstração à *praxis*; daí a divisão entre epistemológico/teórico versus ontológico/*praxis*. A diferença nas estruturas haudenosaunee e anishnaabe é que nossas estruturas cosmológicas não são abstrações, mas uma extensão literal e animada dos pensamentos da Mulher Céu e da Primeira Mulher; é impossível separar a teoria da *praxis* se acreditamos nos eventos históricos de criação da Mulher Céu e da Primeira Mulher. Então não é que os povos indígenas não teorizem, mas essas teorias complexas não são diferenciadas do lugar. (WATSS-POWLESS, 2017, p. 253).

Nesse sentido, a crítica à ciência, especialmente à criação de fatos científicos, verificáveis no âmbito da natureza e distanciados da impureza inerente à política (HARAWAY, 2004, p. 225) e à suposta neutralidade (HARAWAY, 1995, p. 16), objetividade e verdade vem sendo realizada, com problemáticas como

Se a ciência como de costume, neutra e a-perspectiva, é autocorretiva, por que somente quando uma massa crítica de mulheres trouxe para seus

respectivos campos uma perspectiva ligada ao gênero e em alguns casos claramente feminista, aquelas insistentes omissões e distorções androcêntricas e sexistas foram identificadas? (WYLIE, 2017, p. 18).

A revisão das hipóteses e resultados de pesquisas é um exercício que evidencia que “[...] o Conhecimento é hoje entendido, por muitos, como um produto que reflecte o contexto da sua produção, e portanto política, social e economicamente comprometido” (DINIZ, 2006), demonstrando demandas, como a da existência de uma Arqueologia da Violência Epistêmica (GNECCO, 2009).

A crítica feminista à ciência contribui para as reivindicações de modelos que tenham aplicabilidade e prezem o empoderamento, e que se fundamentem, por exemplo, em

[...] aliviar as necessidades humanas, especialmente aquelas tradicionalmente atendidas pelas mulheres, tais como os cuidados dos mais jovens, com os fracos, ou com os enfermos ou os de alimentar os famintos, deveriam ser preferidas à pesquisa para propósitos militares, ou só para fins de conhecimento. (LONGINO, 2017, p. 43).

Assim, o elo entre a condição das mulheres sob o colonialismo e as realidades históricas da classe trabalhadora, assim como os processos de escravização, temas largamente abordados nas ciências, ganham novos contornos e grandes possibilidades de transgressão. Silvia Federici, em “Calibã e a Bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva”, de 2004, discorre historicamente sobre a formação do capitalismo, desde o séculos XVI e XVII, a partir da criação de diferenciações sexuais, demonstrando que o trabalho doméstico não remunerado de mulheres e a função reprodutiva é uma imposição forçosa, na qual a dominação masculina é central, redimensionando as teorias marxistas, para elementos como a produção de alimentos nas plantations da América do Sul e da África e evidenciando o trabalho escravo. Assim, Federici (2017) comprova que não há resquício pré-capitalista da divisão sexual do trabalho e abre um importante espaço para a compreensão detalhada da resistência operacionalizada por escravizadas e escravizados, indígenas e mulheres, também demonstrando a agência do cristianismo sobre esses processos. Ainda, demonstra como é possível a pesquisa histórica em concomitância com as vivências e a militância, o que vai ao encontro do que propõe a Etno-história, já que evidencia as articulações de poder e subordinação (MUÑOZ, 2014, p. 19).

Sem dúvidas, a lógica de escrita e de pensamento nessa seção está intimamente vinculada às categorias analíticas propostas indiretamente por Angela Davis (1981), tendo na interseccionalidade uma ferramenta fundamental a quaisquer etapas de minha prática científica. A lógica descolonial, portanto, permite a todas e todos experimentar a interpretação

de fatos, dados e teorias, de um ponto-de-vista não hegemônico, distanciado e descompromissado com as barreiras disciplinares e não restrito à filiações teóricas, quiçá verdadeiramente inovador.

Revisando a Etno-história

Explicitada a fundamentação ética que subsidia a presente reflexão sobre Etno-história, irei discutir algumas das bibliografias levantadas sobre o tema, com o intuito de suscitar o debate interdisciplinar, refinado pela compreensão descolonial, apontando ideias que permanecem por entre o tempo e os autores e as atualizações recebidas. Inicialmente, portanto:

Segundo Baerreis (1961:49), o primeiro cientista social a utilizar o termo *ethnohistory* foi Clark Wissler, em 1909, pesquisador que se referiu a etnohistória como um método que utiliza dados arqueológicos e dados provenientes de fontes textuais, principalmente de cronistas, funcionários públicos, missionários e viajantes, com o propósito de reconstruir a história das culturas indígenas, sobretudo daquelas que necessitavam de antecedentes contemporâneos. Seu uso, portanto, remete à idéia de história das sociedades não-ocidentais, a exemplo das sociedades tidas como ágrafas das Américas, África, Ásia e Oceania. (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003, p. 3)

Em 1968, Bernard S. Cohn escreveu um artigo para a Enciclopédia Internacional de Ciência Social, de Nova York, no qual explica que o termo *Ethnohistory*

[...] foi empregado pela primeira vez, de forma ocasional, no início do século XX, mas só na década de 40 começou a ser usado, de forma sistemática, por alguns antropólogos culturais, arqueólogos e historiadores norte-americanos, para denominar suas pesquisas e publicações sobre a história dos povos indígenas no Novo Mundo. (COHN, 1998, p. 7 - 8).

Ainda, o autor relata que, em sua época, 1968, o termo Etno-história era utilizado em estudos históricos de quaisquer povos não-europeus, dependendo da natureza das sociedades indígenas, período, tipo e duração da dominação europeia, documentação disponível e orientação teórica dos antropólogos que estudaram a região, explicitando que

Sua percepção do fato histórico, até mesmo quando utiliza os documentos produzidos pela administração colonial, é sempre na perspectiva dos índios, muito mais do que na do administrador europeu. Está mais interessado no impacto da prática e da política colonial do que na gênese dessas políticas na sociedade metropolitana. (COHN, 1998, p. 9).

Assim, Cohn compreende a prática etno-histórica como a da utilização de Documentos Escritos, Tradição Oral, Trabalho de Campo e a teorização, a partir de conceitos da Antropologia Cultural.

Dois elementos novos, à época de Cohn, citados nesse artigo, foram a “INDIAN CLAIMS ACT” (Legislação Sobre o Direito dos Índios), de 1946, pela qual os povos indígenas norte-americanos adquiriram o direito à indenização, por parte do Estado, pelas terras tomadas no período colonial, fato que gerou uma institucionalização da Etnologia, na elaboração de laudos, tanto em favor dos povos indígenas, quanto em defesa do Estado; o segundo ponto importante é a fundação da revista *ETNOHISTORY*, em 1954, como forma de circulação dos dados de campo e dos documentos obtidos a partir desses litígios. Nesse período, a Arqueologia começava a ser incorporada à Etno-história.

Ainda, a Etno-história foi utilizada, na Europa, aos estudos de História Clássica greco-romana e História Medieval, e, também, na Ásia, na África e na América Latina, no período posterior à Segunda Guerra Mundial (COHN, 1998, p. 15 - 16).

Já em 1987, Osvaldo Silva Galdames, em conferência no Chile, problematizou a diferença entre Etno-história e História Indígena. No Brasil, durante a mobilização para a elaboração da Constituição Federal de 1988, no período da redemocratização que finalizou o período ditatorial, os direitos indígenas passam a ser compreendidos por pressupostos legais de autonomia, de multiculturalismo e de pluralismo jurídico. O marco legal que foi a Constituição de 1988 é relevante nas disputas territoriais e na luta pela efetivação de outros direitos até o momento presente, como consta no trabalho de Eloy Amado (2015).

A problemática terminológica ainda aparece em aberto, segundo Eremites de Oliveira, em 2001 e 2003, e, especialmente, em relação aos objetivos de pesquisa. O autor conceitua a Etno-história como a que reconhece a tradição oral das próprias comunidades indígenas como factível, partindo do pressuposto êmico; enquanto a História Indígena remeteria a história de povos indígenas contada por pesquisadores, apropriando-se da ética. O contraste epistemológico é, aí, evidenciado.

Uma das opções teóricas apontadas é a construção de uma História de Longa ou Longuíssima Duração, orientada pelas epistemologias de Braudel e Vovelle:

A duração do tempo arqueológico em seu sentido mais amplo pode ser definida como uma longuíssima duração, repleta de multiplicidades que nunca se isolam, mas que são reconhecidas apenas quando vistas separadamente. As multiplicidades possuem finitudes definidas que, em conjunto, tornam-se irreconhecíveis. Uma longuíssima duração se assemelha a um todo e é uma duração composta de várias outras durações mais curtas.

A fruição dos acontecimentos da intensidade de duração mais longa pulsa como sensações sob suas partes, conforme estas recebem as potências intensivas. Cada parte como ser próprio individual, segundo as relações específicas mantidas como o fluxo espaço-temporal, terá um sentido e uma duração característica. (MAGALHÃES, 1993, p. 67 apud EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 38).

Possivelmente, essa seja uma proposta importante a ser explorada, pois, como indica Magalhães (2013, p. 392), executar esse modelo significa recuar as propostas teóricas sobre relações com o lugar e os modos de vida a um período mais longo. Assim, mentalizar uma História de Longuíssima Duração, para o caso das Américas, possa ser propor a gama de ferramentas teóricas e práticas à disposição da melhoria das condições de vida dos povos indígenas que persistem e resistem a tantas violências materiais e imateriais. Atentando aos processos contínuos e descontínuos de produção escrita sobre povos indígenas (MOTA, 2014, p. 11 - 12).

Alguns esboços interpretativos travados, a partir dessa breve sistematização, reforçam algumas das hipóteses levantadas inicialmente, especialmente a de que as filiações teóricas de autores que escreveram a Etno-história, não dissidentes da ordem colonialista e capitalista, influenciaram grandemente ao conhecimento que temos atualmente sobre o passado, seja ameríndio, seja africano, asiático ou europeu. No entanto, ainda, a Etno-história se construiu a partir de uma prática interdisciplinar ou transdisciplinar, o que permite, com novos aportes teóricos, aprimorar sua metodologia e buscar a ruptura de quaisquer fronteiras disciplinares.

Pistas à prática descolonial da Etno-história

Baseada nos dados bibliográficos levantados, proponho, finalmente, algumas sugestões de como o trabalho com Etno-história pode ser realizado por estudantes de graduação que, assim como em minha trajetória, se inquietam com as dificuldades de exercer suas atividades de forma heurística.

- 1) Vincular as atividades de pesquisa, extensão e ensino, sempre que possível. Em toda pesquisa de Ciências Humanas aspectos etnográficos, históricos, arqueológicos, etnológicos, geográficos, económicos, geográficos, artísticos, religiosos, cosmológicos, sociológicos e psicológicos existem, o enfoque das práticas podem englobar, quando necessário, aspectos dessas ciências;
- 2) A revisão da literatura existente é passo significativo ao desenvolvimento da prática científica humanística. Assim, ela é anterior ao trabalho de campo e, realizada em

- espectro amplo, pode evitar erros de análise e desfazer estereótipos pré-estabelecidos e tidos como corretos nos contextos em que estamos inseridas e inseridos;
- 3) Visualizar que os povos indígenas da América sofrem com 518 anos de contato e tutela do Estado e, sendo assim, não há forma de estudar junto a essas comunidades, assim como com comunidades quilombolas e outras “periféricas”, sem pensar as sociedades envolventes e os processos de remoções forçadas e demais violações;
 - 4) Compreender a rede de dinâmicas opressivas do processo colonial tende a ser tarefa melhor equilibrada, ao utilizar a proposta interseccional de Angela Davis (1981), quando o modelo analítico considera gênero, raça e classe propicia larga gama de possibilidades;
 - 5) Operar com ideias retroalimentativas como, por exemplo, “Espírito, Lugar-Pensamento, Agência na Criação, Sociedades e Sistemas e Obrigação para Comunicar com o Espírito” (WATSS-POWLESS, 2017, p. 253) possibilita dimensionar âmbitos igualmente densos, com a complexificação e o comprometimento a que o aporte descolonial se propõe. Isso significa superar ideologias eurocentradas categorizadas e limitantes, como cosmologias e mitologias. Compreender, então, a partir da dimensão específica da comunidade com que se está pesquisando, o que são os Espíritos, no sentido de o que além do materializado atua na vida social e individual gera o entendimento do Lugar-Pensamento, ou seja, dos vínculos estabelecidos entre o território e a mente que nele e com ele vive. Assim, consideradas as diferentes concepções sobre a Criação do mundo e das coisas, é possível levantar quem ou que mobiliza essa cadeia de agências (nos termos de Watts-Powless, mas que também pode receber outros nomes melhor localizados nas respectivas realidades) e a quais responsabilidades esses vínculos correspondem (Obrigação para Comunicar com o Espírito);
 - 6) Ao analisar a documentação histórica escrita, ponderar o local de fala e a vinculação geográfica, de classe, de raça e de gênero da pessoa a quem é atribuída a autoria. Um exercício possível é refletir sobre as condições materiais, como o financiamento das pesquisas;
 - 7) Buscar a reflexão e orientação, por parte das próprias comunidades com quem pesquisamos, sobre a dinâmica entre o reconhecimento de importantes trajetórias individuais, o apagamento étnico e o sigilo ético;

- 8) “[...] um balanço sobre as ancoragens teóricas/metodológicas que sustentam a historiografia que trata da história dos povos indígenas no Brasil, a partir da década de 80, é uma tarefa a ser realizada” (MOTA, 2014, p. 14).

Então, qual o perigo?

Prosseguindo a discussão, dos maiores perigos do método etnohistórico, ainda de acordo com Trigger (1982a, 1982b), destacam-se as incapacidades dos euroamericanos entenderem as vozes dos nativos ameríndios, sobretudo, conforme leitura que faço do assunto, pelo fato de muitos não saberem trabalhar com a tradição oral e, ainda que com ela trabalhando, buscarem a comprovação empírica dos acontecimentos narrados. Desta maneira, eles restringem a validade das informações orais a uma comprovação dentro de argumentos científicos às vezes influenciados pelo positivismo. Por isso, para o referido arqueólogo a etnohistória pode ser vista, também, como um método para a construção de uma verdadeira história nativa americana. Isto requer, como disse Alberto G. Flórez Malagón (2002), a realização de um exercício de alteridade. (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003, p. 4 - 5).

O exercício da alteridade, possivelmente, seja a grande ferramenta disponível à Etno-história. Compreender que a Antropologia pode incorrer no erro de exotizar o Outro, que a Arqueologia em muitas oportunidades pode cumprir desserviços aos interesses de povos já há tanto massacrados, que a História pode se abster de fatos e invisibilizar versões que não sejam comprováveis empiricamente. Essa é uma proposta de prática da alteridade na própria rotina intelectual, não apenas nos trabalhos de campo.

Encerro este trabalho com um dos resultados que obtive, ao mediar o texto de Vanessa Watts-Powless, em sala de aula, e propor que cada grupo de três ou quatro expressasse livremente sua interpretação do que era explicado pela autora.



Livre interpretação da História de Origem dos Haudenosaunee

Referências Bibliográficas

COLAÇO, Thais Luzia; DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter (Org.). **Novas Perspectivas para a Antropologia Jurídica na América Latina: o Direito e o Pensamento Decolonial**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

COHN, Bernard S.. O que é etnohistória? **CADERNOS DE ETNOHISTÓRIA**. UERJ. Nº 1. 1998. Tradução e apresentação dos textos: José Ribamar Bessa Freire.

- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Reflexões sobre biopoder e pós-colonialismo: relendo Fanon e Foucault. **Mana** [online], Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan./abr. 2002. p. 149 - 163.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].
- DINIZ, Mariana. Para a história das mulheres na Pré-História: em torno de alguns atributos do discurso. **Promontoria**, Lisboa, n. 4. 2006. p. 37 - 51.
- ELOY AMADO, Luiz Henrique. Terra Indígena e legislação indigenista no Brasil. **Cadernos de Estudos Culturais**, Campo Grande, v. 7. 2015. p. 55 - 77.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. A história indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil: dilemas e perspectivas. **Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 2, n. 2. p. 115 - 124. 2001.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. **Da pré-história à história indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Sobre os conceitos de Etnohistória e História Indígena: uma discussão ainda necessária. In: XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa. **Anais Eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História**. João Pessoa: ANPUH/UFPB, 2003. p. 1 - 8.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante Ed., 2017. p. 336 - 374.
- FERREIRA, Andrey Cordeiro. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. **Soc. estado**. [online], Brasília, v. 29, n. 1, jan./abr. 2014. p. 255 - 288.
- GNECCO, Cristóbal. The ways of Archaeology: from epistemic violence to relationality. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.** [online], Belém, v. 4, n. 1, jan./abr. 2009. p. 15 - 26.
- HARAWAY, Donna. Modest_Witness@Second_Millennium. In: HARAWAY, Donna. **The Haraway Reader**. New York: Routledge, 2004, p. 223 - 250.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5. 1995. p. 7 - 41.
- LONGINO, Helen. Valores, heurística e política do conhecimento. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 15, n. 1, jun. 2017. p. 39 - 57. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ss/article/view/133642>>.
- MAGALHÃES, Marcos Pereira. Cultural territory and the transformation of the forest into a social artifact. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTI**. Belém, Pará, Brasil. v. 8, n. 2. 2013. p. 381 - 400.
- MOTA, Lúcio Tadeu. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. **Unesp**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 5 - 16, 2014.
- MUÑOZ, Karina Ochoa. El debate sobre las y los amerindios: entre el discurso de la bestialización, la feminización y la racialización. **El Cotidiano**, Cidade do México, n. 184, mar./abr. 2014. p. 13 - 22.
- PEZZODIPANE, Rosane Vieira. Pós-colonial: a ruptura com a história única. **Simbiótica**, Vitória, v. único, n. 3, jun. 2013. p. 1 - 11.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES** [Online], Coimbra, n. 18. 2012. p. 106 - 131.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e de outro**. Conferência de abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, set. 2004.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre-Iesco-Pensar, 2007. p. 47 - 62.

WATTS-POWLESS, Vanessa. Lugar-Pensamento indígena e agência de humanos e não-humanos (a Primeira Mulher e a Mulher Céu embarcam numa turnê pelo mundo europeu!). **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, jan./jun. 2017. p. 250 - 272.

WYLIE, Alison. Os que conhecem, conhecem bem: teoria do ponto de vista e arqueologia de gênero. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 15, n. 1, jun. 2017. p. 13 - 38.

Artigos Livres

Chegada do Espiritismo a Pelotas-RS: problematização de duas hipóteses consagradas na historiografia¹

Eder de Lima Rocha, UFPel²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar duas hipóteses sobre a chegada do Espiritismo em Pelotas, Rio Grande do Sul, e tentar entender por que não há um consenso, entre os historiadores, sobre o tema. A primeira suposição diz que o Espiritismo aportou em Pelotas por meio de dois espanhóis, em 1877; Alberto Coelho da Cunha escreveu sobre o assunto em 1927, descrevendo, em seus apontamentos, que o Espiritismo havia chegado em Pelotas 50 anos antes. A segunda suposição nos diz que o Espiritismo chegou a Pelotas por meio da Baronesa de Três Serros, hipótese sustentada pelo historiador João Artur Ott Cardoso, ao defender que a referida Baronesa levara o *Livro dos Espíritos*, e conseqüentemente o Espiritismo a Pelotas, após o seu casamento no Rio de Janeiro, em 1865.

Palavras-chave: Espiritismo, Pelotas, Século XIX.

Abstract

The present work aims to analyze two hypotheses about the arrival of Spiritism in Pelotas, Rio Grande do Sul, and try to understand why there is no consensus, among historians, on the subject. The first line of supposition says that Spiritism came to Pelotas through two Spanish, in 1877; Alberto Coelho da Cunha wrote about it in 1927, describing, in his notes, that Spiritism had arrived in Pelotas 50 years earlier. The second assumption tells us that Spiritism came to Pelotas through the Baroness of Três Serros, hypothesis supported by the historian João Artur Ott Cardoso, arguing that the Baroness brought the *Livro dos Espíritos*, and consequently the Spiritism to Pelotas, after his marriage in Rio de Janeiro, in 1865.

Keywords: Spiritism, Pelotas, XIX Century.

Introdução

Duas são as hipóteses que rondam os historiadores e pesquisadores do Espiritismo em Pelotas: a primeira diz que o Espiritismo teria chegado a Pelotas por meio da Baronesa Amélia Antunes Maciel, por volta do ano de 1865; a segunda diz que teria chegado por meio de dois espanhóis, em 1877. E é em cima dessas duas proposições que tentarei analisar por qual delas teria sido a mais plausível que chegou primeiro em Pelotas, e tentar entender por que não há um consenso dos historiadores sobre a chegada do Espiritismo na cidade.

¹ Este texto é resultado parcial da pesquisa em andamento para o Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas.

² Graduando do 8º semestre do curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal de Pelotas.

O recorte temporal a que me propus pesquisar, se dará entre os anos de 1860, abarcando alguns anos antes da referida data do presente recebido pela Baronesa – o Livro dos Espíritos - indo até alguns anos depois da chegada dos espanhóis a Pelotas, em 1880.

Basicamente, as perguntas que faço, e acredito que os historiadores do tema também os fazem, são a de qual maneira e por quem - em se verificando que chegou a Pelotas às datas a que as hipóteses sugerem - Pelotas recebeu essa religião incipiente tão rápido e de forma “devastadora” para as elites, que à época era predominantemente Católica.

Possíveis interpretações sobre o tema serão levantadas, e questões que envolvem a aceção por parte dos pesquisadores sobre quem trouxe o Espiritismo a Pelotas.

Por fim, tentarei demonstrar que nenhuma das duas linhas de suposições, por suas inconsistências, pode reclamar para si a “verdadeira” data e por meio de quem a religião Espírita chegou a Pelotas. Mas, já adianto que de forma nenhuma o tema se esgota aqui. É um assunto em aberto, sobretudo, pela carência de documentação, que por ora, os outros pesquisadores do Espiritismo na cidade e eu não tivemos acesso ou que não existem mais. O texto se justifica, no entanto, em função das discordâncias dos pesquisadores e historiadores sobre como, quando e por quem o Espiritismo chegou a Pelotas.³

As descrições que abordo sobre o contexto sócio-político-econômico é deveras resumido, apenas para que tenhamos uma ideia geral sobre esse contexto.

Sobre a historiografia local para o tema aqui proposto, muitos são os trabalhos; no entanto, os que me dediquei foram os de Marcelo Gil, que aborda o Movimento Espírita em Pelotas, e Lauro Enderle, que escreveu sobre o Espiritismo em Pelotas; sobre a Baronesa de Três Serros temos os trabalhos de Débora de Paula e Jezuina Schwanz. A respeito da cidade de Pelotas consultei os trabalhos de Mario Magalhães, Eduardo Arriada, Jonas Vargas, e outros. Sobre Coelho da Cunha, temos os escritos de Eduardo Arriada, além dos próprios manuscritos e recortes de Cunha.

Quanto aos arquivos e fontes que pesquisei estão além dos já citados manuscritos e recortes de Alberto Cunha, que se encontram na Bibliotheca Pública Pelotense, pesquisei os livros de termos de declaração de estrangeiros e as Atas da Associação Auxiliadora da Colonização, todos os livros também se encontram na Bibliotheca Pelotense. E o jornal *Correio Mercantil* (1875-1932), fazendo apenas menção a uma data em específico.

Posto isto, reitero de que o trabalho é uma reflexão incipiente e de modo algum se encerra aqui. Não temos a pretensão de fazer uma análise histórica do Espiritismo e nem de

³ Mais adiante no texto específico quem são estes pesquisadores e historiadores que discordam quanto à data e por meio de quem o Espiritismo ter chegado a Pelotas.

como ele chegou em Pelotas, nem do contexto social-político-econômico da cidade de Pelotas na segunda metade do século XIX. Pretendemos, na verdade, apenas problematizar as duas principais hipóteses sobre a chegada do Espiritismo em Pelotas a partir dos argumentos e dos documentos acionados pelos pesquisadores, de modo a contribuir minimamente com os estudos históricos dedicados à religião espírita na cidade.

Breve contexto da cidade de Pelotas entre 1860 e 1880

Para Pelotas as charqueadas tiveram papel crucial no desenvolvimento econômico, político, cultural, social e na urbanização, marcando também profundamente a formação sócio-econômico-cultural do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. Com a indústria saladeiril, Pelotas tornou-se a principal produtora de charque do Império do Brasil, remetendo a mercadoria não apenas para as *plantations* brasileiras e suas cidades litorâneas, como também, em menor escala, para Cuba, Portugal e os Estados Unidos.⁴ Pelotas teve sua economia e desenvolvimento atrelado a esta indústria, segundo o historiador Vargas:

O charque, os couros, o sebo e a graxa, produtos igualmente produzidos nas charqueadas, eram responsáveis por mais de $\frac{3}{4}$ das exportações da província, movimentando a economia regional e garantindo a contínua demanda pelo gado bovino criado nas estâncias que pontilhavam toda a fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. Como resultado de tal desenvolvimento econômico, Pelotas tornou-se a principal cidade da região sul da Província, vivendo o seu auge entre as décadas de 1860 e 1880, quando rivalizou com Porto Alegre em seus aspectos econômicos, políticos e culturais, e tornou-se palco de uma elite bastante rica e influente. (VARGAS, 2013, p. 15).

Segundo o historiador Mario Osorio Magalhães, Pelotas atinge o seu auge cultural e econômico entre os anos de 1860 e 1890. Sobretudo, devido às charqueadas, que a essa época, já estava consolidada na região, diz-nos Magalhães:

A área das charqueadas, praticamente restrita ao município de Pelotas, permanece sendo o núcleo de maior circulação monetária e acumulação de capitais, sofrendo agora um amplo processo de modernização, estimulado pelo restabelecimento da concorrência platina, a proibição do tráfico negreiro e a inclusão das estâncias do norte da província como fornecedoras de gado para o abate. (MAGALHÃES, 1993, p. 79).

Porém, não só da indústria saladeiril Pelotas se fez. É dessa época também o surgimento de outros segmentos industriais gerados por essa transformação econômica, tais

⁴ VARGAS, Jonas. “A aristocracia do sebo” Riqueza, prestígio social e estilo de vida entre os charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, 1850-1890). **Estudios Históricos** – CDHRPyB- Año VIII, Diciembre 2016, Nº 17, p. 1-23.

como curtumes, fábricas de sabão e velas, olarias, etc., utilizando os resíduos da indústria da carne. A partir da riqueza gerada pelas charqueadas uma transformação urbana, a ligação comercial de Pelotas com os grandes centros do país e do exterior e a importação e exportação de mercadorias vem fomentar a modernização, urbanização e a cultura dos mais variados matizes.

Com esse aporte financeiro, sobretudo na exploração do trabalho escravo, os estancieiros, charqueadores e industriais pelotenses começam a modernizar e urbanizar a cidade. Heloisa Nascimento assim relata a modernização predial urbana que passa a cidade de Pelotas entre os anos de 1869 e 1879:

Num período de dez anos as edificações urbanas mais importantes assumiram aspecto neorenascentista, no qual se inclui uma certa explosão do barroco. Arte importada da Europa, assimilada na Província, foi aqui completada em seu aspecto utilitário com recursos de construção típica local, tais como janelas de guilhotina e caixilhos da região, que aparecem ao lado de torres e fachadas portentosas, de aberturas encimadas de adornos, de sacadas com grade de ferro fundido, de procedência estrangeira e estátuas de louçados portuguesas. Foi uma arquitetura própria e exclusiva da cidade. (NASCIMENTO, 1989, p. 81)

Como se viu, a cidade começa a se modernizar, não só pelo incremento predial das casas dos mais afortunados como dos prédios públicos, sendo dessa época a construção da Santa Casa de Misericórdia (1861), do Clube Comercial (1871), da Bibliotheca Pública Pelotense (1875), do edifício da sede da Câmara Municipal (1878) - hoje sede da Prefeitura Municipal -, da Escola de Agronomia Eliseu Maciel (1883), entre tantos outros, como também cultural e intelectual das elites abastadas.⁵

Além daqueles, os casarões ao redor da Praça Coronel Pedro Osório, nos quais residiam os charqueadores e suas respectivas famílias são uma conhecidíssima atração cultural, tendo atualmente outras funcionalidades, mas ainda mantendo as suas peculiaridades arquitetônicas e seus objetos.⁶

Com toda a riqueza acumulada pelos charqueadores surge em Pelotas uma elite, que era proprietária de imensos latifúndios e com a farta distribuição de matéria prima, o gado só poderia acumular e gerar riquezas. Mas a charqueada não trouxe apenas riqueza, mas também

⁵ LÉON, Zênia de. **Casarões Contam Sua História**, 1993.

⁶ O Mercado Público, o Museu da Baronesa, o Teatro Guarani, as Charqueadas às margens do Arroio Pelotas, os chafarizes do Calçadão e da praça principal são outros locais, com intenso passado histórico, que montam a paisagem na cidade atual, estando muitas delas revitalizadas. A Caixa d'Água, localizada na Praça Piratinino de Almeida, defronte à Santa Casa de Misericórdia; o Castelo João Simões Lopes Neto, no Bairro Simões Lopes; e a Estação Férrea de Pelotas, são outros lugares de destaque em Pelotas.

o adensamento populacional de Pelotas, pois cada grande estabelecimento contava, pelo menos mais de cem pessoas (ARRIADA, 1994).

A produção na charqueada em Pelotas sempre foi pautada em severas condições do trabalho. Desenvolvida através do trabalho escravo, o charque proporcionou a formação de uma elite riquíssima e opulenta, desfrutando de todas as benesses econômicas que o capital advindo do negócio proporcionava. A vida cultural da cidade era muito intensa, os contatos mantidos com a capital do país e com a Europa, conferiram à elite pelotense um destacado padrão literário e artístico.

Os filhos desses industriais é que, despreocupados com a sobrevivência, tendo nascido em berço de ouro, puderam se dedicar largamente aos estudos (MAGALHÃES, 1993). Esses “novos ricos”, então, partiram para outras províncias do país e para outros países, principalmente a França, para estudarem. Trouxeram consigo uma bagagem cultural e intelectual bem diversa da daqui encontrada.

Outros fatores externos aceleraram esse processo de modernização e urbanização na cidade de Pelotas, tais como a Guerra do Paraguai (1865-1870), que de certa forma consolida o modo de produção capitalista no Brasil e conseqüentemente em Pelotas, e a vinda de imigrantes, mormente a partir da década de 1840; em 1849 a cidade já possuía a Associação Auxiliadora da Colonização;⁷ e em 1866, foi fundada a primeira colônia nos arredores de Pelotas,⁸ a Colônia Lopes.

Sendo assim, vários foram os fatores que auxiliaram no crescimento econômico, intelectual e cultural da cidade de Pelotas entre os anos a que dispomos analisar. É, portanto, nesse contexto de “boom” econômico e de momento de grande intensidade cultural, e em meio à elite, é que aparece pela primeira vez o Espiritismo em Pelotas.

O Espiritismo

Segundo o dicionário,⁹ Espiritismo é uma doutrina de cunho filosófico-científico-religioso voltada para o aperfeiçoamento moral do homem por meio de ensinamentos transmitidos por espíritos desencarnados que se comunicam com os vivos, especialmente através de médiuns. As instruções dadas pelos espíritos de categoria elevada sobre todos os

⁷ Actas da Associação Auxiliadora da Colonização. Bibliotheca Pública Pelotense.

⁸ Anjos, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e Modernização: A cidade de Pelotas no último quartel do século XIX**. Pelotas: UFPel, 2000.

⁹ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/espiritismo/>>. Acesso em: 02 ago. 18.

assuntos que interessam à humanidade, as respostas que eles deram às questões que lhes foram propostas, constituindo uma ciência, uma doutrina moral e filosófica.¹⁰

O Espiritismo é, pois, a doutrina fundada na existência, nas manifestações e no ensinamento dos espíritos. Esta doutrina acha-se exposta de modo completo em *O Livro dos Espíritos*, quanto à sua parte filosófica; em *O Livro dos Médiuns*, quanto à parte prática e experimental; e em *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, quanto à parte moral. Essa doutrina foi elaborada, sistematizada e organizada por Allan Kardec.

Hippolyte-Léon Denizard Rivail¹¹ nasceu em 03 de outubro de 1804, na cidade de Lyon, França; adotou posteriormente o pseudônimo de Allan Kardec. Em Lyon fez os seus primeiros estudos, seguindo depois para Yverdon, na Suíça, a fim de estudar no Instituto do professor Pestalozzi, que era a escola modelo da Europa. Concluídos os seus estudos em Yverdon, regressou a Paris, onde se tornou conceituado Mestre não só em letras como em ciências. Conhecia algumas línguas como o italiano, alemão, etc. Rivail publica numerosos livros didáticos. Allan Kardec em 1854 ouviu falar pela primeira vez das mesas girantes, através do amigo senhor Fortier, que o convida para assistir a uma reunião de mesas falantes.

Pensando em descobrir novos fenômenos ligados ao magnetismo, pelo qual se interessava, aceita o convite. Depois de algumas sessões, começou a questionar-se para achar uma resposta lógica que pudesse explicar o fato de objetos inertes emitirem mensagens inteligentes. Rivail perguntava-se: como pode uma mesa pensar sem ter cérebro e sentir sem ter nervos? Mais tarde chegaria à conclusão de que não era a mesa quem respondia, e sim, as almas dos homens que já tinham vivido na Terra e que agora se valiam delas para se comunicarem.

Em 30 de abril de 1856, uma mensagem foi destinada especificamente para ele. Um Espírito chamado “A Verdade” revelou-lhe a missão a desenvolver. Daria vida a uma nova doutrina, que viria para dar luz aos homens, esclarecer consciências, renovando e transformando o mundo inteiro. Kardec afirmou que não se considerava um homem digno para uma tarefa de tal magnitude, não obstante, faria todo o possível por desempenhar as obrigações que lhe tinham sido encomendados. No que tange ao método, Kardec adota o intuitivo-racionalista Pestalozziano: teoria, teoria-prática e prática na aprendizagem. Em 18 de abril de 1857 publica *O Livro dos Espíritos*, por sugestão dos próprios espíritos, assina com o pseudônimo de Allan Kardec, nome que teve numa existência anterior quando foi

¹⁰ KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. Araras: IDE, 2002.

¹¹ Este resumo da vida de Allan Kardec (nesse e nos próximos três parágrafos) foi baseado nos livros de Zéus Wantuil e Francisco Thiesen: Allan Kardec, volumes I e II. Rio de Janeiro: FEB, 1979.

sacerdote druida. No ano 1858 edita a *Revista Espírita*, em 01 de abril funda a primeira Sociedade Espírita – Sociéte Parisienne des Études Spiritiques - sucessivamente publica *O Livro dos Médiuns*, *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, *O Céu e o Inferno* e *A Gênese*. Kardec morreu a 31 de março de 1869.

Desse modo, a investigação rigorosamente racional e científica de fatos que revelavam a comunicação dos homens com os espíritos, realizada por Allan Kardec, resultou na estruturação da Doutrina Espírita, sistematizada sob os aspectos científico, filosófico e religioso.

Espiritismo no Brasil

A História do Espiritismo no Brasil ainda está por ser pesquisada e estudada com maior profundidade.¹² Condições históricas, culturais e religiosas criaram um contexto propício ao pleno desenvolvimento de uma corrente “diferente” de pensamento a daquela surgida na França.

A partir de meados do século XIX o Brasil passou a sofrer um processo lento e gradativo de modernização. A proibição do tráfico negreiro e a aplicação de capitais na industrialização ainda incipiente desencadearam a modernização da sociedade como um todo, ainda que de forma tardia em relação à Europa (GIL, 2008).

Chegando ao Brasil, essa capacidade adaptativa do Espiritismo vai ser submetida a algumas provas. A realidade brasileira era, em alguns casos, totalmente diferente daquela que Kardec consolidou o Espiritismo. Sabemos que a influência francesa no Brasil era grande,¹³ desse modo, acreditamos que a religião Espírita tenha tido uma aceitação mais rápida e duradoura. Obviamente que não foi somente a influência francesa no Brasil que fez com que essa adaptação fosse mais ligeira, outros fatores contribuíram para essa aceitação. Praticamente todos os aspectos culturais e sociais brasileiros responderam de alguma maneira à entrada do Espiritismo no Brasil. Podemos ressaltar que, apesar de ter sofrido fortes influências, o Espiritismo também influenciou a cultura brasileira.

Kardec lança o *Livro dos Espíritos* em 1857. Tempo depois, por volta de 1860, as obras espíritas, em francês, começam a chegar no Brasil. Foram trazidas principalmente por franceses que moravam aqui no país ou por pessoas ricas e instruídas da sociedade que tinham contato com o estrangeiro. No Rio de Janeiro, existia por essa época a chamada “roda do

¹² Encontrei poucos trabalhos, sobretudo de historiadores, sobre o Espiritismo no Brasil. E os que encontrei, repetem-se muito nas informações.

¹³ LACERDA, ABRAHÃO e BASTOS. Relações entre Brasil e França, no período de 1822 a 1889.

Courier du Brésil”, um jornal francês editado no país. Na redação desse jornal, nas reuniões promovidas por seus membros, frequentava elementos ilustres da sociedade carioca, sendo um dos seus frequentadores Machado de Assis (DAMAZIO, 1994).

Contudo, foi em Salvador que o Espiritismo repercutiu de forma mais vigorosa ainda na década de 1860, graças à polêmica causada pela publicação em 1866 da obra “*Philosophia Spiritualista. O spiritismo: Introdução ao estudo d’a Doutrina Spiritica extrahida D’o Livro D’os spíritos*, publicado por Mr. Allan Kardec”, do jornalista Luiz Olympio Telles de Menezes, em que o autor não apenas traduzia parte da principal obra de Kardec, como também a comentava. O fato de essa obra ter colocado o pensamento de Allan Kardec ao alcance do público em geral, desconhecedor do idioma francês, provocou [...] consequências imediatas: contribuiu decisivamente para a difusão do espiritismo. (GIL, 2008, p. 69-70).

Em 1860, as obras espíritas começavam a chegar ao país. Alguns interessados, que acompanhavam as polêmicas em que Kardec participava nos principais jornais franceses e de outros locais do mundo, iniciaram suas leituras do Livro dos Espíritos. As obras aqui chegavam no original, em francês, o que nos aponta os leitores dessas obras: os que possuíam instrução e interesse no assunto. Assim, nos diz Gil:

Em torno de Telles de Menezes, que além de jornalista era professor, formou-se o Grupo Familiar de Estudo do Espiritismo, fundado em 1865 e composto por um seletivo número de intelectuais interessados em estudar a doutrina Espírita. O grupo, por sua vez, deu origem ao primeiro periódico espírita do Brasil, destinado a fazer a divulgação da doutrina, o *Eco d’Além Túmulo*. (GIL, 2008, p. 71).

Foi desse modo, um intelectual baiano, com passagens em conselhos artísticos imperiais e fundador de jornal literário, quem daria o pontapé inicial do Espiritismo no Brasil, seu nome era Luiz Olímpio Teles de Menezes.¹⁴ Contudo, a complexidade dos conceitos desenvolvidos pela doutrina espírita e o fato dos livros da codificação ainda não terem sido traduzidos para o português dificultavam a sua popularização, tornando-a acessível apenas a uma pequena parcela da população (GIL, 2008).

Em 02 de agosto de 1873 foi fundado o primeiro grupo oficializado de estudos espíritas no Rio de Janeiro, a Sociedade de Estudos Espíritas –

¹⁴ Nascido em 26 de julho de 1825, na cidade de Salvador (BA), e morreu em 16 de março de 1893, na cidade do Rio de Janeiro. Professor, jornalista e defensor da causa espírita, foi tradutor da 13ª edição francesa do “O Livro dos Espíritos”. Antes as pessoas não tinham acesso ao Espiritismo, pois os livros eram em Francês. Apenas os mais cultos podiam ler as obras da codificação. Consegui que a livraria Garnier fosse autorizada a traduzir em português todas as obras de Kardec. No dia 17 de setembro de 1865, fundou o “Grupo Familiar do Espiritismo”, e no mesmo dia, os membros do Grupo recém-fundado recebiam assinada por “Anjo de Deus”, a primeira página psicográfica de que se tem notícia na Bahia. Em 08 de março de 1869 publica o 1º jornal espírita brasileiro, “Eco de Além-Túmulo”. Foi um dos pioneiros do Espiritismo no Brasil.

Grupo Confúcio, que logo assumiu o encargo de divulgar a doutrina de Kardec, priorizando, para tanto, a tradução e publicação das obras do codificador. Além disso, o grupo organizou uma publicação mensal, a *Revista Espírita*, lançada em 1875 e que teve apenas seis números publicados. (DAMAZIO, 1994, p. 104).

Foi no interior desse grupo carioca de estudos do Espiritismo que começou a se delinear o surgimento de corrente diversas que marcariam o movimento espírita brasileiro nas décadas seguintes (GIL, 2008).

É neste mesmo ano de 1875 que acontece um dos fatos mais esperados pelo meio espírita: a famosa livraria Garnier edita *O Livro dos Espíritos*, em português. Essa tradução vinha responder aos anseios dos espíritas brasileiros, que encontravam assim maneira mais fácil de divulgar a doutrina que abraçavam. E ainda nesse mesmo ano, Garnier editou as demais obras de Kardec em português. Com essas traduções o Espiritismo ganha uma maior visibilidade nacional.

E, assim, o Espiritismo se desenvolveu e se alastrou pelo Brasil, chegava a um país marcado historicamente pela insegurança social, e em um momento em que esse sentimento era aumentado pelo conturbado ambiente ideológico-político do século XIX. Quando o Espiritismo chegou experimentou o contato com as outras culturas e religiões existentes no Brasil. Foi recebido inicialmente com desconfiança pelos segmentos populares, que não o entendiam e não enxergavam nele uma aplicação imediata. Importante dizer que a recepção dessa doutrina pelas elites muito se deu por influência do ambiente ideológico-político e por ser o Brasil afeito a influência francesa.

Já a população em geral, com a tradução das obras kardequianas e o passar do tempo, tentou se apropriar dessa nova religião. Grande parcela da sociedade queria parecer familiares daquela doutrina que, além de ser europeia, era tida em alta conta pelos membros ricos da sociedade brasileira. Ser espírita era uma maneira de buscar uma distinção e uma aproximação (no caso dos estratos menos favorecidos) com esse universo dos mais abastados.

A Dúvida que Paira Sobre os Pesquisadores

O grande questionamento que nos fazemos como leitores, e como pesquisadores do Espiritismo em Pelotas, é de como teria chegado essa religião a Pelotas. Como disse anteriormente, há duas hipóteses mais plausíveis. A primeira dá conta de que teria chegado na bagagem da Baronesa de Três Serros, Amélia Hartley Brito Antunes Maciel, logo após o seu casamento com Anníbal Antunes Maciel, isso no ano de 1865; a segunda, diz-nos que teria

aportado em Pelotas por meio de dois espanhóis, José Aquilera (dentista) e Antônio Baxeras (arquiteto), em 1877.

Pois bem, é seguindo essas duas hipóteses que vamos tentar analisar, por meio de documentos e da pesquisa de outros autores, qual teria sido o portador da Doutrina Espírita a Pelotas. Começamos analisando a hipótese número um.

Segundo alguns historiadores e ou pesquisadores, o Espiritismo teria chegado a Pelotas por meio da Baronesa Amélia, vejamos o que dizem esses historiadores:

Schwanz: Em pleno século XIX, com o Espiritismo começando a ser difundido no país, uma mulher da aristocrática elite pelotense, basicamente composta por católicos, busca no Rio de Janeiro parceiros para discutir sua fé (SCHWANZ, 2011). Vemos neste trecho da carta de Amélia a sua filha a preocupação quanto a professar sua religião:

[...] Como bem sabes, o principal motivo que aqui me trouxe, foi praticar um pouco a minha santa religião, da qual me vejo absolutamente privada ai! É esse, minha querida, e bôa filha, o pão do meu espírito, o meu único consôlo nas horas de amargura; o brilhante pharol que alumando-me o Caminho da Eternidade, me faz encaral-o sem pavor, mas com o coração de esperança, porque me dá a certeza, de que lá encontrarei todos aquelles, que na vida tão caros me fôrão! Tenho pois ido às sessões, na federação, onde são ellas admiráveis em seus ensinamentos! João, apesar de suas idéias positivistas, é quem me acompanha, e leva, a sua condescendência à ponto, de assistil-as até o fim, mostrando n'isso, a melhor boa vontade. Acredita que os poucos momentos que alli passo, orando, e ouvindo a explicação do Evangelho, em Espírito e Verdade, julgo me feliz! Adeus, o papel acaba-se. Recomenda-me mtº. Todos os nossos d'ahi [...]¹⁵

Continua Schwanz:

Durante o tempo que viveu em Pelotas, segundo consta os inúmeros documentos de doações para a Santa Casa de Misericórdia, e trechos de suas cartas – onde demonstra preocupação com seus empregados, parentes e amigos – Amélia manifestava sua fé, através de suas ações. Assim, Amélia foi ganhando fama. Em sua biblioteca, mantinha revistas e livros espíritas, os quais emprestava para um seletto grupo de amigas e amigos, “para difundir os preceitos da religião”. (SCHWANZ, 2011, p. 105-106).

Mas, não só dos livros espíritas a Baronesa lia, mas de revistas e jornais sobre o assunto, e que muitos desses eram editados em outros países, como a revista argentina “La Verdad”, periódico assinado por Amélia desde o ano de 1909.

Sabe-se desta assinatura através das cartas enviadas para a filha e nas quais se refere à assinatura, embora no acervo do MMPB não tenha sido

¹⁵ Carta de Amélia para Sinhá escrita no Rio de Janeiro, 06 de outubro de 1903. Acervo Museu Municipal Parque da Baronesa.

encontrado nenhum exemplar. De acordo com Débora Clasen de Paula, dentre os jornais espíritas ou que abordavam o assunto, lidos por Amélia estão o jornal “O Paiz”, que, assim como o “Jornal do Comércio”, trazia matérias referentes ao Espiritismo. [...] No ano de 1903, no Rio de Janeiro, circulava o “Jornal Espírita Reformador”, fundado em 1883, que possivelmente figurava entre as leituras da Baronesa. (SCHWANZ, 2011, p. 106-107).

Quando a morte de seu marido completou dois anos, Amélia promove uma “homenagem” dando esmolas, como podemos ver pela notícia do jornal *Correio Mercantil*:

Esmolas – Às 8 horas da manhã, hoje, á porta da Igreja Matriz, serão distribuidas esmolas aos pobres, por ordem da exma. Baroneza de Tres Serros e em homenagem á memoria de seu esposo, de cujo passamento se completa o 2º anniversario.¹⁶

Ela não pôde usar o interior da Catedral como ponto de doação, pois ela não era bem vista pela Igreja Católica, visto que era de domínio público a sua adesão ao Espiritismo, assim ela promove a doação de esmolas à frente da Igreja Matriz.

A partir de 1885, a Baronesa passou a morar no Rio de Janeiro, sobretudo, por causa do falecimento de seu marido, e de não gostar do inverno pelotense. Desde então começa a trocar cartas com seus parentes que em Pelotas permaneceram em especial a sua filha mais velha Amélia Aníbal Hartley Maciel, mais conhecida como Sinhá. Junto às cartas, enviava jornais da capital Imperial, assim como recebia jornais de Pelotas. Como informava Amélia, a filha remetia “jornaes, e revistas”. Entre os jornais são mencionados o *Correio Mercantil* e o *Opinião Pública*, com ênfase para este último (PAULA, 2008). E entre os jornais a que a Baronesa tinha acesso, estão os espíritas.

Depreende-se que era uma leitora habitual destes, pois em uma das cartas escritas durante o período em que permaneceu em Curitiba, escreveu em um “P. S.”: “Manda-me os jornaes espíritas que ahi tenho ido, para mim.” Sinhá parece ter prontamente atendido ao pedido da mãe, que informa em carta posterior: “Recebi os jornaesinhos”, reafirmando o recebimento em outra carta: “Tambem já está aqui o caixão das línguas, que tem sido mt.o apreciadas; assim como os jornaesinhos spiritas.” (PAULA, 2008, p. 189).

Entre os possíveis jornais que a Baronesa poderia ter tido acesso estão:

Sabe-se que em 1903, no Rio de Janeiro, circulava o jornal *Reformador*, posteriormente órgão oficial da Federação Espírita, fundado em 1883. De acordo com Colombo, o *Reformador*, “mensário religioso do Espiritismo cristão”, publicou, em dezembro de 1903, notícias relativas a perseguições contra espíritas, chegando a referir o espancamento e apedrejamento de seguidores. Colombo faz referência a fundação de dois outros jornais, *O Eco*

¹⁶ *Jornal Correio Mercantil*. Pelotas, 22 de março de 1889, nº 69, p. 02.

d'Além Túmulo, criado em 1869, e O Clarim, fundado em 1905. Porém, é a revista argentina La Verdad, abordada posteriormente, que nos informará, ao noticiar os jornais recebidos, a existência de outros jornais espíritas em circulação no período: “– “Aurora Espírita”, Pernambuco, [...] “Verdade e Paz”, Maranhão. – Luz Mental. – “Tribuna Espírita”, Rio de Janeiro. [...] “Aurora”, Pontal, (Brasil) [...] “A Revelação”, Pará [...] “O Espiritualista Moderno”, Rio de Janeiro. – “O Semeador” Parintins, (Amazonas).” (PAULA, 2008, p. 189-190).

A Baronesa possuía, também, muitos livros e folhetos

Que eram guardados de maneira organizada e à chave: “mas a chave está com a do meu armário dos livros, e que te entreguei.” Anos depois, em julho de 1909, ela escreveu dizendo precisar de alguns livros, descrevendo com detalhes para a filha a localização destes na estante:

Como me estão fazendo aqui mt.a falta, alguns dos meus livros espíritas peço -te para me mandares o mais bréve que puderes, todos os que se acham no meu armário, mas na 3.a prateleira, os outros, não precisa. D'estes mesmo, não precisa mandares os –folhêtos – mas sómente os encadernados. Conta as prateleiras, de cima para baixo, porq. não me lembra se, debaixo para cima, tem mais alguma... A pratelleira de cima, tem o naviosinho do Rubens; na outra, ha tambem livros, mas os que estão, na pratelleira abaixo, é que eu peço. (PAULA, 2008, p. 190).

Em relação aos livros espíritas que a Baronesa possuía, depreende-se através de suas cartas, que costumava emprestá-los:

O ‘Congresso Spirita’ era para mandar ao Costa, e eu tinha dado com outros livros á Rosaria para fazer o embrulho, que depois te entreguei, mas com certeza ella deixou esse, e depois juntou aos que estávão na mezinha. Manda-o pois ao tio Costa.

Nesta breve passagem, temos acesso ao nome de um deles, situação que não se repetirá em relação aos outros livros espíritas que possuía, com exceção feita ao livro “Do Paiz da Luz”. Acreditamos que, muito provavelmente, encontravam-se entre eles traduções dos livros de Allan Kardec como O Livro dos Espíritos, traduzido para o português brasileiro pela Garnier e que se encontrava à venda no Brasil já desde 1875. (PAULA, 2008, p. 191).

Desse modo, sabemos que a Baronesa era espírita, e que não tinha vergonha de demonstrar sua fé, mesmo sabendo que boa parcela da sociedade era Católica. Amélia, após várias provações que passou na vida, como a morte de seu marido, de três filhos e de alguns netos, se “apega” ainda mais ao Espiritismo. E em ela sabendo que, segundo o Espiritismo, a vida continua após a morte...

Acreditando nisso, na continuidade da vida, Amélia buscava forças para aguardar pacientemente o momento do reencontro com seus entes queridos. Ao refletirmos sobre a conversão de Amélia ao Espiritismo, nos valemos de Damazio, para quem, geralmente, “a conversão à doutrina dos espíritos se fazia dessa forma gradual e pouco conflituosa, pelo menos no âmbito ideológico”. Talvez, por esta particularidade, *não possamos precisar em que*

momento Amélia aderiu ao Espiritismo,¹⁷ decisão que pode ter sido tomada lentamente, em suas estadas no Rio de Janeiro, ou mesmo em Pelotas, que naquele período não se encontrava tão longe das ideias europeias. Teriam sido as sucessivas mortes de pessoas – por ela muito estimadas – que a teriam levado ao Espiritismo? Estaria sua conversão vinculada a uma necessidade de conferir significado à vida? (PAULA, 2008, p. 215-216)

Em uma de suas cartas a filha, assim narrava a Baronesa:

Tenho pois ido às sessões, na Federação, onde são ellas admiráveis em seus ensinamentos! João, apesar de suas idéias positivistas, é quem me acompanha, e leva a sua condescendencia à ponto de assistil-as até o fim, mostrando n'isso, a melhor boa vontade. Acredita, que os poucos momentos que ali pássso, orando, e ouvindo a explicação do Evangelho, em Espirito e Verdade, julgo –me bem feliz!” (PAULA, 2008, p. 221)

Que a Baronesa era espírita disso não temos dúvidas, mas quanto ao ano de sua adesão ao Espiritismo, temos. Em que ano a Baronesa tornou-se espírita? E será que foi ela quem trouxe o Espiritismo a Pelotas, logo em seguida ao seu casamento, em 1865?

Como podemos ver, por meio dos trechos de algumas das cartas escritas pela Baronesa, que ela era espírita, mas não há menção do ano em que ela se tornou espírita e nem em que momento da sua vida. As cartas, como mencionado acima, foram escritas entre os anos de 1885 e 1918, sendo, portanto, escritas vinte anos depois da referida data de chegada do Espiritismo a Pelotas (1865), como dizem alguns historiadores.¹⁸ Assim, ou ela se tornou espírita lentamente ao longo dos anos, como bem destacou Débora de Paula, ou ela no ano de 1865, após o casamento e de ter recebido de presente o *Livro dos Espíritos*, torna-se espírita. É o que veremos a seguir.

João Artur Ott Cardoso¹⁹ defende a ideia de que o Espiritismo aportou em Pelotas em 1865, na bagagem da jovem senhora Amélia Hartley de Brito Antunes Maciel. Segundo o pesquisador, que manteve correspondência com membros da família, descendentes diretos de Amélia e Annibal, ela havia recebido de presente de uma amiga francesa um exemplar da primeira edição de "O Livro dos Espíritos", ao completar quinze anos. É provável, contudo, que se Amélia não foi a primeira deve ter sido uma das primeiras a tomar contato com o Espiritismo em Pelotas.

Com quinze anos ela lê *O Livro dos Espíritos*, em francês; dois anos depois casa com Annibal e vem morar em Pelotas, o que configuraria a chegada do Espiritismo em Pelotas em

¹⁷ O grifo é meu.

¹⁸ Historiadores citados ao longo do texto.

¹⁹ Tentei manter contato com o historiador João Cardoso, porém não obtive sucesso. Gostaríamos muito de uma prova documental, ou quiçá oral, sobre essa afirmação, mas infelizmente até o momento não conseguimos.

1865. Essas afirmações por parte de Cardoso e de alguns pesquisadores espíritas estão escritas em uma página da internet denominada *Espiritismo: Centros e Movimento*,²⁰ de onde podemos acompanhar o pensamento espírita em relação à Baronesa de Três Serros, eis mais alguns trechos em relação à Baronesa:

O casarão tem um torreão, onde Annibal trabalhava. Abaixo do torreão havia uma biblioteca e naquele espaço Amélia não só fazia suas leituras, mas também reunia semanalmente um grupo de amigas e leitoras, momento em que liam e discutiam *O Livro dos Espíritos*, em francês, pois não havia ainda traduções para a língua portuguesa. Possivelmente também liam *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. Nestas leituras Amélia e o pequeno grupo de amigas aperfeiçoavam as ideias que iriam repercutir mais adiante em atos corajosos e de bondade. [...]

Participar das reuniões mediúnicas na sede da Federação Espírita Brasileira, no Rio de Janeiro, fazia parte da sua rotina social. Esta, digamos, quase recusa em participar intensamente da vida social, apesar dos recursos que detinha, era uma das suas características, pois mesmo quando morava em Pelotas as atividades sociais da sua classe não a atraíam muito, embora festas tenham sido realizadas no casarão do bairro Areal. [...]

A importância de Amélia Hartley de Brito Antunes Maciel reside na semente que realizou no solo pelotense, lançando aqui as primeiras sementes, que logo após deitaram as raízes não só de um movimento, mas demonstraram ativamente a transformação de uma realidade dura e cruel. [...] Algumas das suas sementes floresceram no ano de 1897, em 19 de setembro daquele ano, com a fundação do grupo espírita “Amor a Deus”. Posteriormente mais cinco grupos espíritas foram fundados. Estes grupos, sob a liderança de outros visionários líderes espíritas, em 29 de dezembro de 1901 uniram-se e constituíram legalmente a primeira instituição espírita de Pelotas, a “Sociedade União e Instrução Espírita” que também foi a segunda do Estado do Rio Grande do Sul, conforme a pesquisa de João Artur Ott Cardoso. [...]

Resgatar o exemplo da Baronesa dos Três Serros é ampliar a dimensão da atuação espírita e dos espíritas. [...] Amélia Hartley, embora tenha sido uma mulher do século dezenove e tenha conhecido o Espiritismo ainda nos seus albores, parece ter entendido melhor o significado da caridade do que muitos que se dizem estudiosos da Doutrina Espírita, com todas as facilidades e a vantagem da passagem do tempo e dos diversos estudos realizados em torno dela. A caridade praticada pela Baronesa era abrangente, pois seguia a ideia básica de praticar todo o bem que estivesse ao seu alcance.²¹

Hipótese número dois:

²⁰ Disponível em: <<http://centroemovimento.blogspot.com/2012/03/amelia-hartley-espirita-que-se-tornou.html>>. Acesso em 02 ago. 18.

²¹ Blog - *Espiritismo: Centros e Movimento*. Artigo escrito por Ivomar Costa, em 05/03/2012. O artigo postado no blog não nos fornece as fontes nem os documentos em que se baseia o autor para corroborar seus argumentos, cita ele apenas a consulta aos trabalhos de Débora de Paula e de Jesuina Schwanz, e da palavra do historiador João Cardoso. Transcrevemos aqui trechos que nos chamou mais a atenção, pois caracteriza o pensamento de uma parcela de espíritas de Pelotas. Portanto, o artigo, com seus argumentos, carecem de provas documentais para comprovar a veracidade dos fatos ali narrados.

A segunda hipótese que iremos abordar agora trata da possibilidade do Espiritismo ter chegado a Pelotas por meio de dois espanhóis. Segundo Alberto Coelho da Cunha,²² os dois espanhóis José Aquilera (dentista) e Antônio Baxeras (arquiteto) teriam chegado a Pelotas em 1877 e com eles os livros de Allan Kardec, o que configura, na visão de Cunha, como o primeiro contato da cidade com a Doutrina Espírita.

O ponto de partida para a análise dessa segunda hipótese encontra-se no manuscrito e datilografado documento sobre o Espiritismo deixado por Cunha. Nesse documento, que se encontra na Bibliotheca Pública Pelotense,²³ podemos constatar que foi produzido no ano de 1927. Texto escrito à mão e posteriormente datilografado; faz um relato sucinto da História do Espiritismo no mundo e no Brasil. Escrito em 1927, pois na página 03 há um recenseamento de 1911, dos bairros de Pelotas, sobre quem eram os declarados espíritas dos que não tinham religião, onde ele escreve que esse recenseamento havia ocorrido dezesseis anos antes, o que nos leva a crer que o “compêndio Seita Espírita” tenha sido escrito nessa data. Relata-o ainda, que em 1911 “ser por aquela época ainda numericamente fraco o grupo espírita de Pelotas”.

O texto está escrito em papel pautado, em um caderno tipo bloco, frente e verso com 07 páginas. Em seguida, Cunha datilografou o mesmo texto, talvez para uma melhor leitura e possíveis correções ao texto original, onde nesse texto há 10 páginas e ao fim dele consta a assinatura de Alberto Coelho da Cunha.

E é em cima desse texto que iremos tentar compreender o que Cunha quis dizer quando afirma que o Espiritismo chegou a Pelotas pelos dois espanhóis. Assim começa o texto manuscrito:

Deve se reconhecer que tem tido ultimamente extraordinario desenvolvimento a doutrina espirita, que entre nós se diffunde e impera, exercendo uma especie de seducção em animos desprevenidos, que aos seus centros exponuaneamente acodem, a elles se entregam, por vezes de corpo e alma, porque nelles a sua confiança depositam.

Ha uma bôa duzia de annos, escassos adeptos contava esta seita. E muitos desses se vexavam de confessar a sua crença, receiosos dos doestos, sarcasmos e chufas que éram impiedosamente atirados sobre os beocios que acreditavam em almas do outro mundo. Esse numero foi sorrateiramente e paulatinamente crescendo até apresentar-se com proporções consideraveis

²² Alberto Coelho da Cunha nasceu em Pelotas no dia 13 de setembro de 1853. Como escrevente municipal teve a oportunidade de acessar muitas informações sobre a cidade, de dados estatísticos e demográficos a informações sobre moradores e ruas. É autor de “Antigualhas de Pelotas”, uma coleção de artigos publicados no jornal Opinião Pública de 1939, que tratam do município de Pelotas e arredores. Alberto Coelho da Cunha, funcionário municipal, nomeado em 28 de novembro e em seu cargo empossado a 12 de dezembro de 1890. Contando até a data de 10 de novembro de 1930, com 39 anos, 11 meses e 08 dias de serviços prestados a esta municipalidade, sem interrupção. Faleceu no dia 15 de outubro de 1939. Contista, cronista, colunista, pesquisador, “historiador” e secretário aposentado da Intendência do Tesouro Municipal de Pelotas.

²³ Alberto Coelho da Cunha. Seita Espírita. Pasta ACC – 018. Bibliotheca Pública Pelotense.

nos dias que correm. Já de publico se apresentam e francamente confessam a sua fé, homens inteligentes, saões de corpo e de juizo que não se arreceiam de opinião que sobre elles se possa fazer.

Depois de phases de obscuridade de timidez, de irresolução entrou o espiritismo em periodo de franca apresentação, como convicção que firmemente se solidificou.

Quão distanciados vamos já daquela epoca em que essa doutrina accidentalmente trazida á pequena Pelotas de ha 50 annos passados, por dois espanhóes que se pretendiam mediuns: intuitivos o dentista José Aquilera, vidente, o architecto Antonio Baxeras, procurou abrir carreira, abrindo brecha na sceptiaa indifferença da população por assumptos que condiziam com o destino da alma de cuja existencia se estava em duvida! Com pés de lan, ella procurou se insinuar. A rua General Victorino surdio um pequeno centro de estudos e experiencias, que tendo tido eases dous espanhóes por seus iniciadores, os mantinha com o seus conselheiros na direcção dos trabalhos experimentaes, de cujos resultados se podiam gerar as convicções capazes de darem impulso a qualquer propaganda, se intuito de fazel-a, surgisse. Tal pensamento parece não se ter concretizado e ter-se limitado esse grupo a fazer como que em familia, a sua propria instrucção.

Eram as suas reuniões presididas por Fortunato Sampaio que ja se revellava crente ardoroso, enquanto os seus outros companheiros, ainda procuravam, motivos de convicção. [...] ²⁴

O que nos chamou atenção nesse excerto, além da afirmação do Espiritismo ter chegado com os espanhóis, foram de como teve a influência desses mesmos espanhóis na fundação das primeiras casas espíritas. O texto segue fazendo uma descrição das primeiras casas espíritas e de seus frequentadores, assim como das manifestações mediúnicas que ali eram produzidas. Mais adiante, no mesmo texto, Alberto Cunha nos traz outro panorama do Espiritismo em Pelotas:

No entanto bem quarenta annos depois foi que o espiritismo conseguiu se tornar uma seita e ter mais influencia na mentalidade da população do que aquella que se lhe possa descobrir: não conta só adeptos de fé publica que dirigem e que frequentam os centros abertos a quem quer que nelles queira penetrar como adeptos que constituem gremios familiares em que si tem ingresso intimos da casa. E porisso alem das sessões ao alcance do publico, innumeradas outras pullulam pela cidade e arrabaldes, todas pregando a Palavra de Christo e expondo-o como modelo a ser imitado, embora ninguem se resigne a fazel-o, insistem todos em aconselhar.

Segue o autor, por meio de amostragem do recenseamento, a marcha do Espiritismo em Pelotas, para em seguida relatar a formação e fundação das primeiras casas espíritas na cidade de Pelotas. Mais adiante, Cunha relata a fundação da casa espírita mais antiga de Pelotas em funcionamento. Relata, também, o surgimento do primeiro jornal espírita da cidade: “Em 03 de Outubro de 1921 apareceu o primeiro jornal de propaganda o "Pharol"

²⁴ Mantive a grafia original nesse excerto e nos demais.

dirigido por Daniel Butiorres”. Após esses relatos sucintos sobre o Espiritismo em Pelotas, Alberto Cunha começa há descrever um pouco sobre o hipnotismo e a mediunidade no mundo, e em seguida no Brasil. Desse modo, assim finaliza o seu texto:

O nosso espiritismo foi apprehendido numa phase de fé pre-estabelecida, que para este mais transplantado, nelle condições favoraveis enoontrando para a sua aclimatação, nelle firmemente se arraigou. Aceitou dogmas de religião e como uma crença baseada em fé, vae fazendo proselytismo por todas as caamadas que fórmam a sociedade pelotense e sobretudo, como o Christianismo, sobre as mais humildes, convencido que se é de lei que o mundo marche, elle não deve ficar retardado.

Bem, como podemos ver, Alberto Coelho da Cunha nos traz um apanhado geral sobre o Espiritismo em Pelotas. Diz ele, que o Espiritismo chegou a Pelotas pelos dois espanhóis, sendo assim, fui à busca de documentos que comprovassem a entrada desses imigrantes na cidade.

Pesquisei os seguintes documentos, que se encontram na Bibliotheca Pública Pelotense: Actas da Associação Auxiliadora da Colonização, início em 11 de novembro de 1849 e término em 22 de março de 1855.²⁵ Livro para termo de declarações dos estrangeiros, que requerem naturalizar brasileiros, início em 15 de outubro de 1844 e término em 22 de julho de 1887, contendo 80 folhas.²⁶ Livro da Câmara Municipal da cidade de Pelotas: Termo da declaração dos estrangeiros que requerem naturalização brasileira, início em 22 de julho de 1887 e término em 30 de junho de 1893, contendo 98 folhas.²⁷ Livro para a declaração dos cidadãos estrangeiros que não aceitam a grande naturalização, início em 31 de dezembro de 1889 e término em 06 de maio de 1894, contendo 199 folhas.²⁸ Revista do Primeiro Centenário de Pelotas, do número 01 (out/1911) ao número 08 (mai/1912).²⁹

Fomos ao Porto de Pelotas, no qual não encontramos registros de entradas de imigrantes. Fomos, também, ao Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, e não obtemos êxito na nossa pesquisa. Enfim, dos documentos a que tivemos acesso não há nenhuma menção dos nomes desses dois espanhóis, nem na entrada ou na permanência dos mesmos na cidade. Se eles realmente vieram a Pelotas, não consta nos registros, ao menos nos registros que pesquisei. Não se acha nada a respeito deles, o sobrenome deles também até hoje é incomum, Baxeras e Aquilera, em uma procura rápida na internet, não encontrei nenhuma

²⁵ BPP, BIC 002

²⁶ BPP, BIC 008e

²⁷ BPP, BIC 009e

²⁸ BPP, BIC 010e

²⁹ BPP, BIC 002e

família Aquilera, seja espanhola, catalã ou basca. O mais próximo que encontrei foi Aguilera, com g e não com q.

Sobre Baxeras, há um site de genealogia que faz menção sobre uma família Baxeras em Santa Maria, RS,³⁰ e é só.

Mais Dúvidas do que Certezas: A Guisa de Conclusão

Vários são os pesquisadores que se apoiam na versão dada por Alberto Coelho da Cunha, entre eles podemos destacar Lauro Enderle, que em 1984 escreveu o livro *História do Espiritismo em Pelotas (1877-1984)*, no próprio nome do livro já está explícito o ano em que se baseou o escritor; temos Marcelo Gil, que em sua dissertação de mestrado também aventa a possibilidade do Espiritismo ter chegado com os espanhóis, Giana do Amaral e Lorena Almeida Gill, outros historiadores e pesquisadores de temas sobre Pelotas comungam com essa ideia, Eduardo Arriada, historiador já citado nesse trabalho, sem contar Mario Osorio Magalhães e Beatriz Ana Loner.

Alberto Coelho da Cunha não era um “ocioso sonhador”. Sua característica mais evidente era possuir um olhar investigativo, que no primeiro momento parecia desconfiar dos propósitos para somente depois asseverar-se da justeza de uma obra. Em seus escritos percebe-se muitas vezes um tom de ironia, em uma narrativa bastante fluente, de modo que, mais do que passar uma informação, Cunha procurava incorporar à crônica suas impressões mais pessoais.

Artista, detetive, jornalista... Talvez antes de tudo, Cunha tenha sido um observador, que, ao passear sem rumo, revelou em seus escritos um conjunto de transformações essenciais pelas quais a cidade de Pelotas estava passando. (GILL, 2006, p. 46).

Do lado da versão da Baronesa Amélia, temos como já citado anteriormente, o historiador João Cardoso e o pesquisador Ivomar Costa, contamos ainda com Débora de Paula, Jezuina Schwanz, e tantos outros pesquisadores.

Desse modo, com os pesquisadores bem divididos quanto ao tema em questão é que me levou a questionar a veracidade das duas hipóteses aqui elencadas. Com essa dúvida na cabeça, comecei a questionar as pessoas e os documentos. Não tive outra escolha, se não tratar de escrever, sobretudo apoiado em livros, teses, dissertações, documentos, enfim, tudo o que estivesse relacionado com o tema. Completei minhas pesquisas com consultas aos jornais, não obtive muito sucesso, somente àquelas aqui descritas.

³⁰ Disponível em: <<https://pt.geneanet.org/fonds/individus/cercles/?nom=ROCA+BAXERAS>>. Acesso em: 03 ago. 18.

Ao longo do texto tentei dar um panorama geral do Espiritismo e de como ele chegou a Pelotas, não nos foi possível, no momento, comprovar nenhuma hipótese, de um lado temos vários documentos que nos mostram que a Baronesa era espírita, porém não nos indica se foi ela quem trouxe o Espiritismo a Pelotas; do outro lado, temos apenas os escritos de Alberto Cunha, sem contanto termos conseguido comprovar os seus escritos. Dos documentos que dispomos, não encontramos nenhuma menção aos dois espanhóis que Alberto Cunha cita.

Repito de maneira nenhuma o tema se esgota aqui, há várias versões da História, só nos falta comprová-las. Encerro esse texto com uma afirmação categórica: há mais dúvidas do que certezas.

Fontes

Actas da Associação Auxiliadora da Colonização. Início em 11 de novembro de 1849, término em 22 de março de 1855. Bibliotheca Pública Pelotense, BIC 002e.

Alberto Coelho da Cunha, Antigualhas de Pelotas. Biblioteca Pública Pelotense, pasta AAC 017.

Alberto Coelho da Cunha, Seita Espírita. Bibliotheca Pública Pelotense, pasta ACC 018.

Certidão expedida pela Intendência do Município de Pelotas, sobre o tempo de serviço de Alberto Coelho da Cunha. Bibliotheca Pública Pelotense, pasta ACC 002.

Jornal Correio Mercantil (1875-1932).

Livro da Câmara Municipal da cidade de Pelotas. Termo da declaração dos estrangeiros que requerem naturalização brasileira. Pelotas, ano de 1887. Início em 22 de julho de 1887, término em 30 de junho de 1893. 98 folhas. Bibliotheca Pública Pelotense, BIC 009e.

Livro para a declaração dos cidadãos estrangeiros que não aceitam a grande naturalização. Início em 31 de dezembro de 1889, término em 06 de maio de 1894. 199 folhas. Bibliotheca Pública Pelotense, BIC 010e.

Livro para termo de declarações dos estrangeiros, que requerem naturalizar brasileiros. Início em 15 de outubro de 1844, término em 22 de julho de 1887. 80 folhas. Bibliotheca Pública Pelotense, BIC 008e.

Revista do Primeiro Centenário de Pelotas. Do número 01, de outubro de 1911 ao número 08, de maio de 1912. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

Traços Biográficos (ACC). Guilherme Echenique. Pelotas, 1940. Bibliotheca Pública Pelotense, pasta ACC 002.

Referências Bibliográficas

ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e Modernização**: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. Pelotas: UFPel, 2000.

ARRIADA, Eduardo; SANTOS, Rita de Cássia Grecco. Lembranças de um homem simples: as memórias de Alberto Coelho da Cunha. **13º Encontro Sul-Rio-Grandense de**

Pesquisadores em História da Educação, 2007, Porto Alegre. Guardar para Mirar: acervos e história da educação. Porto Alegre: UFRGS, 2007. v. 01. p. 809-822.

ARRIADA, Eduardo. Pai Felipe: Um Episódio de Charqueada e/ou Aspectos Temáticos da Obra de Alberto Coelho da Cunha. **História em Revista**, Pelotas, v. 3, nov/1997, p. 85-98.

ARRIADA, Eduardo. **Pelotas: Gênese e Desenvolvimento Urbano (1780-1835)**. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

DAMAZIO, Sylvia F. **Da elite ao povo: advento e expansão do Espiritismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

ENDERLE, Lauro. **História do Espiritismo em Pelotas (1877 – 1984)**. Porto Alegre: AGE, 1984.

GILL, Lorena Almeida. Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS) 1890-1930. **História Unisinos**, vol. 10, nº 1 - janeiro/abril de 2006, p. 45-52.

GIL, Marcelo Freitas. **O Movimento Espírita Pelotense e Suas Raízes Sócio-históricas e Culturais**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Pelotas: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFPEL, 2008.

GIL, Marcelo Freitas. Trabalhadores, Maçonaria e Espiritismo em Pelotas: 1877-1937. **REHMLAC**, vol. 3, Nº 1, Mayo 2011-Noviembre 2011, p. 62-80.

KARDEC, Allan. **O Que é o Espiritismo?** Brasília: FEB, 2013.

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. Araras: IDE, 2002.

LACERDA, Carolina Camargo de; ABRAHÃO, Ricardo Salini; BASTOS, Thais Aranhã. Relações Entre Brasil e França, no Período de 1822 a 1889. **Revista UniCuritiba**, Faculdades Integradas Curitiba, Relações Internacionais, v. 1, n. 1, 2000, p. 109-134.

LEÓN, Zênia de. **Casarões Contam Sua História**. Vol.1. São Lourenço do Sul: Hofstätter, 1993.

MAGALHÃES, Mário Osorio. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio grande do Sul: Um estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Ed. UFPel: Co-edição Livraria Mundial, 1993.

MAGALHÃES, Mário Osorio. **Pelotas Princesa**. Pelotas: Editora Diário Popular, 2012.

NASCIMENTO, Heloísa A. **Nossa Cidade Era Assim, Vol.1**. Pelotas: Livraria Mundial, 1989.

PAULA, Débora Clasen de. **Da mãe e amiga Amélia: cartas de uma Baronesa para sua filha (Rio de Janeiro - Pelotas, na virada do século XX)**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em História/Unisinos, 2008.

PAULA, Débora Clasen de. Rede Social e Prestígio Familiar nas Cartas da Baronesa de Três Serros. **História em Revista**, Pelotas, v. 16, dez./2010, p. 53-68.

PAULA, Débora Clasen de. Teosofia e Espiritismo nas Cartas da Baronesa de Três Serros (1899-1918). **XXVII Simpósio Nacional de História, ANPUH- Brasil, 2013**, p. 1-10.

SCHWANZ, Jezuina Kohls. **A Chácara da Baronesa e o Imaginário Social Pelotense**. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural. Pelotas: ICH/UFPEL, 2011.

VARGAS, Jonas M. **“Pelos margens do Atlântico”**: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013.

VARGAS, Jonas M. “A aristocracia do sebo” Riqueza, prestígio social e estilo de vida entre os charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, 1850-1890). **Estudios Históricos** – CDHRPyB- Año VIII, Diciembre 2016, Nº 17, p. 1-23.

WANTUIL, Zêus; THIESEN, Francisco. **Allan Kardec, Vols. I e II**. Rio de Janeiro: FEB, 1979.

As representações como propiciadoras de identidade: a circularidade entre o discurso da cultura erudita e as práticas populares na Idade Média Central

Pablo Gatt Albuquerque de Oliveira, UFMA¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo compreender como distintos grupos sociais, durante a Idade Média Central, garantiram as suas identidades por intermédio de um sistema de representações. Uma vez analisadas tais representações, discutiremos como se deram as relações entre a “cultura erudita” e a “cultura popular”, visto que, intrínsecas, compreendemos a circularidade das ideias e percebemos as práxis sociais estabelecidas entre ambas as culturas, assim como as suas divergências e apropriações.

Palavras-chave: Cultura, Idade Média, Popular, Erudito.

Abstract

The present article has the objective of understanding how distinct social groups, during the Central Middle Ages, guaranteed their identities through the system of representations. Once analyzed such representations we will discuss how worked the relations between “erudite culture” and “popular culture”, since, intrinsic, we understand the circularity of ideas and perceive the social praxis among both cultures, as well as their divergences and appropriations.

Keywords: Culture, Middle Ages, Popular, Erudite.

Introdução

Ao analisarmos o período medieval² encontramos uma massiva e brilhante produção intelectual, assim como, uma vivência no que concerne o social e o espiritual, uma vez que nos deparamos com a hegemonia religiosa ao se estudar o período, em que a força e o poder do alto clero latino chegaram a locais em que o poder real não conseguirá alcançar, produzindo *discursos* e *representações* de efeitos de verdade.

Dado a existência de inúmeras possibilidades temporais à análise histórica optaremos pela longa duração no que diz respeito as estruturas sociais e os quadros mentais, pois é a partir dessas estruturas de longas durações que realidades sobrevivem por muito tempo e são obstáculos aos quais os homens não podem se libertar (BRAUDEL 1969, p. 49). Portanto, tudo no período medieval perpassa o viés do Cristianismo e o indivíduo daquele momento é

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: Gattpablo@gmail.com

² O período que conhecemos como Idade Média foi o tempo do apogeu do Cristianismo. O termo Idade Média é uma rotulação *a posteriori* ao próprio período. O conceito carrega em si um teor preconceituoso e de desprezo, criado no século XVI, como negação ao período e reforçado no século XVII pelo francês Charles De Frisne Du Cange e pelo alemão Christoph Keller. Usaremos neste trabalho como temporalidade a duração para referenciar-nos a temporalidade que abarca a Idade Média Central (sécs. X-XIV), entretanto, qualquer que fosse o fim do período aconteceria devido a parusia. Para mais informações consultar a obra de Hilário Franco Junior, *Idade Média: Nascimento do Ocidente* (2001).

um sujeito cristão (SCHMITT, 2014, p. 228), em que o “eu” é dominado pelo problema da carne e do pecado.

Nesse sentido, privilegiaremos uma pesquisa voltada para a não bipolarização do poder, dado que os *discursos* religiosos não foram totalmente eficazes, visto a existência de práticas heréticas que permearam o centro medieval, como o movimento dos Valdenses entre os anos de 1180-1260. No que corresponde o pensamento análogo medieval, pleitearemos as relações entre o mundo do divino e o mundo humano, pois o Cristianismo não existiu sem a prática mitológica, assim como qualquer outra religião (FRANCO JUNIOR, 2010, p. 22). De fato, nos deparamos durante o período analisado com o mito do Pecado Original e posteriormente ao século XII, com o mito mariano, tendo como principal material de estudo para esses mitos medievais os textos bíblicos ou apócrifos.³

Ou, inversamente, não é porque o Éden ou a Cocanha não existiram no plano concreto que deixaram de ser sonhados, buscados, transformando-se assim em dados históricos. Para uma análise histórica interessa bem menos o que era considerado mito ou realidade, e sim como e por que era visto de uma ou de outra forma sociedade estudada. (FRANCO JUNIOR, 2010, p. 31).

Presentes no imaginário desses homens, os males do orgulho carnal e o corpo negado pela sua sexualidade, entretanto valorizado como instrumento de salvação, são marcas da cultura cristã centro-medieval, dado que o desejo sexual e o Pecado Original estiveram conectados no imaginário social do período.

Sendo assim, para entendermos as relações e a circularidade entre as culturas, Roger Chartier (1995, p. 29), em um de seus textos, intitulado de *Popular Culture, an Interdisciplinary Conference* promovido pelo Massachusetts Institute of Technology em outubro de 1992, considera que o destino historiográfico acerca da “cultura popular” sempre será o de ser abafado. Entretanto, a Nova História Cultural, surgida no século XX, trouxe consigo diversificados objetos de estudo, conduzindo à uma polissemia para a noção de cultura. José D’Assunção Barros em *O campo da história* (2004, p. 45), compreende que a Nova História Social do Cultural deixou de lado um fazer histórico focado apenas na análise das fontes oficiais, passando a analisar todos os tipos de manifestações culturais produzidas através do viés popular, não anulando o seu espaço de recepção, assim como suas práticas discursivas e linguagem, uma vez que até então o estudo cultural estava focado apenas na

³ Para mais informações consultar a obra *História Noturna*. GINZBURG, Carlo. **História Noturna: decifrando o Sabá**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

investigação erudita, ao negar aos grupos considerados como subalternos pela historiografia do século XIX.

Por intermédio desse novo fazer-se da história a Nova História Cultural passou a trabalhar com novos objetos, tais como a linguagem, as representações, as práticas e a circularidade das ideias, defendidos principalmente por Roger Chartier e Carlo Ginzburg, principais expoentes dessa nova vertente analítica. Segundo Barros (2004, p. 65), a Nova História Cultural estudará os mecanismos de produção e recepção cultural dentro de um certo contexto social, ponto importantíssimo para a realização do nosso trabalho, uma vez que serão analisadas as representações advindas do alto clero latino medieval, chamados de *Estabelecidos*.⁴ Analisaremos as representações produzidas pelos grupos dos *outsiders*, e a circularidade das ideias existente entre ambos, não compreendendo a noção de “cultura popular” como o que fora negado pela cultura daqueles que se encontravam no poder.⁵

Contudo, qualquer enfoque dado a determinado objeto histórico, enquanto pesquisa referente à Idade Média Central, sempre estará atrelado ao cunho religioso, posto os homens desse período não se conheciam fora dos pilares cristãos, pois, segundo Marc Bloch em *A sociedade medieval* (2014), a religião era vivida, sentida e coletivizada por todos os indivíduos.

As representações como propiciadoras de identidades: a alteridade entre os grupos sociais no centro medievo

Partindo do princípio de que não existe uma cultura dominante ou uma cultura fechada em si, seja ela erudita ou popular, e uma vez que cultura e religião estão relacionadas, ao menos como objetivo deste artigo, trabalharemos com os *discursos* religiosos, as representações, as práticas e a circularidade das ideias, entre os grupos *Estabelecidos* e *Outsiders*, uma vez que tais *discursos* eram produzidos e propagados por uma parcela erudita,

⁴ Defendido por Norbert Elias em sua obra *Estabelecidos e Outsiders* (2000), tal conceito refere a aqueles grupos de indivíduos que se encontram no poder, anteriormente, a chegada de novos membros a comunidade ao qual fazer parte.

⁵ Ainda em Norbert Elias, em sua obra *Estabelecidos e Outsiders* (2000), tal conceito se refere ao grupo de indivíduos excluídos do poder e da sociedade por uma parcela dominante. Referente a Idade Média Central, os *Outsiders* serão aqueles indivíduos considerados contrários a moral cristã e praticantes de atos pecaminosos, uma vez que tal grupo será necessário para a manutenção da ordem social medieval pois, se estigmatizados como culpados, são a alteridade da conduta correta de vida.

ou seja, a parcela dos grupos do alto clero latino⁶, objetivando o cumprimento de normas sociais

Um dos principais representantes da Nova História Cultural fora Roger Chartier, sendo que sua imprescindível contribuição está voltada para as noções de práticas e de representações, ou seja, os modos de falar e os modos de ver respectivamente, uma vez que agora analisamos o viés cultural por esses dois polos, assim como os seus objetos de pesquisa. Chartier (1995), compreende que não existe uma separação exata entre erudito e popular ou entre os grupos sociais ao delimitar ou classificar uma cultura como superior ou inferior, entretanto, ambas as dimensões estarão sempre em contato, realizando por assim dizer, a circularidade das ideias. Segundo Chartier (1995), a cultura popular, uma vez que abafada ou reprimida, sempre renascerá das cinzas, havendo apropriações culturais por parte de ambos os grupos.

O "popular" não está contido em conjuntos de elementos que bastaria identificar, repertoriar e descrever. Ele qualifica, antes de mais nada, um tipo de relação, um modo de utilizar objetos ou normas que circulam na sociedade, mas que são recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras. (CHARTIER, 1995, p. 184).

Em *A história ou a leitura do tempo* (2010, p. 12), Roger Chartier nos esclarece que as representações garantem aos indivíduos ou aos grupos uma visão sobre si e perante aos outros, assegurando aos grupos que se encontram no poder que as suas condutas e ritos sejam vistas e consideradas como corretas, porém, não dominantes. Sendo assim, é partir de tais representações que se buscará compreender como em cada época essas relações conflituosas entre as representações impostas e identidades eram estabelecidas.

De fato, essa noção permite vincular estreitamente as posições e as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais. As representações coletivas, na maneira como são definidas pela sociologia de Durkheim e Mauss, incorporam nos indivíduos, sob a forma de esquemas de classificação e juízo, as próprias divisões do mundo social. São elas que transmitem as diferentes modalidades de exibição da identidade social ou da potência política tal como as fazem ver e crer os signos, as condutas e os ritos. (CHARTIER, 2010, p. 50).

⁶ O alto clero latino são os representantes máximo do poder da Igreja Católica no centro-medieval. Cardeais, bispos ou sacerdotes, advindos de famílias ricas, foram os responsáveis pelos ditames da Instituição religiosa. Ver mais em: LE GOFF, Jacques. **O homem medieval**. Porto: Imprensa Portuguesa, 1989.

Chartier (2010, p. 24), nos mostra que as representações estão diretamente ligadas a como os indivíduos percebem os acontecimentos a sua volta, creem e agem perante o contexto social do qual fazem parte. Essas representações são as responsáveis por reconhecer certos grupos e excluir outros, assim como determinar condutas de vida, como fora o caso do alto clero latino, representante da Igreja Católica no centro medieval, ao impor seus valores como genuínos e gerais a toda sociedade, como por exemplo, a continuação da prática ascética do movimento estoico de proibição do sexo quando realizado por prazer. Ao permitir a realização do ato sexual diante da instituição do matrimônio monogâmico e apenas para reprodução, considerando que não se deve e não se pode generalizar a predominância católica para todo o período medieval, assim como não se deve impor tal legitimidade para todos os espaços sociais do período analisado, a Instituição religiosa produziu *discursos* de efeitos de verdade.

Entretanto, Chartier (2010, p. 45), nos esclarece que esses modelos, *discursos* e práticas culturais não são dominantes apenas por serem produzidos e defendidos pelo alto clero latino, já que se encontravam no poder, mas são legitimadores de práticas sociais, uma vez que esses *discursos* esperavam o cumprimento de estipuladas condutas de vida para todos os homens daquela sociedade. Além disso, há sempre brechas entre o *discurso* e as práticas sociais. Jeffrey Richards em sua obra *Sexo, desvio e danação* (1993, p. 119), nos mostra a ocorrência de inúmeros atos contrários ao que se era esperado e pregado pelos *discursos* do poder religioso, como práticas pecaminosas voltadas para bruxaria, sodomia e prostituição.

A força dos modelos culturais dominantes não anula o espaço próprio de sua recepção. Sempre existe uma brecha entre a norma e o vivido, o dogma e a crença, as normas e as condutas. Nessa brecha se insinuam as reformações, os desvios, as apropriações e as resistências. (CHARTIER, 2010, p. 46-47).

A propagação de uma cultura dominante para um cenário geral, em que estão presentes distintos grupos sociais, é impossível aos ditames medievais, pois sempre existirão meios para subverter-se a ordem estabelecida, sendo a oposição entre esses círculos sociais a garantia de identidades à cada um deles. A questão da identidade a qual trabalhamos é um conceito chave, posto que a discordância entre os eruditos ou *Estabelecidos* (a Igreja Católica centro-medieval ou o alto clero latino) e os populares ou *Outsiders* (aqueles adeptos de práticas pecaminosas e contrárias ao discurso estabelecido, como os Cátaros no sul da Gália e norte da Itália entre os anos de 1140-1320) se estabelece justamente pela diferença e pela alteridade.

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham um importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística. [...] A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. [...] Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. (SILVA, 2014, p. 76).

Além disso, essa identidade cristã produzida pelos *discursos* religiosos e propagada a todos os indivíduos desse período, estabelecia determinadas condutas de vida a serem seguidas pelos indivíduos, pois a homogeneidade que abarcou o alto clero latino fora legitimadora de seus *discursos*. De fato, a Instituição religiosa centro-medieval detinha o poder dos *discursos* e neles encontramos restrições à prática livre do ato sexual, uma vez que praticado pela satisfação do desejo desencadearia a imperfeição do cosmos. Para que isso fosse evitado mecanismos como a restrição do ato sexual à determinadas posições sexuais, ou através da permissão do ato em poucas datas do calendário foram estipuladas pelo alto clero latino. Ademais, esses *discursos* são forjados e não são neutros, são tendenciosos pois produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade acima dos demais grupos, como fora a pregação da chegada do fim próximo, “[...] porque nem o sujeito é neutro, nem a realidade social é neutra.” (DEMO, 1995, p. 79).

Uma vez que esse *discurso* carrega em si um caráter de verdade, o mesmo, propagado pela Instituição religiosa objetivou a aceitação de verdades em relação ao corpo, ao sexo e ao pecado, justificando-se no mito do Pecado Original de Adão e Eva, ao buscar a manutenção social do corpo dos cristãos. Aliás, o *discurso* não pertence por completo a nenhuma parcela social, o caráter discursivo e do poder são multifacetados, relacionam-se com os elementos extra discursivos, como por exemplo a hegemonia da Instituição Católica centro-medieval ou o próprio papel institucionalizado do homem do período.

Michel Foucault, em *A ordem do discurso* (2014, p 56), ao trabalhar com a questão do *discurso* visa nos mostrar que as inúmeras instituições ao se apropriarem dos *discursos* já produzidos, como fora o caso religioso medieval, os trabalha como práticas extremamente verdadeiras e ao exercerem um possível controle sobre tais os mesmos, essas práticas garantem um sistema definido de comportamento, “[...] uma auto-regulação dos sentimentos e da conduta de cada um de seus membros em relação aos *Outsiders*”. (ELIAS, 2000, p. 41).

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. (SILVA, 2014, p. 83).

Nesse sentido, a diferença ou alteridade são criadas pela linguagem, não naturalmente, mas através do poder que o alto clero latino exerceu e que foi adquirido graças ao *discurso* de segregação social. É através das relações sociais marcadas por dois grupos dicotômicos, um tido como *Estabelecidos* (cristãos católicos) e outro denominado de *Outsiders* (desviantes da vertente religiosa), que a esfera de representações no período centro-medieval se definiu, caracterizados pela diferença, porém ao mesmo tempo interligados. Ambos grupos existem em função um do outro, são dependentes, cada um dispendo de suas respectivas identidades, quando os *Estabelecidos* estão no poder, impõem uma hierarquia para toda a sociedade, negando os que são diferentes e os marcando como *Outsiders* em suas representações, assim como foram marcados simbolicamente os judeus e mulçumanos, como grupos não-cristãos.

A partir do momento em que todas as práticas analisadas até aqui se situam na ordem do *discurso* religioso, segundo Chartier (2010, p, 83), temos a bipolarização entre as representações dos *Estabelecidos* e dos *Outsiders*, em que efetivamente ocorre uma circularidade das ideias entre os dois grupos. São nessas representações e nesses *discursos* que se constroem as relações de submissão e de resistência, pois "[...] os dispositivos discursivos e institucionais que, numa dada sociedade, visam a disciplinar os corpos e as práticas ou a modelar as condutas e os pensamentos." (CHARTIER, 1995. p. 186).

A circularidade das ideias entre a cultura erudita e as práticas populares

A impossibilidade de uma cultura fechada em si nos permite tratar a circularidade das ideias e a linguagem das esferas culturais, o problema, porém, encontra-se em como analisar a relação que se desenvolve entre os *discursos* propagados e praticados pelo alto clero latino representante da Igreja Católica centro-medieval e as práticas populares dos *Outsiders*.

E, pelo contrário, a imposição de disciplinas inéditas, a insinuação de novas submissões, a definição e novas regras de conduta sempre devem ceder ou negociar com as representações arraigadas e as tradições partilhadas. Portanto, é inútil pretender identificar a cultura, a religião ou a literatura “popular” a partir de práticas, crenças ou textos que seriam específicos delas. (CHARTIER, 2010, p. 47)

Possibilitada a circularidade de informações e havendo a construção de significados e valores através do viés cultural e social, compreendemos o imaginário como o produtor de realidades e de hierarquizações de valores (BACCEGA, 2015, p. 284). Nesse sentido, o imaginário é um “sistema que concede ordem à natureza, à sociedade e ao homem.” (SCHMITT, 2014, p. 36), do trânsito entre elementos de determinadas parcelas culturais, que

disputam entre si o controle do campo simbólico. Nessa perspectiva, o imaginário do homem da sociedade centro-medieval, em especial do século XIII, atravessa as relações entre a cultura “popular”, o praticado em maior escala, e a cultura letrada, visto que os modelos culturais hegemônicos não anulam os espaços de recepção cultural, portanto, há a possibilidade de práticas contrárias ao *discurso* propagado. Logo, estabelece-se a diferença entre a norma e o vivido, garantindo a existência da heresia contrária ao dogma, pois onde há poder há uma possibilidade da resistência. As diferenças culturais são inegáveis, pois “[...] é apenas por tais contrastes que se pode iluminar a especificidade de uma cultura.” (SCHMITT, 2014, p. 12).

Partindo desse princípio, temos na linguagem a construção da realidade, em que por intermédio da língua elabora-se um conjunto de símbolos que não estão sob o completo domínio de nenhum grupo social, pelo contrário, transitam entrem ambos. Consequência dessa bipolarização entre culturas, porém, interligadas e dependentes, encontramos durante toda a Idade Média Central casos que mostram como a circularidade das ideias esteve presente nesses dois grupos, como foi o caso do moleiro de uma região chamada de Friuli, no século XVI. Menocchio, um senhor já de idade, ao se apropriar dos escritos e da linguagem do grupo que se encontrava no poder, visto a realidade ao qual fazia parte, promoveu uma circularidade do *discurso* erudito, uma vez que fizera uma inversão das ideias propagadas pelo grupo dos *Estabelecidos*, ao difundir ideias contrárias às *Sagrada Escritura*, tais como a forjada criação do mundo ou a falsa virgindade do mito mariano. Além dessas ideias defendidas pelo moleiro, o mesmo criticava os ricos que se escondiam atrás da língua latina e eram defendidos pelo alto clero latino. Acabou sendo morto ao ser queimado vivo no ano de 1599 (GINZBURG, 1988, p. 20). A própria função do *discurso* é a exclusão daquilo que o afronta.

A impressionante convergência entre as posições de um desconhecido moleiro friuliano e as de grupos de intelectuais dos mais refinados e conhecedores de seu tempo propõe com toda força o problema da circularidade da cultura formulado por Bakhtin. (GINZBURG, 1987, p. 25-26).

Assim como formulado por Mikhail Bakhtin, no conceito de circularidade das ideias, que fora utilizado por Carlo Ginzburg, existe uma reciprocidade na cultura dos grupos considerados como subalternos em relação à cultura daqueles que se encontram no poder, havendo uma certa apropriação pelos grupos, como foi o caso de Menocchio. Ao assimilar o que havia lido sobre a criação do mundo, já havendo um conhecimento prévio, culminou-se

na ideia de que o mundo teria a sua origem na putrefação, pois, sempre haverá um espaço entre o que o texto é e a recepção que o leitor concebe.

Tudo o que vimos até agora demonstra que Menocchio não reproduzia simplesmente opiniões e teses de outros. Seu modo de lidar com os livros, suas afirmações deformadas e trabalhosas são sem dúvida sinais de uma reelaboração original. É evidente que esta não partiria do nada. Cada vez com mais nitidez, vemos como ali se encontram, de modos e formas a serem ainda mais precisados, correntes cultas e correntes populares. (GINZBURG, 1987, p. 114).

Principalmente depois que a imprensa fora inventada o monopólio cultural abalou-se literalmente. Não só temos relatos de apropriações culturais, como de práxis sociais diferenciadas daquelas que eram pregadas pelo *discurso* católico centro-medieval. Em consequência de que a Igreja Católica fora hegemônica e não dominante, encontramos durante toda a Idade Média práticas culturais que divergiam dos *discursos* legitimadores de condutas, em que infelizmente, quanto ao fazer histórico, só temos acesso através do texto.

As relações entre ambos os grupos culturais não são fixas, pelo contrário, segundo Chartier (2010, p. 51), são fluidas e dependentes uma da outra. Sendo assim, ao se analisarem as condutas impostas pelos grupos culturais legitimadores, não só durante a Idade Média, encontraremos práticas ou práxis sociais contrárias a essa ordem pré-estabelecida pelos grupos que detinham o poder e que impunham condutas cristãs de vida a serem seguidas para toda a sociedade, como fora o caso das mulheres, consideradas seguidoras de Diana, deusa dos pagãos, perseguidas e julgadas pelo concílio de Trêves em 1310. Tais mulheres foram acusadas de praticarem atos similares às conhecidas como “celeradas”, responsáveis por atos como devorarem homens batizados, serem seguidoras do diabo e até mesmo de voar, como nos exemplifica Carlo Ginzburg em *História noturna: decifrando o Sabá* (2012, p. 234).

Compreender a "cultura popular" significa, então, situar neste espaço de enfrentamentos as relações que unem dois conjuntos de dispositivos: de um lado, os mecanismos da dominação simbólica, cujo objetivo é tornar aceitáveis, pelos próprios dominados, as representações e os modos de consumo que, precisamente, qualificam (ou antes desqualificam) sua cultura como inferior ou ilegítima, e, de outro lado, as lógicas específicas em funcionamento nos usos e nos modos de apropriação do que é imposto. (CHARTIER, 1995, p. 184-185).

No momento em que encontramos duas realidades distintas, estaremos lidando com a questão das representações advindas dos *Outsiders* em oposição às normas estabelecidas pela Instituições religiosas do período, ou vice-versa, pois as práticas populares se dão justamente nessas diferenciações às normas tidas como dominantes. Chartier (1995, p. 135), ao trabalhar

com a questão cultural, relata que é necessário haver uma dependência entre os grupos sociais para que haja, de fato, as representações, ao mesmo tempo que essas culturas são aculturadas e aculturantes. Aqueles que detém o poder, irão através de seus discursos e simbolismos operar para que se efetive a aceitação de seus padrões e de seus modos de vida, pois “[...] contra essas formulações radicais, acredito ser preciso lembrar que não é lítico restringir as práticas constitutivas do mundo social à lógica que governa a produção dos discursos.” (CHARTIER, 1995, p. 189).

Conclusão

Neste artigo, pretendeu-se mostrar como a dependência e a circularidade entre os grupos culturais fora eficaz para a construção de representações durante toda a Idade Média, seja pelos grupos *Estabelecidos* ou pelos *Outsiders*.

Compreendendo que as fórmulas consideradas como populares nunca se encontraram em um ambiente autônomo ou fechado em si, a abordagem que pretende analisar a “cultura popular”, sempre estará acompanhada de práticas sociais e de modos de apropriação, resultando na circularidade das ideias. Nessa dependência que existe entre os grupos culturais, encontramos na linguagem ou nos *discursos*, um conjunto de símbolos pensados e articulados em relação aos outros, nunca autossuficiente.

A pesquisa que buscará analisar uma determinada realidade fechada em si, atrelará em sua abordagem os *discursos* produzidos não só pelos grupos culturais que detém o poder, mas também a apropriação e a circularidade realizadas pelos grupos marginalizados pelas instâncias de poder. Em consequência, sempre existirão práticas adversas aos *discursos* produzidos pelos grupos culturais de poder.

Ao se trabalhar com questões voltadas para conceptualização de “cultura popular”, a fixação de práticas para determinados grupos ou a negação de certos hábitos, pois pertencem àqueles que não se encontram estabelecidos em determinadas ordens, são tidos como um dos maiores erros.

Referências Bibliográficas

BACCEGA, Marcus. **O sacramento do Santo Graal**: Decifrando o imaginário medieval. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

BARROS, José D’Assunção. **O campo da História**: Especialidades e abordagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 2014.

BRAUDEL, Fernand. **Escrito sobre a História**. São Paulo: Editoria Perspectiva, 1969.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editoria, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edição Loyola, 2014.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Os três dedos de Adão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

GINZBURG, Carlo: **História noturna**: Decifrando o Sabá. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo, os ritos, os sonhos o tempo**: ensaios de antropologia medieval. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

Dossiê Educação

As diferentes narrativas sobre a Escravidão em livros didáticos de História dos séculos XX e XXI¹

Patrícia Duarte Pinto, UFPel²
Mozart Matheus de Andrade Carvalho, UFPel³

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar e comparar narrativas presentes em livros didáticos produzidos no início dos séculos XX e XXI com a finalidade de compreender como o negro, a escravidão e o movimento abolicionista no Brasil, foram abordados ao longo do tempo, nessas fontes. Nota-se que houve uma profunda alteração na abordagem dos conteúdos relacionados a essa temática, ocorridas, entre outros motivos, pela implantação de políticas públicas, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e a lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o estudo da História e da Cultura Afro-Brasileira nas instituições de ensino fundamental e médio de todo o país, juntamente com as mudanças da historiografia brasileira ocorrida a partir dos anos 1980, nomeadamente das pesquisas acadêmicas sobre a escravidão.

Palavras-chave: Livros Didáticos, História, Escravidão.

Abstract

The aim of this work is to analyze and compare narratives present in textbooks written in the beginning of the XX and XXI centuries with the purpose of understanding the approach on Black people, slavery and the abolitionist movement in Brazil over time in these sources. It is noted that there was a profound change in the approach to the content related to these themes, which occurred, among other reasons, by the implementation of public policies, such as the Programa Nacional do Livro Didático (National Textbook Program - PNLD), and the Law No. 10.639/03, which has made mandatory the study of Afro-Brazilian History and Culture in primary and secondary schools throughout the country, together with the changes in Brazilian historiography from the 1980s on, namely, academic researches on slavery.

Keywords: Textbooks, History, Slavery.

Introdução⁴

Os livros didáticos foram e continuam a ser o material de ensino-aprendizagem mais utilizado na sala de aula e representa um dos elementos fundamentais para a maioria das escolas públicas de nosso país. Neste suporte docentes e discentes têm um suporte teórico e metodológico para a construção do processo de ensino e aprendizagem, por meio de ilustrações e de conteúdos propostos na obra didática.

¹ O resumo expandido desse artigo foi publicado no Caderno de Resumo do III Encontro Discente do PPGH UFPel - Perspectivas Teóricas e Contemporâneas (2017).

² Graduanda do Curso de Licenciatura em História- UFPel. Contato: patriciadp11@hotmail.com

³ Graduando do Curso de Licenciatura em História- UFPel. Contato: mozart_matheus@hotmail.com

⁴ Este artigo resulta das atividades desenvolvidas no Laboratório de Ensino de História da UFPel (LEH/UFPel), no ano de 2017, orientado pela Profa. Dra. Lisiane Sias Manke.

Desta maneira o intuito neste trabalho é analisar e comparar narrativas presentes em livros didáticos de História produzidos no início do século XX e XXI com o objetivo de compreender como a história dos negros, a escravidão e a Abolição no Brasil, foram abordadas, levando-se em conta as inúmeras transformações do qual os livros didáticos sofreram ao longo do tempo.

As narrativas analisadas estão presentes nas seguintes obras e autores: História do Brasil (1918), de Rocha Pombo; História do Brasil (1946), de João Pereira Vitória; História do Brasil (1957), de Joaquim Silva; História: ensino médio (2010), Fausto Nogueira (org.).

Para essa análise foram selecionados livros no Acervo de Livros Didáticos de História do Laboratório de Ensino de História da UFPel, buscando investigar obras que apresentassem a maior quantidade de textos sobre a escravidão. De modo que nos possibilitassem verificar nos manuais didáticos as diversas abordagens sobre o assunto.

Dessa maneira, tentaremos compreender a disseminação da imagem do negro escravizado enquanto mercadoria, que predominou em alguns livros didáticos ao longo do século XX, apresentando-o como um ser passivo de sua própria história, incapaz de resistir ao sistema escravagista, de fazer as suas escolhas, tomar decisões sobre sua própria vida e negociar com seus senhores, conquistando autonomia econômica, social e cultural.

Por último analisaremos um livro didático de História do ano de 2010, o qual passou pela Lei 10.639/03 alterada pela Lei 11.645/08, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas, e determinou as diretrizes básicas de ensino para inserir o negro como constituinte e formador da sociedade brasileira. Dessa maneira, fizemos uma comparação com os livros didáticos das décadas de 10, 40 e 50, procurando mostrar como tem sido atualmente representado o negro na história brasileira, quais foram às mudanças historiográficas ocorridas, e como foram sendo transformadas pelos autores de acordo com o período em que foram sendo escritos.

Representações do negro escravizado nos Livros didáticos de História

Os livros didáticos de História tem sido uma importante ferramenta de ensino para alunos e professores da rede pública, pois esse é muitas vezes o principal material de consulta que detém a escola. Sendo assim, esse é um importante instrumento pedagógico para a formação de estudantes de escolas públicas, e está em constante mudança com o passar do tempo, adequando-se as políticas governamentais de cada período.

O livro didático também é uma mercadoria que respeita uma lógica do mercado, um objeto que de alguma maneira sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Dessa maneira, de acordo com Bittencourt (2002), na construção de um livro didático, são envolvidas várias pessoas, como editor e autor, e o livro, como objeto da indústria cultural, traz em si uma leitura organizada por profissionais envolvidos em sua produção.

Dando seguimento às ideias da autora Bittencourt, sobre os livros didáticos, pensamos nosso objeto de estudo, analisando como o negro, enquanto escravizado, é representado nos livros didáticos de História, percebendo as diferentes narrativas históricas que foram sendo construídas em diferentes produções de livros ao longo do tempo, procurando investigar como os livros didáticos de História, construíram leituras e análises sobre a escravidão brasileira.

Nos possibilitando também verificar em que medida a utilização de narrativas sobre a escravidão, podem contribuir de forma negativa na formação da identidade dos alunos, sendo que um dos objetivos principais do ensino de História, na atualidade, relaciona-se à sua contribuição na construção da identidade.

O primeiro livro didático a ser analisado é História do Brasil (1918), do autor Rocha Pombo, produzido em São Paulo e publicado pela editora Weiszflog Irmãos, destinado ao ensino secundário. A obra foi publicada durante o início da Primeira República, para uma pequena parcela da população que tinha acesso à educação. Seu discurso possuía ideias, concepções e entendimentos que permeavam o pensamento social da época e que fora transferido para o livro didático. No trecho a seguir podemos notar como o negro era visto por essa sociedade:

A policia perseguia desapiedadamente essas miseras criaturas que a crueldade dos homens convertêra em bandidos; e até, quasi sempre, os próprios senhores organizavam expedições contra os quilombos, atancando-os como si foram antros de alimárias. (POMBO, 1918, p. 145).

Nesse sentido podemos verificar a forma como o negro escravizado é compreendido nesse período, no trecho “A policia perseguia desapiedadamente essas *miseras* criaturas que a crueldade dos homens convertêra em *bandidos*” (grifo nosso), o autor descreve o negro como uma figura marginalizada na sociedade. Nesse caso, o negro não é nada além de uma miserável criatura, alguém que incita compaixão e que se encontra em relação de passividade diante do agente responsável pela ação, e para, além disso, a crueldade dos homens (brancos) os transforma em bandidos, ou seja, suas ações de resistência os transformaram em bandidos, pessoas a margem da lei, perigosas.

Em um período pós-abolição no Brasil, a publicação do livro didático reforçava um discurso que tomava os negros como um problema em meio à sociedade, colocando ao leitor uma história única, uma visão racista que “[...] pode propagar estereótipos acerca do indivíduo negro nos livros didáticos de História, podendo reforçar a condição deste como mercadoria e também como um sujeito incapaz, rebelde e passível de castigos”. (VARGAS, 2011, p. 2550).

A desumanização do negro fica latente ao se utilizar o adjetivo “alimárias” quando o autor se refere aos ataques aos quilombos e a caça aos negros. A relação dos negros para com os brancos aqui é sempre construída baseada na inferioridade, desigualdade e subalternidade. Dessa forma segundo Tavares (2007) “[...] a leitura errônea de interpretações pode trazer prejuízos à formação dos alunos, deste modo tais interpretações estariam promovendo a desigualdade, possibilitando formas de racismo e discriminações de origem étnica, cultural e religiosa”.

O capítulo em questão narra as fugas dos escravizados e por consequência a formação dos quilombos, mas o Quilombo não é referenciado por Rocha Pombo como sendo uma das principais formas de resistência contra a escravidão, mas sim como um “antro de alimárias”, no qual as pessoas ao redor tinham medo das reações e salteamentos desses escravizados que eram considerados bandidos.

O segundo livro *História do Brasil*, de João Pereira Vitória, publicado em 1946, pela editora Livraria Francisco Alves, em São Paulo nos traz dois trechos importantes para compreender como era a relação entre o senhor e o escravo no sistema escravagista no Brasil Colônia:

Se, falando cristã e humanamente, era de lamentar a escravidão, não devemos, contudo, pensar que em todos os lugares e todos os senhores de escravos usassem dos maus tratos de que tanto falaram os paladinos da abolição, dramatizando propositadamente as coisas.

Apesar dos exageros aqui havidos, foi no Brasil, segundo o depoimento de viajantes estrangeiros, que o escravo, de modo geral, recebeu melhor trato. (VITÓRIA, 1946, p. 115).

Nessa narrativa o autor cria uma visão mais branda da escravidão, colocando em comparação o sistema escravagista brasileiro com os demais, afirmando “melhores condições” em contraponto a outros países. Todavia essa visão é bem problemática, uma vez que não há como equiparar melhores condições em um contexto de opressão contínua tanto física quanto mental, alguns negros podiam sofrer mais que outros referentes ao sistema que eram submetidos, porém todos estavam na mesma condição de escravizados, e sujeitos aos mesmos castigos, esse último apenas variava dependendo das suas especificidades sócio

geográficas. Num segundo momento, o livro está baseado em uma historiografia que se apoia no depoimento de viajantes estrangeiros, que não necessariamente tem um conhecimento aprofundado da realidade do escravizado brasileiro, e nem tem vivência ou empatia para compreender as complexidades que estão envolvidas na opressão racial deste regime, que vão para além do castigo físico.

É também apresentada na narrativa, uma visão cristã-bondosa dos senhores brasileiros, que pode ser explicada pelo modo de tratamento que os países de colonização britânica tinham com os seus escravos.

Na América inglesa foram negados aos escravos os privilégios do cristianismo [...] os senhores impediam a pregação do evangelho, pois isso iria interferir no controle dos escravos, incutindo ideias subversivas de liberdade e rebelião. A crença de que a doutrina cristã tornaria os cativos mais dóceis e obedientes não convenceu os senhores. (MATHEUS, 2016).

O autor João Pereira Vitória nos traz mais dois trechos importantes para observarmos as relações do sistema escravista:

Era costume generalizado, no Brasil, dar ao escravo o dia de sábado, para que ele o empregasse, conforme bem entendesse. Era-lhe também reconhecido o direito de guardar o que produzia. Foi isto chamado o "sistema do Brasil", e com grande êxito introduzido nas Antilhas, pelos judeus holandeses, expulsos do Recife, informa-nos Pedro Calmon [...] Deste modo, se explica o facto de muitos escravos continuarem a trabalhar, com os seus senhores, mesmo após a abolição. Não se deram aqui, aquelas terríveis vinganças de Haiti, que produziram tantos crimes horripilantes. (VITÓRIA, 1946, p. 116).

O autor nesse trecho faz uma alusão às relações do sistema escravista como se fosse de “boa-convivência e bondade”, afirmando que os senhores eram bondosos com os seus escravizados dando o dia do sábado para o descanso, o direito de propriedade e assistência religiosa. Mas segundo os autores João José Reis e Eduardo Silva na obra “Negociação e Conflito” (1989) teriam sido os próprios escravos que teriam lutado por essa autonomia, conquistando os espaços na sociedade que viviam, persistindo e se rebelando quando fora necessário, de diversas formas, como fugas temporárias, sabotagens, revoltando-se e formando quilombos, levando os seus senhores a negociarem com eles.

O que une esses dois trechos do livro é a desvalorização que se tem das lutas empreitadas pelos africanos pela decisão dos seus destinos. No primeiro trecho é exposto novamente a boa índole do senhor de escravizados, a relação de passividade dos negros em nenhum momento é relativizada; visão permeada pelos pensamentos de Gilberto Freyre

sintetizadas em sua obra literária *Casa-grande & Senzala* (1933)⁵, que sugere a harmonia na relação entre escravizados e senhores. De outro modo, essa relação pode ser entendida como uma negociação entre ambos, compreendendo a sociedade como uma relação de forças, os senhores não poderiam criar um ambiente que oferecesse maiores possibilidades de uma revolução como no caso do Haiti, por isso negociar sábados, por exemplo. O sistema do Brasil era uma contra relação de forças dos escravizados, era um modo de resistência.

No segundo trecho produz-se uma demonização da Revolução Haitiana, um discurso que apresenta os negros como perigosos e vingativos para a sociedade. A revolução é assim indicada nos livros didáticos como um fato infeliz, atribuindo aos negros haitianos à selvageria e agressividade, que não se assimila a figura do negro brasileiro, de caráter dócil e harmonioso. Nesse contexto segundo Vargas (2011, p. 2550):

Os escravos negros e afrodescendentes poderiam ser tratados nos manuais didáticos como sujeitos capazes de transformar as relações de dominação, pois geralmente são omitidos os casos de ascensão social de negros e não os representam como agentes ativos no processo histórico.

É necessário entender a sociedade brasileira fora de moldes Freyrianos, os quais entendem essas relações entre brancos e negros como harmoniosas, pois a escravidão foi um período marcado pela resistência negra, seja em quilombos, como nas senzalas negociando com seus senhores, com fugas e para, além disso, resistindo culturalmente, mantendo suas músicas, lutas, religiões e hábitos, que graças a essa resistência não foram apagadas.

No último parágrafo também podemos observar que o fato de ex-escravizados continuarem nas fazendas de seus senhores após a Abolição (1888) não foi resultado da “bondade” desses, mas pelo fato de esses negros recém-libertos não terem para onde ir, pois apenas a Lei Áurea não foi suficiente para dar liberdade a essas pessoas.

Ainda na obra de João Pereira Vitória, no capítulo VIII- Abolição do Cativo no Brasil, chamou atenção também como o autor construiu o discurso da abolição da escravatura no Brasil, inserindo uma imagem da Princesa Isabel à direita na página, apontando ela como a principal responsável pela Abolição no Brasil, destacando suas qualidades, como sendo uma mulher de caráter generoso e cheio de bondade, com a seguinte legenda:

⁵ A ideia de que a relação escravista entre negros e brancos no Brasil era mais branda e harmoniosa remota o século XVIII baseada nas cartas de viajantes europeus que percorreram as Américas e ao se depararem com a realidade brasileira em contraponto a países caribenhos e norte-americanos, encontraram maior mobilidade social entre os escravizados brasileiros (alforrias), que baseou o pensamento Freyriano ao descrever uma suposta harmonia e integração sócio cultural dos negros em seu livro.

Fig.39- Princesa D.^a Isabel (1846-1921)- Filha do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz D.^a Teresa Cristina; casou com o conde d'Eu neto do rei da França, Luís Filipe.

Três vezes foi regente do Império; sancionou a lei do ventre livre e a da abolição completa. Carácter generoso e cheio de bondade, o seu nome é respeitado em todo o Brasil, sem distinção de partidos. (VITÓRIA, 1946, p. 121).

A abolição é vista assim como um fato que só se tornou possível graças à bondade da Princesa Isabel, ignorando os diferentes fatores que levaram finalmente a libertação dos escravizados. O fim do sistema escravagista é descrito como um fato, a assinatura da Princesa regente no dia 13 de maio, que desfez a ordem social e a política do período. A mudança estaria ligada à Lei Áurea e não ao processo histórico que resultou no abolicionismo com as lutas e suas questões econômicas e sociais.

Assim, após esse acontecimento, a presença do negro na construção da História do Brasil desaparece das narrativas históricas em livros didáticos é como se a abolição representasse um momento de superação das desigualdades sociais e raciais na sociedade brasileira. Esta realidade nos livros didáticos dificulta a problematização da condição do negro após a abolição, na medida em que este acontecimento não foi um ato de generosidade da Princesa.

O terceiro livro didático História do Brasil do autor Joaquim Silva, publicado em São Paulo, pela editora Companhia Editora Nacional, em 1957, é destinado ao ensino ginásial e possui um capítulo chamado “A Colonização” no qual se refere aos principais povoadores da colônia, entre eles o negro, em que o autor indica como “escravo negro”.

A chegada dos infelizes africanos ao Brasil era por eles desejada como um têrmo aos horrores que padeciam na viagem; a escravidão os esperava; mas os novos senhores seriam, em sua maioria, menos desumanos que os da África ou dos navios negreiros.

Dos mercados onde eram vendidos, iam logo para seu destino, nos trabalhos da lavoura, dos engenhos, das oficinas. Nos sítios e fazendas habitavam senzalas, vastos alojamentos próximos da Casa-grande dos senhores. Estavam sempre ameaçados de ser castigados pelo chicote do feitor, impiedoso. Aos escravos reincidentes na fuga, ou por outras causas, impunham-se outras punições, como a prisão no tronco e o porte de grossos anéis de ferro ao pescoço. Entretanto, as leis, a índole benévola da maioria dos senhores, inspirados pela religião, procuravam diminuir as durezas do cativo; isso, porém, não impedia que os escravos procurassem, às vezes, reagir às torturas a que os sujeitavam. Eram numerosos os casos de vingança dos pretos maltratados. Muitos fugiam das fazendas, trazendo, depois, em sobressalto os viandantes; mas viviam perseguidos como feras pelos inclementes capitães-do-mato. Às vezes os pretos fugidos reuniam-se para viverem em comum na mata, em lugar de fácil defesa ou difícil acesso: os mucambos ou quilombos. (SILVA, 1957, p. 49).

Nesse trecho do capítulo o autor indica as formas de violência que sofriam os escravizados, as punições que sofriam em caso de fuga, explicitando-as como prisões no tronco e o porte de grossos anéis de ferro ao pescoço. Essas eram duas maneiras de humilhar e castigar os escravizados, mas, no entanto, o autor no mesmo parágrafo ao falar sobre a resistência, adjetiva os negros como sendo bandidos, pois mesmo os senhores sendo “benévolos” os escravizados reagiam às torturas e se vingavam. Assim, colocando novamente o negro como um ser inferior, uma simples mercadoria, que não podia se rebelar e ter voz.

Por último analisamos um livro didático do século XXI, *História: ensino médio*, organizado por Fausto Nogueira, publicado em São Paulo, pela editora Edição SM no ano de 2010, que compõe a Coleção “Ser Protagonista”, destinado ao segundo ano do Ensino Médio. Realizando algumas leituras sobre a escravidão no Brasil neste livro, percebemos que mudaram vários aspectos na narrativa histórica comparada com as anteriores do século XX, vejamos por que, a partir do excerto que segue:

O conjunto de ações dos abolicionistas, as fugas em massa dos escravos e o apoio da população urbana foram fundamentais para impedir que a escravidão continuasse por mais tempo. Quando, vestida de seda e renda, a princesa regente chegou ao Paço Imperial para a cerimônia pública de assinatura da lei, teve de atravessar uma multidão de mais de 10 mil pessoas, que a aplaudiram e davam-lhe vivas. O escritor Machado de Assis declarou que aquele foi o único delírio popular a que se lembrava ter assistido. Em grande parte do século XX, os livros didáticos e as comemorações do Treze de Maio reproduziram essa visão de abolição como doação caridosa da ‘princesa Redentora’. Hoje em dia essa concepção vem dando lugar ao entendimento de que a abolição foi um processo complexo em que intervieram vários fatores, mas no qual se destacam heróis anônimos-homens e mulheres escravizados, libertos ou livres-negros, em sua maioria. (NOGUEIRA, 2010, p. 303).

Nesses trechos retirados de uma Leitura Complementar ao final do capítulo “O Segundo Reinado no Brasil”, há a desmitificação da Princesa Isabel como sendo uma redentora, principal responsável pela Abolição na Escravidão, a partir daí os autores tem uma discussão historiográfica de que a Abolição da Escravatura no Brasil se deu por vários motivos, que foram as pressões externas da Inglaterra, juntamente com o movimento abolicionista interno que houve no país, mas principalmente o papel dos negros, escravizados ou libertos, que massificaram suas resistências e participaram ativamente nesse processo que levou a assinatura da Lei Áurea.

Na leitura intitulada “Ontem e hoje: Trabalho escravo, um crime contra a humanidade”, localizado ao final do capítulo também, podemos observar que o autor faz uma

relação entre a escravidão no Brasil Colônia e Império e o trabalho escravo nos dias de hoje em nosso país. Ressaltando que a liberdade e direitos humanos não foram alcançados pelos negros apenas com a assinatura da Lei Áurea, em 1888, mas a partir desse ato jurídico foram adquirindo esses direitos muito lentamente, como também o autor expõe a precariedade de condições de vida em que os ex-escravizados foram submetidos após a Abolição da escravatura.

Observamos que as narrativas históricas sobre o negro, a escravidão e o movimento abolicionista variam de acordo com o período em que são publicados os livros didáticos de História. Percebemos que durante muito tempo predominou nos manuais discursos preconceituosos e racistas acerca da história da escravidão em nosso país, dando força a uma cultura racista difícil de desfazer em nossa sociedade. Há muito pouco tempo esses discursos começaram a mudar, com o objetivo de já não mais apagar a história da escravidão, mas conta-la como forma de conscientizar a todos nós, de que precisamos de um país justo e com igualdade de direitos.

Tais mudanças das construções de narrativas sobre esse e outros grupos populares nos livros didáticos se constituem enquanto consequência da virada historiográfica que ocorreu no Brasil a partir da década de 70, que fomentarão uma nova escrita sobre esses sujeitos invisíveis da história.

A historiografia brasileira esteve desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) desenvolvida a partir das produções teóricas de países da Europa Ocidental e Estados Unidos que durante o século XX estiveram ligadas a modelos marxistas para se compreender a história pelo uso do materialismo histórico. Contudo esse modelo começa a entrar em desgaste a partir da década de 70 no Brasil, principalmente por coincidir com um período de expansão de pesquisas acadêmicas e cursos de pós-graduação no país e também por se demonstrar demasiado conservador e hierarquizado, não conseguindo abranger as camadas populares na construção da História brasileira, os tornando passivos aos grupos e instituições políticos e economicamente dominantes.

A partir da década de 80 seguindo a revolução thompsoniana (1988), a nova historiografia brasileira irá começar a dar maior foco as questões culturais e subjetivas para compreender a história do Brasil, as propostas de Thompson irão impactar na narrativa histórica de modo a deslocar sua ênfase para os indivíduos ao invés das superestruturas, a ação social e a interferência dos agentes históricos (RAGO, 1999).

Considerações Finais

Analisando e comparando narrativas em diferentes livros didáticos de História, dos séculos XX e XXI, percebemos que houve alteração nos conteúdos relacionados à escravidão e a abolição no Brasil. Embora compreendemos que esta seja uma análise inicial, que merece ser ampliada a partir da investigação de outros livros didáticos que circulam atualmente nas escolas públicas, para que se possam compreender as narrativas atuais sobre a escravidão. Contudo, é possível evidenciar diferentes narrativas sobre o tema em evidência. As alterações ocorridas nessas narrativas são resultado de novos enfoques teórico-metodológicos em pesquisas acadêmicas sobre a escravidão e também da implantação de políticas públicas, como o Programa Nacional do Livro Didático que disponibiliza e avalia as obras didáticas para as escolas.

Do mesmo modo como a Lei Federal 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que tornou obrigatório o estudo da História e da Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio de todo o país, onde percebe-se uma inclinação a valorizar a participação de negros e negras em movimentos sociais que acabaram resultando no fim da escravidão no Brasil.

Acreditamos que dois elementos foram determinantes para que ocorresse essa mudança ao que diz respeito à forma e aos conteúdos em que a escravidão e o negro aparecem nas narrativas. O primeiro deles teria sido a mudança na historiografia brasileira ocorrida a partir dos anos 1980, particularmente das pesquisas acadêmicas sobre a escravidão, no qual se tem o interesse de buscar na história da escravidão a participação do negro escravo nesse sistema e compreendê-lo. O segundo elemento seria as políticas públicas instituídas pelo governo federal no que diz respeito ao ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas.

Mas também foi crucial o papel desempenhado pelos numerosos movimentos negros presentes no Brasil, que desde 1950 passaram a reivindicar o estudo da história da África assim como dos afrodescendentes. Segundo Santos (2010):

[...] ao perceberem a inferiorização dos negros, ou melhor, a produção e a reprodução da discriminação racial contra os negros e seus descendentes no sistema de ensino brasileiro, os movimentos sociais negros (bem como os intelectuais negros militantes) passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira. Parte desta reivindicação já constava na declaração final do I Congresso do Negro Brasileiro, que foi promovido pelo Teatro

Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 1950, portanto, há mais de meio século. (p. 23).

Alguns intelectuais negros que contribuíram também para essa mudança foram Beatriz Nascimento (1942-1995), Lelia Gonzalez (1935-1994), Clovis Moura (1925-2003), dentre outros que com suas mobilizações e pautas reivindicatórias desde o período escravocrata no país, alcançaram sua liberdade jurídica e seguiram sua luta pelos seus direitos, que por muito tempo continuaram sendo negados. A inconformidade do povo negro em ser esquecida na história brasileira, fez com que continuassem pressionando o governo federal a fazer concessões, e tornaram-se mais visíveis, tanto na sociedade quanto nas Universidades por meio de ações afirmativas.

Fontes

NOGUEIRA, Fausto. (org.) **História: ensino médio**. São Paulo: Edições SM, 2010- Coleção ser protagonista.

POMBO, Rocha. **História do Brasil**. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918.

SILVA, Joaquim. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

VITÓRIA, João Pereira. **História do Brasil**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1946.

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe. Livros Didáticos entre Textos e Imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2002.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**; trad.: Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 394p.

MATHEUS, Marcelo Santos. Frank Tannenbaum e os direitos dos escravos: religião e escravidão nas Américas. **Afro-A'sia**. Bahia, n. 51, p. 213-250, 2015.

NABUCO, Joaquim. **Que é o abolicionismo**. São Paulo: Penguin, 2011. 58p.

SANTOS, Sales Augusto do. A Lei n. 10.639/2003 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: MEC/BID/UNESCO. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12814&Itemid=72>. Acesso em: 26 dez. 2017.

ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo (orgs). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 13-31.

TAVARES, Adriana Gomes. A Representação do Negro nos Livros Didáticos de História em Minas Gerais (1960-2005). **Anais do IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais**. Minas Gerais, 2007.

VARGAS, Claudinéia da Silva. Representação: O Escravo Negro no Livro Didático de História. **Anais do V Congresso Internacional de História**. Paraná, 2011.

VOGT, Olgário Paulo; BRUM, Meline de Barros. Escravidão e Negros em livros didáticos de História. **Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 52-74, 2016.